

TAÍSA PERES DE OLIVEIRA

**AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES
CONDICIONAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL**



ARARAQUARA – SÃO PAULO
2008

TAÍSA PERES DE OLIVEIRA

AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

Co-orientadora do PDEE: Profa. Dra. María Jesús Pérez Quintero

Bolsa: CNPq e CAPES/PDEE (Processo 1626/05-1)

ARARAQUARA – SÃO PAULO
2008

TAÍSA PERES DE OLIVEIRA

***AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NO
PORTUGUÊS DO BRASIL***

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

Co-orientadora do PDEE: Profa. Dra. María Jesús Pérez Quintero

Bolsa: CNPq e CAPES/PDEE (Processo 1626/05-1)

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves – Orientadora

Profa. Dra. Maria Beatriz do Nascimento Decat – UFMG

Profa. Dra. Mariângela Rios de Oliveira – UFF

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglío-Hattner – UNESP/São José do Rio Preto

Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck – UNESP/Araraquara

*À Rebeca,
um sonho cada vez mais bonito.*

AGRADECIMENTOS

Às minhas duas orientadoras, pelo exemplo de competência. À Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves, por ter compartilhado comigo um pouco de seu vasto conhecimento. À Profa. Dra. María Jesús Pérez Quintero, por aceitar orientar uma desconhecida e por me incentivar a explorar e desafiar os mistérios “subjacentes” à Gramática (Discursivo) Funcional.

À *Universidad de La Laguna*, Tenerife, Espanha, por todas as facilidades concedidas durante o desenvolvimento de minhas atividades relativas ao Programa de Doutorado com Estágio no Exterior – PDEE. À CAPES e ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Às Profas. Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale e Marize Mattos Dall’Aglío Hattnher, eternas interlocutoras e grandes incentivadoras. Aos Professores e colegas do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional; da Pós-Graduação da UNESP de São José do Rio Preto e da Pós-Graduação da UNESP de Araraquara; pelos momentos de trabalho e prazer que compartilhamos.

Aos amigos Ana Beatriz, Edson, Elias, Fábio, Gisele, Juliana, Maria Beatriz, Niguelme, Oto e Sebastião Carlos, por transformarem momentos de grande angústia em boas gargalhadas. Em especial ao Eduardo e à Alessandra, por saberem tão bem como me extrair o riso.

Às “fundações” Hirata-Vale e Dall’Aglío-Hattnher, pela acolhida carinhosa, pelo apoio e torcida.

Aos amigos da *Residência Universitária Parque de Las Islas*, pelas aventuras e desventuras que vivemos em Tenerife e pelos diferentes mundos que deixaram em mim. À Bettina e à Holly, em particular.

À minha família e aos amigos de todos os lugares. A Masusi, pelo carinho e amizade com que me recebeu em Tenerife. À Flávia, por ter enxergado tão longe quando eu ainda não podia. Às minhas irmãs Carolina, Raquel e Laura. À Rebeca, minha maior alegria e minha maior razão.

RESUMO

O objetivo principal desta tese é descrever e analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das conjunções condicionais complexas e das orações condicionais por elas introduzidas, a fim de possibilitar sua caracterização para o português escrito do Brasil e ao mesmo tempo, verificar a validade e adequação tipológica do tratamento dado às condicionais pela Gramática (Discursivo) Funcional. Tendo em vista que as conjunções condicionais complexas podem expressar diferentes sentidos, partiu-se do pressuposto de que aos diferentes sentidos manifestos pelas conjunções condicionais complexas corresponderiam diferenças em seu comportamento pragmático, semântico e formal. Assim, foram avaliados, além do sentido da conjunção condicional complexa, as estratégias discursivo-pragmáticas, os tipos de entidade descrito pelas orações condicionais, a factualidade, a referência temporal, pressuposição, ordem e tempos e modos verbais. Neste estudo, foram considerados dados de língua escrita, coletados no banco de dados do **Laboratório de Lexicografia**, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara. A análise dos dados não confirma a hipótese principal, já que independentemente do tipo de conjunção usado, as orações condicionais apresentam um comportamento bastante semelhante com relação aos aspectos analisados. As conjunções e orações condicionais foram analisadas nos níveis da Gramática Discursivo Funcional. No nível interpessoal, as conjunções são analisadas como subatos de atribuição e as orações condicionais foram analisadas como conteúdos comunicados. Por sua vez, no nível representacional, avaliaram-se as conjunções condicionais complexas como elementos lexicais, por meio dos predicados adposicionais, contrariando a visão tradicional que classifica todas as conjunções como elementos gramaticais. Ainda nesse nível, as orações condicionais foram analisadas como modificadores proposicionais ou de predicação, dependendo do tipo de unidade que elas relacionam. Por fim, no nível morfossintático, observaram-se os padrões de ordenação em que as orações condicionais ocorrem. O estudo revelou que algumas reformulações no modelo de análise que a Gramática Discursivo Funcional oferece para as conjunções e orações condicionais são necessárias para possibilitar uma análise mais adequada dessas estruturas no português do Brasil.

Palavras-chave: conjunções condicionais complexas, orações condicionais, gramática funcional, gramática discursivo funcional

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the pragmatic, semantic and morphosyntactic features of conditional conjunctions and conditional clauses in written Brazilian Portuguese. At the same time this study intends to verify the typological adequacy of the Functional Discourse Grammar treatment given to such expressions. Taking for granted that the conditional conjunctions may express different meanings, the main hypothesis was that the differences observed between the conjunctions would reflect on the behaviour of the clauses they introduce. Thus, the analysis carried out here considered the discursive and pragmatic strategies performed by the conditional clauses, the entity types designed by them, the factuality, the temporal reference, presupposition, order and tense and mood of the verbal forms. The data analyzed were collected at *Laboratório de Lexicografia*, from the *Faculdade de Ciências e Letras* of the *UNESP/Araraquara*. The hypothesis was not confirmed for there are no significant differences between the conditional clauses initiated by the different conjunctions. At the interpersonal level, the conditional conjunctions are analyzed as Subacts of Ascription and the conditional clauses as a Communicated Content. At the representational level, the conditional conjunctions were considered to be lexical elements, analyzed by the means of an Adpositional Predicate. At this level, the conditional clauses were analyzed as propositional or predicational modifiers, depending on the unit they are related to. At the morphosyntactic level, conditional clauses were analyzed as for their ordering patterns. The results found here has showed that some reformulations the theory model has to be done in order to account for conditional conjunctions in Brazilian Portuguese.

Key-words: complex conditional conjunctions, conditional clause, functional grammar, functional discourse grammar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conjunções condicionais	4
Quadro 2	Conjunções condicionais do português contemporâneo	4
Quadro 3	Tipologia das orações condicionais	18
Quadro 4	Níveis e entidades	33
Quadro 5	Tipos de entidade da GDF	44
Quadro 6	Tipos de entidade	61
Quadro 7	Tipos de entidade na GDF	64
Quadro 8	Tipos de conjunção segundo a base lexical	74
Quadro 9	Correlação modo-temporal	101
Quadro 10	Complexidade interna das conjunções	114
Quadro 11	Contínuo de gramaticidade na GDF	127
Quadro 12	Conjunções lexicais/conjunções gramaticais	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O modelo de integração verbal	31
Figura 2	Organização <i>top-down</i>	36
Figura 3	Modelo geral de organização da GDF	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tipos de conjunção	75
Tabela 2	Condicionais segundo o tipo de entidade	85
Tabela 3	Pressuposição	101
Tabela 4	Ordem nas condicionais	95
Tabela 5	Tempo e modo na oração condicional	98
Tabela 6	Tempo e modo na oração núcleo	98

SUMÁRIO

PARTE I – O OBJETO DE ESTUDO

1	INTRODUÇÃO	1
2	AS CONJUNÇÕES CONDICIONAIS	4
3	A ORAÇÃO CONDICIONAL	11
3.1.	A oração subordinada condicional	11
3.2.	A natureza da relação entre se p (então) q	12
3.3.	Uma tipologia da relação se p (então) q	14
3.4.	Os estudos sobre as orações condicionais	16
3.4.1.	As condicionais na GF	21
3.4.1.1.	Satélites condicionais restritivos e não-restritivos	25
3.4.1.2.	A posição dos satélites condicionais	26

PARTE II – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

4	A GRAMÁTICA (DISCURSIVO) FUNCIONAL	30
4.1.	A Gramática Funcional	30
4.2.	A Gramática Discursivo Funcional	36
4.2.1	O nível interpessoal	41
4.2.2.	O nível representacional	44
4.2.3.	O nível morfossintático	46
4.2.4.	O nível fonológico	47
5	DESCREVENDO AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS	52
5.1.	Parâmetros discursivo-pragmáticos	53
5.1.1.	As estratégias pragmáticas	55
5.1.1.	As estratégias retóricas	57
5.2.	Parâmetros semânticos	59
5.2.1.	Tipo de entidade	60
5.2.2.	Referência temporal	64
5.2.3.	Factualidade	66

5.2.4. Pressuposição	66
5.3. Parâmetros formais	68
5.3.1. A ordem nas orações condicionais	68
5.3.2. A correlação modo-temporal nas construções condicionais	71
PARTE III – ANÁLISE	
6 AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NO PORTUGUÊS	72
6.1. Metodologia	72
6.2. As conjunções condicionais complexas no português	74
6.2.1. O sentido da conjunção condicional complexa	74
6.3. As orações condicionais no português	79
6.3.1. As estratégias discursivo-pragmáticas	80
6.3.2. A estrutura semântica interna	84
6.3.2.1. Tipo de entidade	84
6.3.2.2. Referência temporal	87
6.3.2.3. Factualidade	89
6.3.2.4. Pressuposição	90
6.3.3. A estrutura formal	95
6.3.3.1. A ordem nas orações condicionais	95
6.3.3.2. A correlação modo-temporal nas construções	98
condicionais	
7 AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NA GRAMÁTICA DISCURSIVO FUNCIONAL	110
7.1. As conjunções condicionais	110
7.1.1. As conjunções condicionais na Gramática Funcional	110
7.1.2. As conjunções condicionais na Gramática Discursivo Funcional	114
7.1.3. A distinção lexical/gramatical nas conjunções condicionais	124
7.1.4. As conjunções condicionais complexas do português	129
7.1.4.1. As conjunções condicionais complexas no nível interpessoal	130
7.1.4.2. As conjunções condicionais complexas no nível	130
representacional	
7.2. A orações condicionais	132

7.2.1. As orações condicionais no nível interpessoal	134
7.2.2. As orações condicionais no nível representacional	136
7.2.3. As orações condicionais no nível morfossintático	138
8 CONCLUSÃO	142
REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

No português do Brasil, além da conjunção *se*, diversas conjunções complexas – tradicionalmente denominadas locuções conjuntivas – atuam na expressão da relação condicional, tais como *desde que*, *contanto que*, *sem que*, *a menos que*, *salvo se*, entre outras. No entanto, apesar da grande variedade de conectores, em geral os trabalhos que se ocupam da expressão da condicionalidade dedicam-se apenas à oração condicional com *se* e raramente centram seu foco de interesse sobre as conjunções complexas. Assim, com exceção dos trabalhos sobre gramaticalização de conjunções, essas locuções têm sido negligenciadas nos estudos sobre a condicionalidade, que se limitam a mencionar sua existência.

Muito pouco se conhece a respeito do funcionamento das conjunções condicionais complexas e acerca de sua contribuição para a expressão da condicionalidade, em especial no português do Brasil. Sabe-se que as diferentes conjunções e locuções conjuntivas não podem ser tratadas como correlatas da conjunção *se*, já que especificam diferentes sentidos para a relação condicional que atualizam. Contudo, não há estudos que tratem da estrutura morfossintática, semântica e pragmática desses conectores, tampouco dos contextos em que essas conjunções complexas são empregadas. Além disso, questões como a forma pela qual o uso da conjunção condicional complexa influencia na configuração formal, semântica e pragmática da oração condicional por ela introduzida ainda não foram respondidas.

Tendo em vista tais considerações, esta tese se apresenta como uma tentativa de elucidar algumas das questões acima apresentadas. Dessa forma, o objetivo que aqui se estabelece é descrever e analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das conjunções condicionais complexas e das orações condicionais por elas introduzidas. Este estudo partiu do pressuposto de que aos diferentes sentidos manifestos pelas conjunções condicionais complexas corresponderiam diferenças em seu comportamento pragmático, semântico e formal.

Diferentemente do que mostram os compêndios gramaticais, as conjunções condicionais complexas encerram diferentes sentidos, podendo ser classificadas em: (i) restritivas positivas e (ii) restritivas negativas. As conjunções classificadas como restritivas positivas apresentam uma condição que limita a validação da oração núcleo,

numa relação em que são ambas verdadeiras, ou ambas falsas. Por outro lado, as conjunções nomeadas restritivas negativas apresentam a oração condicional como a única condição para a não validação da oração núcleo, unindo-se numa relação em que ocorre uma polaridade inversa, ou seja, dada a validação da condicional segue a não validação da núcleo, ou vice-versa.

No entanto, embora as conjunções condicionais complexas expressem sentidos diferentes, as orações condicionais por elas introduzidas demonstram um comportamento bastante similar. Não há diferenças relevantes no que diz respeito a aspectos pragmáticos, semânticos e formais. O que se observa é que a diferença está entre as orações condicionais iniciadas pelas conjunções complexas e aquelas iniciadas por *se*, a conjunção condicional prototípica.

A proposta de estudo que se apresenta fundamenta-se na teoria da Gramática (Discursivo) Funcional, tal como desenvolvida por Dik (1989, 1997), Hengeveld (2004, 2005) e Hengeveld e Mackenzie (no prelo). A teoria da Gramática (Discursivo) Funcional apresenta-se como um modelo teórico-metodológico que, considerando o aspecto funcional da linguagem, propõe a análise dos aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos integradamente. Tendo em vista a teoria utilizada, pretende-se, ainda, verificar a validade tipológica da proposta de análise para as conjunções e as orações condicionais formulada pela Gramática (Discursivo) Funcional e oferecer subsídios para um melhor tratamento dessas estruturas nesse contexto.

O exame das conjunções e orações condicionais revela que, devido às reformulações que levaram à construção da Gramática Discursivo Funcional, é preciso rever alguns pontos dessa teoria, especificamente no que diz respeito à classificação semântica das orações condicionais e também em relação aos critérios classificatórios do estatuto categorial das conjunções.

Esta tese está organizada em três partes. Na primeira parte, contida nas Seções 2 e 3, é apresentado o objeto de estudo deste trabalho. Na Seção 2, discutem-se vários aspectos relacionados às diferentes conjunções condicionais complexas, mostrando-se em que medida elas se assemelham ao *se* e em que medida se diferenciam dele. Na Seção 3 as orações condicionais são definidas segundo os teóricos que se têm empenhado no estudo desse tipo oracional (COMRIE, 1986; FORD e THOMPSON, 1986; DIK, 1990; WAKKER, 1992; entre outros). Em seguida, na segunda parte desta

tese, contida nas Seções 4 e 5, apresentam-se os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa que ora se apresenta. Na Seção 4, descreve-se o quadro teórico no qual este estudo está inserido, destacando-se o modelo de análise proposto pela teoria da Gramática (Discursivo) Funcional nesta tese utilizado. Com base nos trabalhos de Dik (1989, 1997), Hengeveld (2004, 2005) e Hengeveld e Mackenzie (2005, no prelo), discutem-se os aspectos conceituais da teoria da Gramática (Discursivo) Funcional, destacando-se aqueles que se relacionam mais diretamente com este trabalho. Na Seção 5 delimitam-se os parâmetros usados para a descrição e caracterização das conjunções e orações sob análise neste estudo, discutindo-se a relevância de cada um para o entendimento da conjunção e oração condicional. Por fim, na última parte, contida nas Seções 6, 7 e 8, segue a análise dos dados, tendo em vista os parâmetros discutidos nas seções anteriores. Na Seção 6, as conjunções e orações condicionais são descritas segundo os parâmetros especificados na Seção 5. Na Seção 7, propõe-se a análise das conjunções e orações condicionais nos níveis de análise da Gramática (Discursivo) Funcional.

2. AS CONJUNÇÕES CONDICIONAIS

No português, assim como em outras línguas românicas (espanhol, italiano, romeno, francês etc.), a conjunção é o expediente mais comum para marcar a relação condicional.¹ Uma revisão nos compêndios gramaticais revela que, desde o latim, várias conjunções são empregadas para estabelecer a relação condicional. Faria (1958) apresenta, para o latim, além do *si* (se), as conjunções *nisi* (se não), *ni* (se não), *sin* (se pelo contrário), *modo* (contanto que) e *dummodo* (contanto que).

No português arcaico², segundo mostrou Barreto (1999) em seu estudo sobre a gramaticalização de conjunções no português, além do *se*, atuavam também as conjunções **salvo se**, **salvo que**, **contanto que**, **nom que**, **fora**, **fora que**, **fora se**, **senon tanto se**, **ergo**, **marcar que**.

Esse quadro sofre uma drástica redução no português moderno (séc. XVI a séc. XVII), que apresenta as conjunções condicionais **se**, **mais que**, **que**, e **senão**. O quadro seguinte, adaptado de Barreto (1999, p. 45, vol. III), traz as conjunções condicionais do latim ao português moderno, passando pelo português arcaico:

CONJUNÇÕES CONDICIONAIS	
Latim clássico	<i>si</i> (se) <i>nisi</i> (se não) <i>ni</i> (se não) <i>sin</i> (se pelo contrário) <i>modo</i> (contanto que) <i>dummodo</i> (contanto que)
Português arcaico (séc. XIII a séc. XV)	se se/salvo se salvo que contanto que nom que fora fora que fora se senon tanto se Ergo

¹ A junção oracional pode ser expressa também por justaposição, tal como em ‘Tivesse eu me controlado, não estaria tão arrependido’.

² A periodização do português apresentada aqui segue aquela elaborada por Barreto (1999).

	marcar que
Português moderno (séc. XVI a séc. XVII)	se mais que que Senão

Quadro 1 – Conjunções condicionais

No português contemporâneo, além do **se**, conjunção condicional herdada do latim, há, conforme se mencionou na introdução deste trabalho, uma grande variedade de conjunções, o que pode ser observado no seguinte quadro, elaborado a partir de uma revisão dos compêndios gramaticais:

CONJUNÇÕES CONDICIONAIS DO PORTUGUÊS

Rocha Lima (1972)	Se, caso, contanto que, sem que, uma vez que, dado que, desde que, etc.
Bechara (2004)	Se, caso, sem que, uma vez que (com verbo no subjuntivo), dado que, contanto que, etc.
Luft (1989)	Se, caso, sem que (se não), uma vez que, a não ser que, exceto se, a menos que, etc.
Neves (2000)	Se, caso, que, desde que, contanto que, uma vez que, a menos que, sem que, a não ser que, salvo se, exceto se.

Quadro 2 – Conjunções condicionais do português contemporâneo

Essa diversidade, entretanto, foi muito pouco explorada. Os estudos que tratam da condicionalidade, em geral, centram seu foco de interesse na oração condicional em si, tal como se vê, para o português especificamente, nos trabalhos de Gryner (1995), Ferreira (1997), Hirata (1999), Neves (1999), entre outros. Assim, muito pouco foi feito a respeito da conjunção condicional. De fato, no que diz respeito ao português, à exceção de Neves (2000), nos diferentes autores citados acima nenhuma alusão é feita às possíveis diferenças existentes entre as diversas conjunções e locuções conjuntivas arroladas.

Montolío (2000) afirma que a ausência de estudos sobre as locuções conjuntivas se deve ao fato de as diferentes conjunções serem tratadas como equivalentes. Neste trabalho acredita-se que essa predileção pelas condicionais iniciadas pela conjunção **se** se deva mais ao fato de ela ser a mais comum entre as conjunções condicionais, funcionando, como o elemento prototípico da relação condicional.

Os diferentes sentidos que as conjunções condicionais manifestam podem ser observados nos exemplos (1)-(3). Neles pode-se observar não apenas as diferenças de sentido das conjunções e locuções conjuntivas condicionais, mas também o fato de que elas não podem ser consideradas equivalentes.

- (01) **A não ser que** ele vá eu vou.
 (02) **Somente se** ele for eu vou.
 (03) **Se** ele for eu vou.

Os três conectores exemplificados em (01)-(03) especificam diferentes sentidos³ para a relação condicional. Em (01), o conector especifica o evento descrito na oração condicional como condição única para a não realização do evento descrito na oração núcleo. Por outro lado, em (02), ocorre o inverso, uma vez que a locução conjuntiva restringe o evento contido na oração condicional como única condição em que o evento contido na oração núcleo se realiza. Por fim, o uso da conjunção *se* estabelece uma relação de condição mais ampla em (03), em que esses sentidos mais restringidos se perdem.

Essa diferença foi observada por Neves (2000) que, em sua gramática do português, descreve essa variação de sentido estabelecida pelas diferentes conjunções e locuções conjuntivas. Essa autora mostrou que algumas locuções conjuntivas produzem uma leitura diferente daquela produzida pelo **se**. Neves (2000, p. 843) afirma que, em construções iniciadas por **somente se** e **só se**, “os conteúdos proposicionais da **prótase** e da **apódose** têm de ser ou ambos verdadeiros, ou ambos falsos (graças à inferência solicitada).” A autora mostra ainda que há casos em que uma condição necessária e suficiente promove inversão de polaridade: é o que ocorre com o uso das locuções **a não ser que**, **a menos que**, **salvo se** e **exceto se**. Os seguintes exemplos, extraídos dessa autora, ilustram, respectivamente, esses casos:

- (04) Artes por essas bandas, meu irmão, **SÓ SE** for a de furtar. (p. 843)
 (05) Enterrado ou fora da sepultura, o zumbi permanecia como morto, dez horas, **A MENOS QUE** continuasse sendo alimentado (...) (p. 845)

³ O termo sentido é usado para cobrir os valores expressos pelas conjunções condicionais complexas.

Essa mesma diferença já havia sido observada também por Visconti (1996) em seu estudo sobre as locuções conjuntivas do inglês e italiano. A autora sugere uma distinção tripartite para as locuções conjuntivas condicionais e as classifica em: **hipotéticas, restritivas positivas e restritivas negativas**.

As locuções conjuntivas hipotéticas introduzem a proposição veiculada pela oração condicional como a condição da qual a proposição veiculada pela oração núcleo é contingente. Para as construções introduzidas por esse tipo de perífrase conjuncional, Visconti (1996) propõe a leitura “considere q na situação dada por p ”. As construções abaixo exemplificam alguns desses casos:

(06) *Nel caso in cui/casomai fossero in ritardo, possiamo sempre aspettarli al bar* (p. 569)

No caso em que eles estivessem atrasados poderíamos sempre esperá-los no bar.

(07) *However, in the event of an emergency situation in a third country posing a threat of a sudden inflow of nationals from that country into the Community, the Council [...] may introduce, for a period not exceeding six months, a visa requirement for nationals from the country in question.* (p. 551)

Entretanto, **no evento de** uma situação de emergência num terceiro país provocando a ameaça de um aumento repentino de cidadãos daquele país na Comunidade, o Conselho [...] pode introduzir, por um período não excedente a seis meses, um pedido de visto para os cidadãos do país em questão.

As locuções conjuntivas restritivas positivas introduzem a proposição descrita na oração condicional como uma condição que limita a validade/contingência da proposição descrita na oração núcleo. As construções introduzidas por esse tipo de conjunção recebem a leitura “ p é a situação específica na qual q ”. Abaixo seguem exemplos desse tipo de conjunção composta (VISCONTI, *mimeo*).

(08) *Farò finta di niente, a patto che l'incidente non si ripeta.* (p. 2)

Farei de conta que nada aconteceu, contanto que o incidente não se repita.

(09) *January 1957 shall, in so far as they serve only to compensate for the absence of customs protection, be progressively reduced under the same conditions as apply to the elimination of custom duties (Art. 92.3c).* (p. 1)

Janeiro de 1957 deve, **contanto que** eles sirvam apenas para compensar a falta de proteção da alfândega, ser progressivamente reduzido às mesmas condições no que se aplica a eliminação das taxas alfandegárias.

No caso de uma conjunção complexa restritiva negativa, segundo a autora, a proposição contida na oração condicional é apresentada como a única condição para que

a proposição contida na oração núcleo não ocorra. Essas conjunções podem ser lidas por “não p é a situação específica na qual q ”. Esse tipo é exemplificado pela conjunção do inglês *unless*:

(10) *Unless it's raining we're going to the beach.*

A não ser que esteja chovendo nós vamos à praia.

A diferença discutida anteriormente evidencia o fato de que as conjunções condicionais complexas se diferenciam não apenas em relação ao *se*, mas entre elas próprias. Dessa forma, os três diferentes sentidos especificados pelas conjunções condicionais complexas compreendem parte da condicionalidade, que não pode ser totalmente compreendida sem que eles sejam explicados. Além disso, as diferenças não existem apenas no âmbito do tipo de relação condicional que as conjunções complexas atualizam, mas também no que diz respeito a sua própria estrutura interna. As conjunções complexas se constituem a partir de diferentes bases lexicais e, dessa forma, é preciso investigar de que maneira essas diferenças se refletem no uso que é feito dessas conjunções.

Tendo em vista as diferenças que se observam, faz-se necessário avaliar as conseqüências que o uso desses conectores traz para a configuração formal, semântica e pragmática da oração condicional. Ou seja, é preciso um estudo que avalie as diferenças formais, semânticas e pragmáticas decorrentes do uso dos diferentes modos de estabelecer uma oração condicional.

Estudos dessa natureza já foram realizados para o italiano (VISCONTI, 1996), o inglês (VISCONTI, 1996), o francês (DOSTIE, 1985) e o espanhol (MONTOLÍO, 2000). Tais tratados chegam a diferentes conclusões, revelando que – considerando-se as respectivas línguas – as orações condicionais introduzidas pelas conjunções complexas podem apresentar tanto semelhanças quanto diferenças em relação ao comportamento observado nas orações condicionais em que se verifica o uso da conjunção condicional canônica.

Nesse sentido, tendo em vista dados do italiano e do inglês, Visconti (1996) mostrou que as conjunções complexas podem estabelecer três tipos de relação condicional, tal como explicitado a partir dos exemplos (01)-(03), ainda que todas

expressem a relação **condição para realização** → **conseqüência/resultado da condição**, tal como a conjunção **se**.

Contrariamente, para Montolío (2000), a principal razão para diferenciar do **se** as conjunções complexas é justamente o fato de elas estabelecerem outro tipo de relação, que não aquela de condicionalidade estabelecida pela conjunção condicional canônica. A partir do estudo das locuções conjuntivas condicionais no espanhol, Montolío (2000), propôs que, ao invés de estabelecer uma relação de condição (como no caso das condicionais prototípicas), as conjunções complexas estabelecem, de fato, uma relação de circunstância, em que um evento se localiza em relação ao outro, mas não numa relação de causa e conseqüência como na relação condicional. Em outras palavras nesse caso, as orações apresentam dois eventos simultâneos, que co-ocorrem.

Montolío (2000) acredita que sua afirmação se sustenta no fato de as conjunções complexas serem incompatíveis com o elemento resumitivo **então**, comum nas condicionais canônicas, como mostram os seguintes exemplos do espanhol apresentados pela autora:

(11a) **Si** no *llueve*, entonces *iremos a la playa*.

Se não chove, então vamos à praia.

(11b) ***A no ser que/ a menos que/ salvo que/ excepto que** *llueva* entonces *iremos a la playa*. (p. 158)

*A não ser que/a menos que/salvo se/exceto se chover/chova então vamos a praia.

Nos termos de Montolío (2000), a relação de circunstância estabelecida entre os estados-de-coisas contidos na oração condicional e na oração núcleo impossibilita uma leitura causal, daí a incompatibilidade dessas construções com o elemento **então**, que manifesta um valor de elo referencial ou causal.

Essa afirmação, no entanto, não se sustenta para o português, já que Neves (2000, p. 837) mostra exemplos de condicionais iniciadas por conjunções complexas combinadas com o elemento **então**, como atesta o exemplo abaixo, extraído dessa autora:

(12) **Se/desde que (é um fato que)** o senhor não recebeu o telegrama, **então (daí, em conseqüência)** eu vou apurar quem o engoliu.

Do ponto de vista pragmático-discursivo, as condicionais introduzidas pelas conjunções condicionais complexas também parecem ter um comportamento diferente daquele observado nas condicionais canônicas. Montolío (2000) afirma que as condicionais iniciadas por conjunções complexas, devido ao caráter restritivo, não podem desempenhar a função de tópico, como Ford e Thompson (1986) verificaram ser o caso das condicionais prototípicas. É o que mostra o exemplo do espanhol, extraído de Montolío (2000, p. 158):

- (13) A: *Ya he acabado el trabajo.*
 a)B: *Pues si ya has acabado el trabajo, salgamos a cenar por ahí.*
 b)B **Pues a condición de que ya hayas acabado el trabajo, salgamos a cenar por ahí*
 A: Já acabei o trabalho.
 a)B: Pois se já acabou o trabalho, vamos sair para jantar.
 b)B*Pois na condição de que tenha acabado o trabalho, vamos sair para jantar.

Tais considerações mostram que não apenas as conjunções condicionais complexas se diferenciam do *se* como também as orações condicionais por elas introduzidas podem assumir um comportamento diferente daquele observado na condicional prototípica. Dessa forma, acredita-se que a limitação do estudo à condicional canônica impossibilita um conhecimento mais amplo da condicionalidade. Além disso, os diversos estudos mencionados apresentam diferentes resultados, o que reforça a necessidade de um estudo específico para o português do Brasil que descreva as características específicas apresentadas pelas conjunções condicionais complexas e pelas orações condicionais por elas introduzidas nessa língua.

3. A ORAÇÃO CONDICIONAL

Vários são os pontos de vista adotados para conceituar a oração condicional e, dessa maneira, a lista de definições que poderiam ser apresentadas aqui é bastante extensa (DUCROT, 1972; HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; DIK, 1990; DANCYGIER, 1998; NEVES, 1999; entre outros). Desde a tradição grega, estudiosos ligados à filosofia, à lógica e à gramática têm-se empenhado em responder a questão do que seria a oração condicional e, embora a busca por uma definição tenha sido central nesses estudos, não há um conceito do que constituiriam essas construções.

Em geral, a oração condicional é concebida como uma oração subordinada que se caracteriza pela relação **condição para realização → consequência/resultado da realização** que une as proposições **p** e **q** (COMRIE, 1986; DANCYGIER, 1998; NEVES, 1999; entre outros).

A partir dessa definição geral, três aspectos mais centrais podem ser considerados na caracterização da oração condicional: (i) o processo de articulação que origina a construção condicional; (ii) a natureza semântica da relação que une as duas orações e (iii) os diferentes valores que essa relação pode assumir. Neste trabalho, consideraremos o modo como esses aspectos são tratados dentro do paradigma funcional, levando em conta principalmente os modelos da G(D)F, nos quais se fundamenta este trabalho.

3.1. A oração subordinada condicional

No que diz respeito à articulação de orações, a condicional é tradicionalmente (cf. CUNHA e CINTRA, 1985; LUFT *et al.*, 1989) definida como um tipo de oração subordinada adverbial: subordinada, na medida em que não possui autonomia sintática, e adverbial porque desempenha a mesma função de um advérbio dentro de uma oração principal.

Essa noção é fortemente discutida no paradigma funcionalista, principalmente nos trabalhos de Halliday (1985) e Matthiessen e Thompson (1988), que questionam a visão da Gramática Tradicional e propõem diferenciar encaixamento de hipotaxe. Assim, os autores distinguem os processos de (i) parataxe (coordenadas), hipotaxe

(subordinadas adverbiais) e encaixamento (substantivas e adjetivas). De acordo com essa proposta, as orações adverbiais, diferentemente das substantivas, não devem ser descritas em termos de constituição, mas como um tipo de relação em que elementos de categorias diferentes estão combinados. Os autores mencionados se assemelham também no que diz respeito ao modo como propõem entender a oração condicional, concebida como uma oração não nuclear que traz algum tipo de informação suplementar à oração com a qual se relaciona sem, no entanto, atuar como um constituinte dessa.

Assim, para Halliday (1985), a oração condicional é um tipo de hipotaxe de realce, na medida em que modifica a oração nuclear, qualificando-a em relação à condicionalidade. Apoiando-se na classificação de Halliday (1985), a obra de Matthiessen e Thompson (1988) entende a oração condicional como uma oração hipotática de realce que codifica relações retóricas, em que um elemento se ancora em outro, sendo o núcleo, essencial aos objetivos do falante, e o satélite, aquele que traz a informação suplementar.

Uma visão diferente daquela encontrada nos autores mencionados (HALLIDAY, 1985; MATTHIESSEN e THOMPSON, 1988) é oferecida por Hengeveld (1996). O autor concebe a oração condicional como uma oração subordinada, na medida em que sua estrutura é governada pela estrutura subjacente de uma oração principal e pode ser suprimida dela (núcleo) sem trazer conseqüências à sua gramaticalidade.

Neste trabalho, adota-se a visão encontrada em Halliday (1985) e em Matthiessen e Thompson (1988). Nesses trabalhos, prova-se que orações adverbiais e substantivas não são originadas pelo mesmo processo, resultando em estruturas sintático-semânticas diferentes. Assim, do ponto de vista da articulação de orações, as orações condicionais são entendidas neste estudo como resultantes da combinação de elementos de categorias diferentes, em que um elemento (a oração condicional) se ancora em outro (oração núcleo), acrescentando-lhe uma condição.

3.2. A natureza da relação se p (então) q

A relação estabelecida entre os enunciados de uma oração condicional, desde a tradição gramatical até a lingüística moderna, é, usualmente, caracterizada pela expressão **se p (então) q**, a partir da qual se lê que uma oração oferece condição para

realização da outra oração. Essa relação, no entanto, pode receber variadas interpretações, dependendo do ponto de vista adotado para concebê-la.

De uma perspectiva ligada à lógica, Comrie (1986) afirma que a expressão da condicionalidade deve estar associada à causalidade, o que exige uma estreita ligação entre **p** e **q**. Em outras palavras, para esse autor, a relação expressa em uma oração condicional deve ser interpretada como uma relação de causa e consequência, como se vê no exemplo (14).

(14) Se chover, molhará a rua.

No entanto, essa relação de causalidade não se sustenta para todos os tipos de construções condicionais de uma língua natural, e pode ser facilmente contestada por exemplos como os que se oferecem em (15)-(16), nos quais não é possível uma leitura do tipo causa-consequência.

(15) Se não for se incomodar, me passa o sal.

(16) Se você tiver fome, tem biscoitos no armário.

Para Comrie (1986), casos como esses devem ser considerados como construções atípicas, que fazem uso da estrutura da condicional, mas que não expressam a condicionalidade, de fato.

Entretanto, tendo em vista os vários estudos realizados sobre o uso das orações condicionais (FORD e THOMPSON, 1986; FILLENBAUM, 1986; FORD, 1997; OLIVEIRA, 2004), neste trabalho parte-se da premissa de que a manifestação da condicionalidade nas línguas naturais nem sempre envolve a expressão de causalidade entre as duas proposições. Nesse sentido, toma-se como base a proposta de Dik (1990) que, em um estudo sobre a semântica das orações condicionais, representa a relação de condição a partir do esquema

$(\alpha)_{\text{cond}}, \beta$

“Se α , então β ”

em que “o valor de β é considerado dependente do valor de α . O ‘valor de β ’ pode ser o valor de verdade de β ou o valor comunicativo de β .”⁴ Pelo esquema desse autor pode-se entender que a relação de condicionalidade nem sempre implica uma relação de causalidade, mas que pode estar relacionada, também, à relevância comunicativa de um ato de fala.

Apesar de bastante amplo, tal esquema permite caracterizar tanto as orações condicionais em que se verifica uma relação causal forte, quanto as condicionais em que essa relação não existe. Pode-se dizer, assim, que esse esquema admite a existência de mais de um tipo de relação condicional, o que se discute a seguir.

3.3. Uma tipologia da relação se p (então) q

Não obstante as diversas posições adotadas para entender as diferentes configurações que a relação condicional pode assumir (SWEETSER, 1990; DIK *et al*, 1990; DANCIGYER, 1998; HARDER, 1996; PÉREZ QUINTERO, 1998), em geral são identificados três tipos de relação, que podem ser entendidas segundo a terminologia de Sweetser (1990): (i) de conteúdo, (ii) epistêmica e (iii) de atos de fala.

Na relação de conteúdo, a oração condicional une dois estados-de-coisas, sendo a realização do estado-de-coisas contido na oração principal dependente da realização do estado-de-coisas contido na condicional. É o que se pode observar no exemplo (17), extraído de Sweetser (1990) no qual o evento ‘*Mary goes*’ é apresentado como condição para a realização do evento ‘*John will go*’:

- (17) *If Mary goes, John will go.*
Se Mary vai, John irá.

Outro tipo de relação é ilustrado em (18), em que a oração condicional pode estabelecer uma relação epistêmica, a partir da qual a validade do conteúdo proposicional veiculado pela oração principal é dependente da validade da proposição expressa pela condicional. Nesses casos verifica-se uma relação de implicação epistêmica, isto é, a verdade da proposição expressa na oração núcleo depende da

⁴ ... the value of β is considered dependent on the value of α . The ‘value of β ’ may be the truth value of β , or the communicative value of β . (p. 237)

verdade da proposição realizada pela oração condicional. É o que se vê no exemplo (18), retirado de Sweetser (1990):

- (18) *If she is divorced, she's been married.*
Se ela é divorciada, ela foi casada.

Sweetser (1990) admite que a distinção entre esses dois primeiros tipos não é clara. De acordo com a autora, a diferença entre ambos está no fato de que na condicional de conteúdo a relação entre as orações segue a ordem causa-conseqüência: assim, a condicional apresenta uma condição para a realização de um estado-de-coisas. Por outro lado, o segundo tipo se realiza na ordem inversa, ou seja, conseqüência-causa e, então, a condicional oferece uma condição para a validação de uma proposição.

Por fim, no terceiro tipo, a relação que se estabelece é de adequação do ato de fala, isto é, a oração condicional valida, em termos de felicidade (AUSTIN, 1962) e de adequação pragmática, o ato de fala expresso pela oração núcleo. Isso pode ser visto no exemplo (19), também de Sweetser (1990), em que a condicional avalia as condições de felicidade do ato seguinte:

- (19) *There are biscuits in the side board if you want them.*
Tem biscoitos no armário se você quiser.

Entre os diferentes autores que apresentam uma tipologia semelhante à apresentada aqui, estão Dik *et al.* (1990), que propõem interpretar a relação entre a oração condicional e a oração núcleo nos termos da estrutura subjacente da oração, tal como concebida pelo modelo da Gramática Funcional. Assim, os autores classificam a condicional tendo em vista a camada da estrutura subjacente à qual ela está ligada. Dessa relação, são distinguidos três tipos de satélite condicional, que se identificam com os três tipos de relação descritos acima:

- (i) **satélite de predicação:** atua na camada da predicação, condicionando a realização de um estado-de-coisas, estabelecendo uma relação de conteúdo;
- (ii) **satélite proposicional:** atua na camada da proposição, condicionando a validade de um conteúdo proposicional, estabelecendo uma relação epistêmica;

- (iii) **satélite ilocucionário**: atua na camada dos atos de fala, condicionando a relevância comunicativa de um ato de fala, estabelecendo relação de adequação pragmática.

É preciso ressaltar que uma reformulação da Gramática Funcional tem sido discutida, levando à construção da Gramática Discursivo Funcional, o que será mais bem explicitado na Seção 3 desta tese. Nesse processo, o termo **satélite**, definido nos termos da posição do constituinte, foi abandonado. A atual Gramática Discursivo Funcional usa o termo **modificador**, referindo-se à função de modificação exercida por essa categoria. Além disso, não se pode deixar de mencionar que a distinção das camadas tal como levada a cabo pela Gramática Funcional é revista no novo modelo. A Gramática Discursivo Funcional reconhece quatro níveis de descrição lingüística que, embora organizados em camadas hierárquicas, não correspondem necessariamente às camadas da Gramática Funcional. Esse fato leva à necessidade de uma revisão da tipologia das condicionais dentro do contexto da Gramática Discursivo Funcional, a fim de verificar as implicações que os recentes desenvolvimentos da teoria trazem para a classificação dos tipos de relação condicional. É preciso repensar não apenas a terminologia usada, mas também o modo como essa tipologia é concebida.

3.4. Os estudos sobre as orações condicionais

Conforme se afirmou no início desta seção, a literatura existente sobre as orações condicionais é extensa e variada. Na tradição filosófica, os estudos sobre a oração condicional são orientados pela teoria da implicação material (SMITH, 1983), que, segundo lingüistas diversos, falha na medida em que não apresenta uma proposta sustentável ao estudo das condicionais nas línguas naturais (AKATSUKA, 1986; GÓMEZ MARQUÉZ, 2003). Dessa forma, estudos realizados segundo diferentes abordagens lingüísticas permitiu conhecer algumas das propriedades que as orações condicionais manifestam em línguas naturais.

Uma das questões que orientam os estudos a respeito das orações condicionais tem sido investigar em que medida há uma correlação entre as propriedades pragmáticas, semânticas e formais dessas construções. Para tanto, trabalhos realizados

com tal objetivo privilegiam uma abordagem descritiva. Entre eles se destacam, sobretudo: os trabalhos sobre a relação entre prótase e apódose, como os de Awerca (1986), Sweetser (1990), Athanasiadou e Dirven (1997), Harder (1996), Dik (1990) e Dancygier (1998); os estudos sobre os graus de hipoteticidade, tal como o trabalho de Comrie (1988); e os tratados acerca das funções da oração condicional, como os trabalhos de Haiman (1978), Ford e Thompson (1986) e Ford (1993, 1997).

Especificamente no português, as orações condicionais foram tratadas de acordo com aspectos diversos, tais como o modelo em camadas da GF (HIRATA, 1999; NEVES, 1999; SOUSA, 2003), as funções pragmáticas que desempenham (HIRATA, 1999; OLIVEIRA, 2004, 2006), a ordem em que ocorrem (FERREIRA, 1997), o grau de vinculação entre cláusulas (GRYNER, 1995), o grau de hipoteticidade (NEVES, 1999), e ainda a sobreposição de valores (HIRATA, 2005).

Um aspecto comum a esses trabalhos é o estabelecimento de uma tipologia das orações condicionais, que, partindo de diferentes pontos de vista, adotam distintos parâmetros definidores desse tipo oracional, levando, assim, a um grande número de categorizações.

No campo semântico, uma preocupação comum é categorizar o tipo de relação existente entre os dois enunciados na construção condicional. Uma revisão desses tratados revela que, embora haja um consenso no sentido de que é comum reconhecer três tipos de condicional, existe um intenso debate a respeito de qual seria o critério mais adequado no momento de se estabelecer tal tipologia. Embora a crítica (WAKKER, 1992; DECLERCK, 2000) afirme não haver consenso na determinação dos tipos de condicional, defendendo necessidade de se propor uma categorização mais uniforme, é possível sim encontrar, na literatura corrente, um denominador comum entre as diversas tipologias existentes.

Desse modo, é possível relacionar as tipologias elaboradas por Sweetser (1990), Dik *et al* (1990), Harder (1996) e Dancygier (1998). Esta possibilidade se deve, primeiramente, ao fato de que é corrente, entre os diversos autores mencionados, a tipologia tripartite. O quadro seguinte resume as tipologias mencionadas:

TIPOLOGIAS DAS ORAÇÕES CONDICIONAIS

SWEETSER (1990)	condicionais de conteúdo, condicionais epistêmicas, condicionais dos atos de fala;
DIK <i>ET AL</i> (1990)	condicionais predicacionais, condicionais proposicionais, condicionais dos atos de fala.
HARDER (1996)	condicionais de causa, condicionais de seqüência epistêmica, condicionais dos atos de fala;
DANCYGIER (1998)	condicionais de causa, condicionais de inferência epistêmica, condicionais de atos de fala e metatextuais;

Quadro 3 – Tipologias das orações condicionais

Observe-se que os tipos distinguidos são bastante semelhantes, sendo que a tipologia estabelecida com base nos mesmos critérios, explicitados, nesta tese, pela proposta de Sweetser (1990). Assim, a diferença entre as propostas parece resumir-se muito mais à terminologia empregada pelos autores do que quanto aos tipos distinguidos. É preciso mencionar, entretanto, que falta a esses estudos uma proposta tipológica que mostre a relevância desses três tipos de condicional para outras línguas, já que todas as classificações foram estabelecidas com base em dados do inglês. Em outras palavras, não há dados que atestem a validade dessa classificação em diferentes famílias lingüísticas e, portanto, não é possível assegurar a validade tipológica dessa categorização.

Outra questão que tem chamado a atenção dos teóricos diz respeito ao grau de hipoteticidade veiculado pelas orações condicionais. Na literatura, encontram-se tipologias como aberta/fechada, real/irreal ou real/potencial/irreal. Comrie (1986) afirma que esses tipos não devem ser entendidos como categorias discretas, mas, ao contrário, como categorias graduais. Dessa maneira, segundo Comrie (1986, p. 88), é possível evitar

(...) as formulações confusas e freqüentemente vazias que tentam distinguir entre condicionais reais (abertas) e hipotéticas, formulações tais como ‘nada está implicado’ acerca do preenchimento ou probabilidade de preenchimento *versus* ‘somente concebida como uma suposição, e pode ou não pode ser preenchida’.⁵

⁵ (...) the contorted and often empty formulations attempting to distinguish between real (open) and hypothetical conditionals, formulations such as ‘nothing is implied’ about the fulfilment or probability of fulfilment versus ‘only conceived as a supposition and may or may not be fulfilled’.

Esse autor postula que a hipoteticidade deve ser entendida como probabilidade de realização da situação que vem referida na construção condicional e propõe um contínuo em que dois eixos, maior e menor probabilidade de ocorrência, indicam maior e menor grau de hipoteticidade. Comrie (1986) acrescenta ainda que as diferentes línguas fazem diferentes distinções ao longo desse contínuo, e a tipologia deve ser, portanto, baseada em descrições específicas para cada língua.

Outra visão da hipoteticidade é encontrada em Athanasiadou e Dirven (1997), que fazem uma separação entre essa categoria, a da condicionalidade e a da contrafactualidade, e defendem que, embora a hipoteticidade e a contrafactualidade sejam atualizadas pela oração condicional, é preciso separar os três domínios. Para os autores, a condicionalidade é mais ampla e não está necessariamente associada à manifestação da hipoteticidade.

De um ponto de vista mais pragmático, as orações condicionais têm sido abordadas segundo as funções que desempenham no contexto discursivo em que são empregadas. O ponto de partida para esses estudos é, sem dúvida, o célebre trabalho de Haiman (1978), que, partindo da noção de tópico tal como formulada por Chafe (1976), associou os conceitos de topicalidade e condicionalidade. Haiman (1978) diz que, assim como os tópicos, as condicionais constituem uma moldura de referência, veiculando a informação dada, em relação à qual a oração principal se constitui.

Nesse mesmo sentido, Ford e Thompson (1986), tendo em vista a associação entre condicionais e tópicos proposta por Haiman (1978), avaliam o tipo de relação que as condicionais contraem com o discurso precedente, caso das antepostas, e com o subsequente, caso das pospostas. Partindo dessa relação, Ford e Thompson (1986) sugerem uma distinção entre quatro tipos de funções que a condicional anteposta pode ter, o que se exemplifica usando ocorrências de Hirata (1999, p. 43, 44):

(i) **tópico de retomada**: retoma uma afirmação já mencionada no discurso:

(20) Ao contrário afirma que as condições de seu cultivo são por si mesmas parte integrante do processo. **Se essa teoria não fosse verdadeira**, seria necessário abandonar a idéia de que a educação é algo mais que aquisição de informação.
(AE/LT)

(ii) **tópico de contraste**: contrasta algo em relação à afirmação precedente:

(21) Essa “tendência para antropomorfizar”, utilizando as palavras de P. Veyne, o produto do trabalho humano decorre, como vimos no primeiro capítulo, da própria ambigüidade essencial do artefato: a um só tempo faz parte do universo físico, enquanto matéria, e humano, enquanto produto do trabalho e mediador das relações sociais. No entanto, **se considerarmos que o motor da modificação tipológica se encontra na dinâmica das relações sociais e econômicas – como na década de 70 propuseram Klein, Binford e Schiffer** – então a concepção de desenvolvimento endógeno do artefato representa fetichização. (ARQ/LT)

(iii) **tópico de exemplificação**: exemplifica uma generalização anterior:

(22) Não se pode negar que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força. **Se examinarmos, por exemplo, os mapas de distribuição do povoamento durante quatro séculos e meio de história moderna da Venezuela**, vemos que as manchas representativas da presença humana no território são repetidas. (PGN/LT)

(iv) **tópico de opção**: oferece novas possibilidades cujas conseqüências devem ser exploradas:

(23) Mané Gorila: Ontem mesmo dei dez contos do meu bolso pra comprar bancos pra escolinha lá do morro. **Se vocês ficassem aqui**, eu era até capaz de fazer uma escola aqui também. É preciso ensinar essas crianças a ler. Sem saber ler elas não vão poder votar amanhã. (IN/LD)

Quando a oração condicional ocorre posposta à oração núcleo, ela pode assumir a função de **adendo restritivo**, restringindo o significado da oração núcleo. É o que se verifica no caso (24), extraído de Hirata (1999, p. 44), dado abaixo.

(24) Não teremos compreendido o fenômeno que se evidenciou em termos políticos **se não tivermos a coragem de enfrentar os problemas fundamentais para o país.** (G–LO)

As orações condicionais foram estudadas também em relação às estratégias comunicativas por elas atualizadas. Ford (1997), para o inglês, e Oliveira (2004), para o português, observaram que as condicionais constituem um excelente expediente para a expressão da polidez, como mostra o exemplo:

(25) Se não for incomodar, você me dá uma carona?

Em ambos os trabalhos mencionados, discute-se que, em casos como esses, o grau de hipoteticidade veiculado pela oração condicional permite ao falante atenuar um ato de ameaça à face, no caso um pedido, tornando-o, dessa forma, mais polido. Isso se deve ao fato de que, segundo Ford (1997), o grau de hipoteticidade da oração condicional permite ao falante descomprometer-se da verdade de seu enunciado. Por outro lado, Fillenbaum (1986), com base em dados do inglês, mostrou que as condicionais podem realizar também estratégias de promessa e ameaça, o que foi verificado também por Oliveira (2002) para o português.

Outros temas têm sido bastante discutidos em estudos sobre as orações condicionais. Recentemente, os estudiosos desse tipo oracional têm voltado sua atenção para aspectos como o desenvolvimento histórico das condicionais e a sobreposição de valores condicionais, causais, temporais e concessivos e, ainda, para o fato de que outros tipos oracionais, além da condicional canônica, podem expressar o sentido de condição.

Especificamente no que diz respeito ao modelo teórico que fundamenta este estudo, muito pouco foi realizado sobre as orações condicionais. No contexto da GF, as orações condicionais têm sido estudadas, sobretudo, no que diz respeito à tipologia dos satélites (Dik, 1990; Dik *et al* 1990, Wakker, 1992, 1994, 1996; Cuvalay, 1996). Os vários estudos discutem, principalmente, a validade da distinção tripartite apresentada em Dik *et al* (1990).

3.4.1. As orações condicionais na Gramática Funcional⁶

Na Gramática Funcional (doravante GF), as orações adverbiais são concebidas como um tipo de satélite oracional, que pode qualificar a camada do predicado, da predicação, da proposição ou da ilocução. Assim, quatro tipos de satélite são distinguidos, considerando-se a camada com a qual o satélite está ligado (DIK *et al.* 1990). No que diz respeito especificamente às orações condicionais, a partir da tipologia dos satélites apresentada acima, Dik *et al.* (1990) propõem distinguir três tipos de satélite condicional, tal como definidos na Subseção 3.3, e que exemplifica-se a seguir:

⁶ A análise dos exemplos apresentada nesta subseção segue a teoria da Gramática Funcional, discutida na Seção 4.

Satélite condicional de predicação: um satélite condicional nesse nível especifica a ocorrência de um estado-de-coisas como dependente da ocorrência de outro estado-de-coisas.

(26) *He'll take his umbrella in case of rain.*⁷
Ele pegará seu guarda-chuva em caso de chuva.

(i) **Satélite condicional proposicional:** um satélite condicional nesse nível especifica a verdade de uma proposição como dependente da verdade de outra proposição.

(27) *If John stays, Peter will leave*
Se John ficar, Peter partirá.

(ii) **Satélite condicional ilocucionário:** um satélite condicional nesse nível especifica uma condição para a felicidade do ato de fala enunciado na oração principal.

(28) *John has left, in case you haven't heard.*
John partiu, no caso de você não ter tomado conhecimento.

Essa classificação, no entanto, tem sido fortemente discutida no contexto da Gramática Funcional. Dik (1990), no mesmo volume, ao tratar da semântica das condicionais, abandona o satélite condicional de predicação, adotando uma visão bipartite, tratando apenas os satélites condicionais proposicionais e ilocucionários. Essa visão pode ser encontrada também em Wakker (1992).

Essa autora afirma que a diferença entre as condicionais de predicação e as proposicionais tal como estabelecida em Dik *et al* não é clara, já que a distinção parece estar associada mais à complexidade interna do satélite em si, ou seja, ao tipo de entidade por ele designado, e não à camada à qual o satélite está ligado. Assim, Wakker (1992) abandona a tipologia dos satélites encontrada em Dik *et al* (1990), centrando-se somente nos satélites proposicionais e ilocucionários, numa postura semelhante àquela encontrada em Dik (1990).

⁷ Os exemplos 26-28 foram extraídos de Dik *et al* (1990, p. 34).

Em trabalhos posteriores, Wakker (1994, 1996) mantém sua crítica em relação à tipologia proposta por Dik *et al* (1990), mas, por outro lado, reconhece a necessidade de uma classificação tripartite. Dessa forma, a autora propõe uma tipologia em que não se considera o tipo de entidade designado pela oração condicional. Para Wakker (1994, 1996), a classificação deve ser estabelecida apenas no que diz respeito à camada com a qual o satélite condicional se relaciona, independentemente da estrutura interna desse satélite. Ou seja, para essa autora, a classificação deve ser estabelecida com base na unidade que a condicional modifica, e não em relação ao tipo de entidade que ela descreve, como o fazem Sweetser (1990) e Dik *et al* (1990).

Assim, segundo Wakker (1994, 1996), o primeiro tipo, semelhantemente à Sweetser (1990) e Dik *et al* (1990), é definido como condicional de predicação, uma vez que apresenta uma condição para a realização do estado-de-coisas designado pela oração principal, tal como se vê no exemplo abaixo, extraído dessa autora, (WAKKER, 1996, p. 181):

- (29) *If it rains he will take his umbrella.*
Se chover ele pegará seu guarda-chuva.

No segundo tipo, a verdade da proposição designada pela oração núcleo é dependente da condição expressa pelo satélite condicional. A diferença entre o tipo distinguido em Wakker (1994, 1996) daqueles propostos por Sweetser (1990) e por Dik *et al* (1990) é que, no trabalho de Wakker (1994, 1996), essas condicionais são entendidas como satélites fonte, uma vez que fazem referência à fonte evidencial da proposição enunciada. Segundo a autora, mesmo quando essa fonte é o falante, ela deve ser explicitada. Esse é o caso do exemplo abaixo:

- (30) *If I am not mistaken, Peter is at home.*
Se eu não me engano, Peter está em casa.

Por fim, no terceiro tipo distinguido por Wakker (1994, 1996), os satélites condicionais se relacionam ao ato de fala enunciado pela oração principal e são, portanto, definidos como satélites condicionais ilocucionários. É o que mostra o seguinte exemplo:

- (31) *If it's raining, there's an umbrella in my wardrobe.*
Se estiver chovendo, tem um guarda-chuva no meu armário.

A crítica de Wakker (1994, 1996) se justifica no que diz respeito ao fato de que a complexidade semântica interna da oração condicional, isto é, o tipo de entidade que ela designa, não deve ser confundida com a camada em que essa oração condicional pode atuar. Isso foi discutido também por Cuvalay (1996), que mostrou que as orações condicionais com diferentes graus de complexidade interna, ou seja, designando diferentes tipos de entidade, podem atuar nas três camadas da estrutura subjacente. Cuvalay (1996) discutiu que, em alguns casos, satélites condicionais designando entidades de segunda ordem, ou seja, um estado-de-coisas, podem relacionar-se a um conteúdo proposicional, atuando, dessa forma, na camada da proposição. Essa autora defende que não há uma correlação entre a complexidade interna do satélite condicional e a camada com a qual ele se relaciona.

Entretanto, essa classificação também traz alguns problemas, já que a definição de satélite fonte não se aplica a todas as condicionais que se relacionam a um conteúdo proposicional. Em outras palavras, em alguns casos a oração condicional pode relacionar-se a uma proposição sem, no entanto, apresentar a fonte evidencial desse conteúdo, o que é ilustrado pelo exemplo abaixo:

- (32) Convém, por isso, esclarecer desde logo, a significação dessas designações. A formação corresponde a uma seqüência de camadas caracterizada por certas peculiaridades litológicas. **Duas ou mais formações podem ser reunidas em um grupo, desde que haja um motivo plausível para as associar.** Como exemplo de formação geológica podemos mencionar a Formação (AVP-T)

Observe-se, nesse caso, que a oração condicional, embora esteja relacionada a uma proposição, não é apresentada como a fonte desse conteúdo proposicional. Em outras palavras, o fato de a condicional se relacionar a uma proposição não é condição suficiente para classificá-la como satélite fonte, já que nem sempre ela vai apresentar a fonte da proposição à qual ela está ligada.

Neste trabalho parte-se da tipologia estabelecida por Dik *et al* (1990), que será reavaliada nos níveis da GDF, a fim de verificar as implicações que o novo modelo pode trazer ao estudo das orações condicionais. Além disso, as orações condicionais

serão classificadas de acordo com o tipo de unidade que qualificam, sem levar em conta os tipos de entidade por ela designado.

3.4.1.1. Satélites condicionais restritivos e não-restritivos

Dik *et al.* (1990) afirmam que as diferenças entre os satélites se manifestam em sua estrutura sintático-semântica e, assim, é possível distinguir entre satélites restritivos e satélites não-restritivos, dependendo do modo como o satélite contribui com o bloco informacional contido na oração núcleo, isto é, considerando-se o modo como participam da unidade tópico-foco da oração matriz com a qual estão relacionados.

Os satélites restritivos são aqueles considerados pragmaticamente indispensáveis à representação de um estado-de-coisas. Essa definição, segundo os autores, não se aplica aos satélites condicionais proposicionais e ilocucionários, na medida em que eles são, necessariamente, não-restritivos, já que não se relacionam ao estado-de-coisas, mas às camadas mais altas da oração.

Os satélites restritivos formam, juntamente com a oração principal, uma unidade informacional e, por essa razão, são pragmaticamente obrigatórios, não podendo ser retirados dela sem afetar seu conteúdo informacional. Como consequência disso, nos termos de Dik *et al.* (1990), os satélites restritivos estão sujeitos aos operadores associados ao nível ao qual estão ligados. Dessa maneira, o satélite condicional restritivo cai sob o escopo dos operadores de predicação, tais como tempo, aspecto quantitativo, polaridade e modalidade objetiva. Wakker (1996, p. 186) exemplifica os satélites condicionais restritivos, em grego, com o seguinte caso:

(33) *Ár' oûn án me oíesthe tosáde*
 QUPRT then MODPRT I.ACC think. 2PL.PRES.INDV so.many

éte diagenésthai ei épratton tà demósia?
 years live.INF if do.1SG.IMPF.INDV the.ACC public.affairs.ACC
Do you believe that I could have lived so many years if I had been in public life?
 Você acredita que eu poderia ter vivido tantos anos se estivesse na vida pública?

Segundo a análise da autora, em (33), o satélite condicional desempenha a função de foco, veiculando informação nova, não podendo, portanto, ser retirado dessa oração sem que haja perda do ponto de vista pragmático.

No que diz respeito ao comportamento dos satélites condicionais restritivos em relação aos operadores, Wakker (1996) observa que, em alguns casos, as condicionais de predicação podem ter operadores próprios, contrariando, dessa forma, a afirmação de que satélites restritivos necessariamente caem sob o escopo dos operadores da camada à qual se ligam (DIK *et al*, 1990). Seu estudo sobre as condicionais do grego revelou que, embora façam parte da unidade tópico-foco, algumas condicionais não caem sob o escopo de operadores de tempo, contrariando, assim, a afirmação de Dik *et al.* (1990) de que as condicionais restritivas necessariamente caem sob o escopo dos operadores de predicação.

Os satélites não-restritivos, por sua vez, são aqueles que, segundo Dik *et al* (1990), não pertencem à unidade tópico-foco, ou seja, eles não fazem parte do bloco informacional da oração núcleo. De acordo com os autores, nesse caso o satélite condicional pode ser retomado por elementos como *então*, como no exemplo (34):

(34) Se as ruas estão molhadas, **então** esteve chovendo.

3.4.1.2. A posição dos satélites condicionais

Na GF, uma distinção é estabelecida entre os constituintes extra-oracionais e os intra-oracionais. Os constituintes intra-oracionais fazem parte da oração e não podem ser retirados dela sem afetar sua gramaticalidade. Por sua vez, os constituintes em posição extra-oracional têm uma relação unicamente pragmática com a oração, não sendo essenciais à sua estrutura gramatical.

Dik (1990, 1997) e Wakker (1992) afirmam que as condicionais podem ocorrer tanto em posição intra-oracional como em posição extra-oracional, e que os satélites condicionais proposicionais e ilocucionários estão necessariamente em posição extra-oracional. Os exemplos abaixo são, respectivamente, um satélite proposicional e um satélite ilocucionário em posição extra-oracional:

(35) O presidente recomendou o controle federal, se for necessário.

(36) Se não for te incomodar, você entrega esse livro pra mim?

Dik (1997) afirma que as condicionais em posição extra-oracional vêm separadas por uma pausa, que pode realizar-se como uma pausa entonacional, na linguagem oral, ou uma vírgula, na língua escrita.

É preciso mencionar que nem todos concordam com o fato de que as orações condicionais podem ocorrer em posição extra-oracional. Ao tratar da natureza dos constituintes extra-oracionais, Bastos (2004, p. 148) afirma que

(...) discordamos da inclusão das orações condicionais entre eles. Como tais orações eram, até então, tratadas na teoria como satélites, julgamos que qualquer conclusão no sentido de considerá-las extrafrasais [termo usado pela autora para designar os extra-oracionais] requereria uma revisão do estudo dos satélites.

A autora justifica-se acrescentando que

(...) uma das principais dificuldades em considerar um elemento como satélite ou como constituinte extrafrasal deve-se à existência de elementos de mesmo valor semântico que, quando deslocados da estrutura da frase, podem deixar de ser satélites para atuar como ECCs [sigla original do inglês que designa *extra-clausal constituents*]. (BASTOS, 2004, p. 149)

No entanto, acredita-se aqui que o fato de um constituinte estar em posição extra-oracional não o incompatibiliza com a função de satélite. Ao contrário, satélites podem ocorrer dentro ou fora da oração, como se vê nos exemplos do português a seguir:

(37) Fui à igreja *ontem*.

(38) *Francamente*, eu não concordo com isso.

Em (37), o satélite de predicação ocorre no interior da oração, enquanto, em (38), o satélite ilocucionário ocorre externamente à oração que modifica. Veja-se que, embora esses satélites ocorram, respectivamente, em posições intra e extra-oracional, a função de modificação exercida por eles permanece. Esse fato torna-se ainda mais evidente quando se considera o mesmo satélite em diferentes posições, como em (39) abaixo, comparado ao caso em (37).

(39) *Ontem?* Fui à igreja.

Dessa forma, o que se pretende mostrar é que a posição de um constituinte não deve ser considerada como critério para sua classificação gramatical de satélite. Em outras palavras, o fato de um constituinte estar em posição extra-oracional não o impede de ser classificado gramaticalmente como um satélite. Ao estudar as orações condicionais, Dik (1990, p. 237) afirma que “Gramaticalmente, $(\alpha)_{\text{cond}}$ [prótase] é um satélite para β [apódose].⁸” O autor acrescenta ainda que, quanto à ordenação dos constituintes, a condicional pode ocorrer anteposta ou posposta em relação à oração núcleo, tanto em posições intra como extra-oracionais. Em outras palavras, Dik (1990) separa a classificação gramatical de satélite da classificação formal desse satélite no que diz respeito a sua posição em relação à oração núcleo.

Ou seja, um constituinte pode ser semanticamente classificado como um satélite e ocorrer na posição extra-oracional. De fato, a posição de extra/intra-oracional parece estar mais ligada ao nível da camada em que um constituinte atua. Apenas constituintes na camada da proposição e da ilocução ocorrem em posição extra-oracional, enquanto constituintes que operam nas camadas mais baixas, da predicação e dos termos e predicado, sendo necessários à organização da oração, ocorrem necessariamente em posição intra-oracional.

Problema maior está nas propriedades identificadoras dos constituintes extra-oracionais, uma vez que não há uma delimitação mais precisa, impossibilitando uma classificação adequada. Dik (1997) apresenta uma lista de propriedades definidoras desses constituintes que se assemelha bastante à proposta de definição dos satélites. Essa é outra questão discutida por Bastos (2004), que ressalta a necessidade de uma revisão para que ambos os conceitos sejam aplicados com mais clareza.

Além disso, algumas das características apontadas por Dik (1990, 1997) como identificadoras da oração condicional em posição extra-oracional não são claras. A esse respeito, compartilha-se, aqui, da noção defendida em Bastos (2004), que critica Dik (1990) por classificar as condicionais com estrutura **se...então** como extra-oracionais. Semelhantemente a Bastos (2004), acredita-se que a presença do elemento **então** não

⁸Grammatically, $(\alpha)_{\text{cond}}$ is a Conditional satellite to β .

implica o fato de a oração estar desintegrada da oração núcleo; ao contrário, nesse tipo de construção verifica-se uma relação condicional mais forte.

4. A GRAMÁTICA (DISCURSIVO) FUNCIONAL

Uma teoria funcionalista se caracteriza essencialmente pela proposta de analisar as estruturas lingüísticas considerando sua função. Esse pensamento, inaugurado pelo Círculo Lingüístico de Praga, opõe-se ao enfoque puramente formalista, cujo principal expoente é a teoria da Gramática Gerativa, elaborada por Chomsky (1965). Ao contrário do que é proposto no paradigma formalista, o paradigma funcional constitui uma tentativa de revelar a instrumentalidade da língua em relação ao uso que os indivíduos fazem dela em uma interação verbal.

Ao discutir os pressupostos funcionalistas, Neves (1997) afirma que caracterizar o funcionalismo não é tarefa fácil devido às diferentes vertentes que compõem esse paradigma e que, em geral, se identificam em ligação com seus principais proponentes. Assim, é possível reconhecer o funcionalismo de Givón (1979, 1995), o de Halliday (1985), de Foley e Van Valin (1986), o de Dik (1989, 1997) e, mais recentemente, o de Hengeveld e Mackenzie (no prelo), entre outros. Dentre as várias vertentes do pensamento funcionalista, neste trabalho destacam-se o funcionalismo representado, principalmente, por Dik (1989, 1997) e Hengeveld e Mackenzie (no prelo).

4.1. A Gramática Funcional

A teoria proposta pela Gramática Funcional⁹ se caracteriza por elaborar uma teoria geral de organização das línguas naturais, privilegiando as relações funcionais nos diferentes níveis de organização lingüística. De acordo com a Gramática Funcional (doravante GF), a teoria gramatical deve observar três padrões de adequação:

- (i) tipológica: a teoria deve ser capaz de explicar sistematicamente a gramática de qualquer língua natural e, ao mesmo tempo, as diferenças e similaridades entre diferentes línguas;
- (ii) pragmática: a teoria deve ser capaz de explicar as funções interativas das expressões lingüísticas, enquanto mediadoras da interação entre falante e ouvinte;

⁹ *The Theory of Functional Grammar* (Dik, 1989, 1997).

- (iii) psicológica: a teoria deve ser compatível com os modelos que explicam os processos psicolinguísticos de codificação (produção) e decodificação (interpretação);

Segundo afirma Dik (1989), a questão central de uma investigação funcionalista é explicar como os usuários de uma língua podem fazer-se entender mutuamente. Em outras palavras, a teoria da GF procura explicar as regras e princípios subjacentes à construção das estruturas linguísticas em termos de sua funcionalidade, considerando o modo como essas estruturas são usadas em eventos reais de comunicação, concebidos na GF segundo o modelo de interação verbal de Dik, apresentado abaixo:

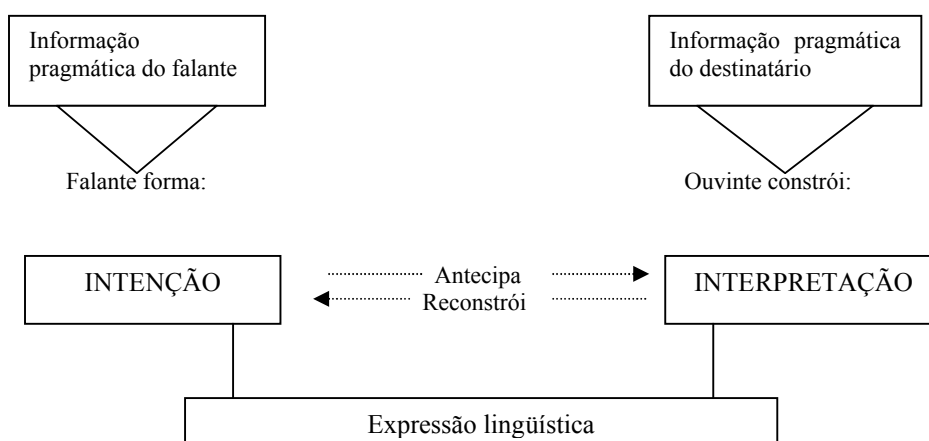


Figura 1 – Modelo de interação verbal (DIK, 1989, p.8)

No contexto da interação verbal, falante e ouvinte possuem, respectivamente, um conjunto de informação pragmática, que inclui crenças, conhecimento de mundo e da situação comunicativa, etc. Ao iniciar um evento comunicativo, o falante tem como objetivo produzir algum tipo de modificação no conjunto de informação pragmática do ouvinte e, para isso, formula uma dada intenção comunicativa e a associa a uma expressão linguística. Nesse processo, o falante ainda antecipa uma possível interpretação do ouvinte, a fim de elaborar seu enunciado da maneira mais eficaz para atingir os objetivos pré-estabelecidos. É importante ressaltar que, na GF, as expressões linguísticas são concebidas como mediadoras, e não como estabelecedoras, da interação entre os indivíduos.

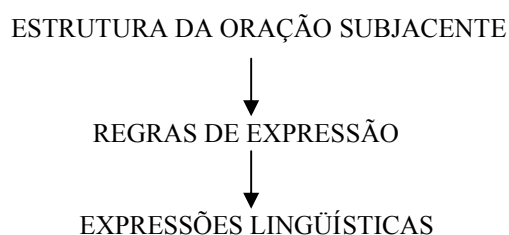
Considerando a instrumentalidade da língua, a GF propõe um modelo de análise

que relaciona dois sistemas de regras: (i) aquele que regula a constituição das estruturas lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e (ii) aquele que governa os padrões da interação verbal, nos quais as estruturas lingüísticas são usadas (regras pragmáticas). Isso implica dizer que a GF assume uma visão funcional da língua, admitindo a influência de aspectos extralingüísticos na organização do enunciado.

A explicação funcional, da maneira elaborada pela GF, não busca uma relação exata entre fenômenos gramaticais e função, mas, nos termos de Dik,

envolvem uma rede de exigências e restrições de interação, cada uma das quais pode ser entendida em termos funcionais, mas que interagem de modos complexos e num certo sentido ‘completo’ para reconhecimento e expressão na formulação final das expressões lingüísticas¹⁰ (DIK, 1986, p. 7).

Com tais considerações, Dik (1989, 1997) elabora um modelo de análise que contempla a oração segundo sua estrutura subjacente abstrata, sobre a qual atua o sistema de regras de expressão, determinando a forma, a organização dos termos e o padrão entonacional dos constituintes na estrutura superficial, conforme seu estatuto na estrutura subjacente. A relação entre a estrutura subjacente e a estrutura superficial pode ser visualizada a partir do seguinte esquema:



A estrutura subjacente, segundo apresentada na GF, é uma estrutura complexa, em que vários níveis de organização formal e semântica podem ser distinguidos. No quadro a seguir, adaptado de Dik (1989, p. 50), apresentam-se os níveis, juntamente com o tipo de entidade a eles relacionado e as variáveis usadas para representá-los.

¹⁰ “ (...) involve a network of interacting requirements and constrains, each of which can be understood in functional terms itself, but which interact in complex ways and in a certain sense ‘complete’ for recognition and expression in the final design of linguistic expressions.”

nível de análise	tipo de entidade	ordem	variável
ORAÇÃO	atos de fala	4	E_i, E_j
PROPOSIÇÃO	fatos possíveis	3	X_i, X_j
PREDICAÇÃO	estados-de-coisas	2	e_i, e_j
TERMOS	Entidade		x_i, x_j
PREDICADO	propriedade/relação	1	f_i, f_j

Quadro 4 – Níveis e entidades

A estrutura subjacente da oração é descrita numa ordem *bottom-up* (ascendente) de complexidade semântica. A construção de uma estrutura subjacente exige, primeiramente, um **predicado**, que designa uma propriedade ou relação. A esse predicado são aplicados os **termos**, que se referem às entidades e que atuam como seus argumentos, formando a **predicação nuclear**.

A predicação nuclear designa um estado-de-coisas, entendido como a codificação lingüística de algo que pode ocorrer em um mundo real ou imaginário, podendo ser localizado no tempo e no espaço, ter certa duração e ainda ser percebido. A predicação nuclear será construída, camada por camada, por meio da especificação de operadores (π) e satélites (σ), respectivamente, os meios gramaticais e lexicais, correspondentes a cada uma das quatro camadas distinguidas na GF.

Na primeira camada, os operadores e satélites especificam um estado-de-coisas nuclear, quanto a aspecto e modo, por exemplo, o que dá origem à **predicação central**. Na camada seguinte, a predicação central é qualificada em relação a tempo e espaço, formando a **predicação estendida**. Esta, por sua vez, pode ser qualificada em termos da atitude do falante, gerando a **proposição**. Sobre a proposição atuam operadores e satélites que qualificam a força ilocucionária da expressão lingüística em questão, o que resulta em um **ato de fala**.

A representação da estrutura subjacente da oração completa é dada, em sua forma mais geral, no seguinte esquema.

$$(\pi_4 E_1: [ILL: \sigma_4 (\pi_3 X_1: [\text{_____}] (X_1): \sigma_3 (X_1))] (E_1) : (E_1))$$

$$\pi_2 e_1: [\pi_1 \text{ pred: } \sigma_1 (x_1) \dots (x_n)] (e_1): \sigma_2 (e_1)$$

Várias evidências sustentam o modelo de análise em camadas. Pesquisas realizadas no campo da psicolinguística mostram que o processo de aquisição se dá na ordem *bottom-up* das camadas da GF. Esse fato pode ser atestado pelo turco, por exemplo, já que vários estudos (Ekmekci 1979, Aksu-Koç e Slobin, 1985 *apud* Hengeveld, *mimeo*) mostraram que, no processo de aquisição dos operadores, a primeira categoria adquirida pelos falantes é o aspecto durativo (π_1), seguido pela categoria de tempo (π_2) e depois a categoria da evidencialidade (π_3). Além disso, como discute Hengeveld (*mimeo*), estudos de cunho tipológico e diacrônico também revelaram que o desenvolvimento das línguas respeita a ordem e a contigüidade das camadas.

No modelo de análise em camadas oferecido pela GF, uma rígida distinção entre elementos gramaticais e lexicais é estabelecida, sendo que somente elementos lexicais são representados na estrutura subjacente da oração. Os elementos gramaticais são analisados como operadores (por exemplo, os morfemas) ou funções (por exemplo, as conjunções e as preposições) e são gerados na expressão linguística pela aplicação do conjunto apropriado de regras de expressão. Os elementos lexicais estão estocados no Fundo da gramática de uma língua particular e são os termos e os predicados, a partir dos quais é elaborada a predicação nuclear.¹¹

No Fundo, os predicados estão estocados na forma de estruturas de predicados, que contêm informações a respeito de suas propriedades sintáticas e semânticas, tais como (i) a categoria do predicado (Verbal, Nominal, Adjetival), (ii) o número de argumentos que ele exige e a (iii) função semântica dos argumentos (Agente, Paciente, Recipiente, etc.).¹²

O modelo de análise da oração em camadas é, ao mesmo tempo, descritivo e explanatório, sendo aplicável ao estudo de diversos aspectos de uma língua natural. Por essa razão, a GF maximiza o grau de adequação tipológica enquanto minimiza o grau de

¹¹ No contexto da GF, muitos trabalhos foram desenvolvidos a fim de verificar a validade dessa distinção. Mackenzie (1992) defende o estatuto de lexical para algumas preposições do inglês. Pérez Quintero (2004, 2006) postula que as conjunções adverbiais também devem ser analisadas como elementos lexicais. Keizer (2006) propõe uma distinção menos rígida, com um ponto de sobreposição entre as duas categorias. Nesta tese, no capítulo 7 ofereceremos uma discussão mais detalhada do estatuto lexical/gramatical das conjunções adverbiais condicionais.

¹² Uma visão completa sobre a estrutura de predicados pode ser encontrada em Mackenzie (2002). No entanto, a noção de estrutura de predicado não é consenso na GF. García Velasco e Hengeveld (2002) questionam a validade da análise de itens lexicais em forma de estruturas de predicado.

abstração,¹³ evitando (i) transformações, no sentido de operações de mudança de estrutura¹⁴ e (ii) elementos vazios na estrutura subjacente que não são expressos na expressão lingüística final.

A proposta de análise da oração em camadas é, indubitavelmente, a característica mais marcante do modelo elaborado por Dik (1989, 1997). De fato, é justamente a formalização nas camadas que a diferencia de outras teorias funcionalistas, tais como aquelas propostas por Halliday (1985) e por Givón (1979, 1995).¹⁵

Nesse sentido, a GF é, ao mesmo tempo, funcional e formal. Funcional porque, conforme se explicou anteriormente, noções funcionais são centrais na concepção de língua adotada na GF e também em seu modelo de análise, e formal na medida em que propõe formalizações abstratas para representar suas generalizações. Por essa razão, a GF formulada por Dik (1989, 1997) não pode ser confundida com um funcionalismo mais “radical”.

Outra característica do modelo de análise elaborado por Dik (1989, 1997) é que ele tem como unidade mínima de análise a oração. Esse aspecto tem sido fortemente discutido e, por muitos estudiosos, rejeitado. Segundo afirmam diversos autores (Dik, 1997; Hengeveld, 2004; 2005; Hengeveld e Mackenzie, 2005, no prelo), os falantes não se comunicam por orações isoladas, mas por meio de um encadeamento de orações que, combinadas, formam um todo maior, o discurso.

Nesse mesmo sentido, Hengeveld (2004, 2005) e Hengeveld e Mackenzie (2005, no prelo) mostram que muitos fenômenos gramaticais só podem ser observados em unidades maiores que a oração, tais como processos de referenciação e encadeamento de orações. Por outro lado, os autores chamam atenção também para a existência de unidades que, embora menores que a oração, atuam como enunciados completos e independentes no discurso, como, por exemplo, holofrases, vocativos e interjeições.

Diante dessa questão, os desenvolvimentos recentes da GF apontam para a construção de uma Gramática Discursivo Funcional¹⁶ que, partindo dos mesmos pressupostos funcionalistas da GF, propõe um modelo de gramática orientado para o

¹³ Por grau de abstração aludimos à diferença entre as estruturas teoricamente postuladas para uma língua e as expressões lingüísticas efetivamente realizadas nessa língua.

¹⁴ Muito comuns em alguns modelos da Gramática Gerativa.

¹⁵ O modelo de análise da oração em camadas foi primeiramente proposto por Hengeveld (1989, 1992).

¹⁶ Inicialmente, o título original *Functional Discourse Grammar* foi traduzido, no Brasil, por Gramática Funcional do Discurso. No entanto, Mackenzie (comunicação pessoal) propôs a tradução Gramática Discursivo Funcional, já que a primeira dava a errônea idéia de uma gramática do discurso.

discurso, reorganizando o modelo geral de organização da gramática. É o que se mostra em seguida.

4.2. A Gramática Discursivo Funcional

A Gramática Discursivo Funcional (doravante GDF) está organizada num modelo *top-down* (descendente), ao contrário do modelo *bottom-up* da GF. Essa mudança se justifica na medida em que, ao organizar a gramática nessa ordem, a GDF reflete a lógica da própria produção lingüística, que se dá num processo *top-down*, tendo como ponto de partida a seleção de uma intenção comunicativa e finalizando com as estruturas lingüísticas efetivamente realizadas. Essa inversão está orientada, principalmente, para o padrão psicológico, de certa forma negligenciado pela GF. De acordo com Hengeveld (2005), a teoria gramatical será mais efetiva quanto mais se aproximar desse processo. A figura na seguinte ilustra o sentido *top-down* da GDF.

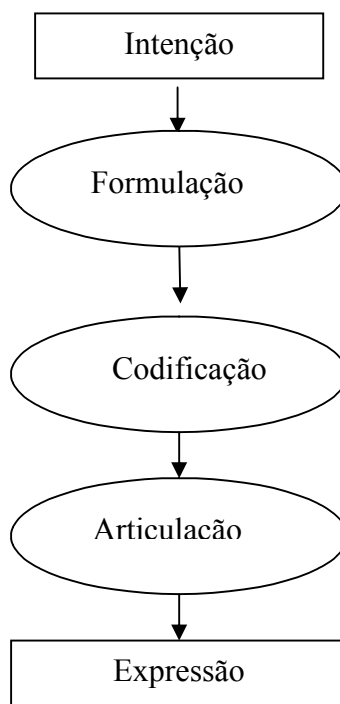


Figura 2 – Organização Top-down (HENGEVELD, 2004)

Atendendo ao padrão de adequação tipológica, o modelo de análise proposto

pela GDF vai privilegiar esse sentido, partindo da intenção comunicativa para a articulação das expressões lingüísticas, entendendo que operações realizadas em um nível mais alto têm influência sobre níveis mais baixos (HENGEVELD, 2004). Dessa maneira, a gramática se organiza de tal forma que a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe e essas três juntas governam a fonologia.

A GDF é concebida como o componente **gramatical** integrado a uma teoria da interação verbal mais ampla, que contém ainda os componentes **conceitual**, **contextual** e **de saída**. O componente conceitual (*conceptual component*) contém as representações conceituais pré-lingüísticas, e nele é formulada uma dada intenção comunicativa, convertida em representações lingüisticamente relevantes. O componente de saída (*output*) é responsável pela expressão acústica ou gráfica da expressão lingüística e depende das informações cedidas pelo componente gramatical, apesar de ser externo a esse. Por fim, o componente contextual (*contextual component*) contém uma descrição do domínio do discurso, englobando o discurso precedente bem como a situação externa em que esse discurso ocorre.

Em outras palavras, na GDF o componente gramatical não opera sozinho, mas ao lado dos componentes conceitual, contextual e de saída. Embora esses componentes não sejam parte da gramática, eles têm participação na construção das expressões lingüísticas. No uso real da língua, o componente contextual atua como o “gatilho” que ativa o funcionamento do componente gramatical, enquanto o componente de saída é responsável por converter o “produto” do componente gramatical na forma acústica, gráfica ou de sinais. Esses três componentes se alimentam do componente contextual, que é compartilhado pelos participantes da comunicação.

Baseando-se na cadeia de influência do modelo *top-down* de organização da gramática, Anstey (2002, p. 10) elabora a seguinte hierarquia funcional:

Social > Cognitivo > Pragmático > Semântico > Sintático > de Expressão¹⁷

A hierarquia revela de que modo decisões de níveis mais altos influenciam,

¹⁷ Social > Cognitive > Pragmatic > Semantic > Syntactic > Expression

gradualmente, a construção da expressão lingüística. Os componentes social e cognitivo da hierarquia correspondem, respectivamente, aos componentes contextual e conceitual do modelo de Hengeveld e Mackenzie (no prelo), responsáveis por um construto pré-lingüístico que é encaminhado ao componente gramatical, na hierarquia representado pelos componentes pragmático, semântico e sintático. O componente gramatical transforma, então, esse construto em uma expressão lingüística efetivamente realizada.

Os quatro componentes interagem uns com os outros num sentido *top-down*, respeitando o modelo de produção lingüística no qual a organização da gramática se baseia. Respeitando essa ordem, os componentes conceitual e contextual, que são extralingüísticos, atuam na formação inicial da expressão lingüística e encaminham o processamento lingüístico para o componente gramatical no momento em que o sistema lingüístico é acionado. O componente gramatical encaminha, então, a expressão lingüística para o componente de saída, no qual se dá sua realização final. O modelo geral de organização da teoria é representado pela figura dada na página seguinte.

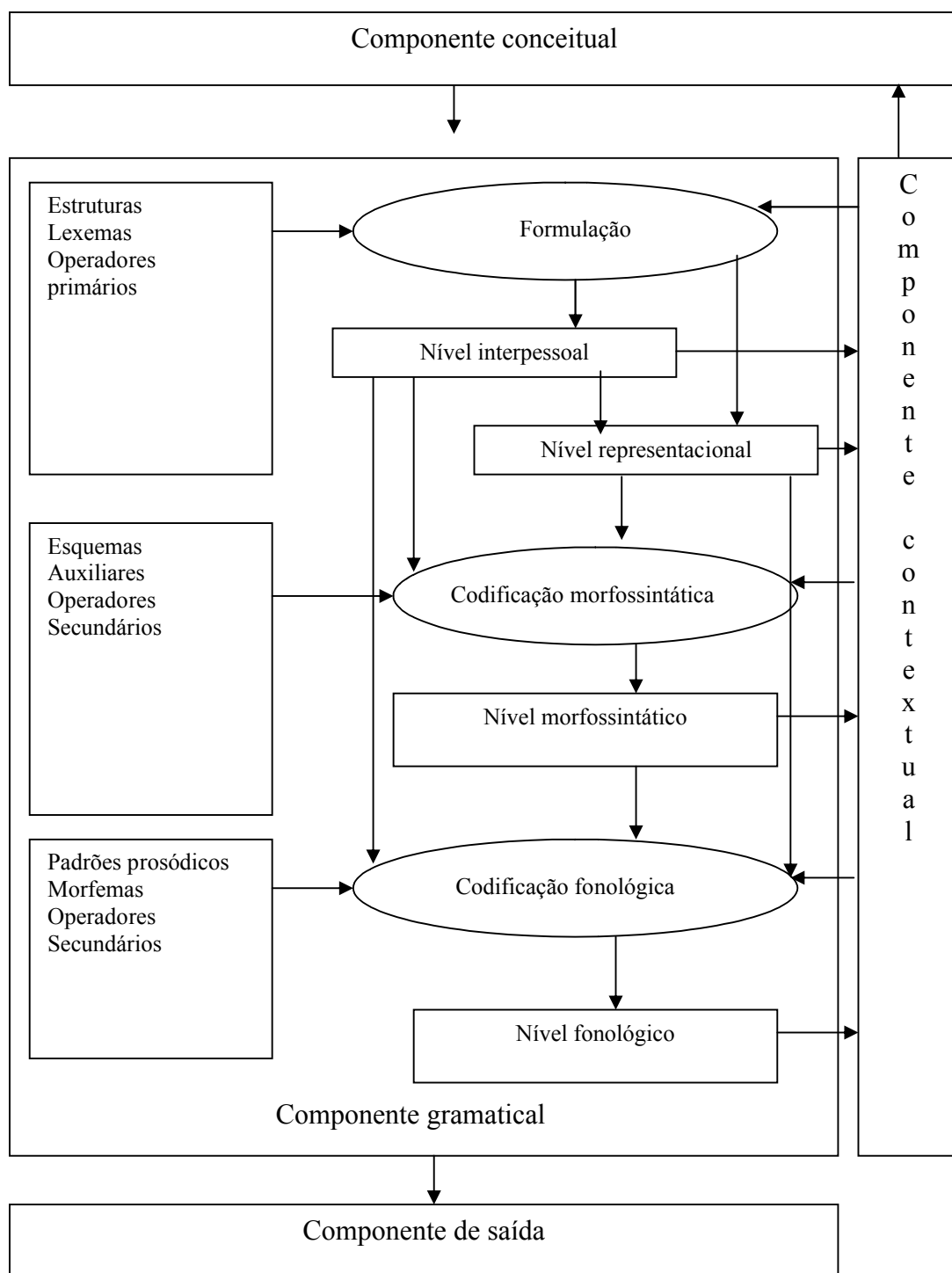


Figura 3 – Modelo geral de organização da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2005)

No modelo do componente gramatical proposto por Hengeveld e Mackenzie (no prelo) distinguem-se duas operações principais na construção *top-down* das expressões lingüísticas: **formulação** e **codificação**. A formulação diz respeito às regras que convertem as representações cognitivas em representações subjacentes de ordem pragmática e semântica, respectivamente os níveis interpessoal e representacional. Por outro lado, a codificação refere-se às regras que convertem essas representações em representações morfossintáticas e fonológicas, de onde serão encaminhadas para o componente de saída.

O modelo de análise proposto pela GDF centra-se no componente gramatical, em que são distinguidos quatro níveis de descrição. Esse modelo tem como unidade básica de análise o **ato do discurso**, definido, segundo Kroon (1995), como a menor unidade do comportamento comunicativo, abrangendo, assim, tanto unidades menores quanto unidades maiores que a oração.

No nível interpessoal, a expressão lingüística é considerada segundo aspectos que estejam ligados à relação falante/ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa. No nível representacional, a expressão lingüística é explicada segundo sua estrutura semântica subjacente. No nível morfossintático, a expressão lingüística é descrita conforme sua codificação morfossintática, tal como o preenchimento dos argumentos de um predicado. Por fim, no nível fonológico entram questões como a codificação fonológica e o padrão entonacional das expressões lingüísticas.

Os níveis estão internamente organizados em camadas hierárquicas e são alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável e são restringidas por um núcleo (obrigatório) e por modificadores e, ainda, são especificadas por meio de operadores e funções.¹⁸ A estrutura geral de representação das camadas em cada um dos níveis é dada a seguir.

$$(\pi_1 \alpha_1: [\text{núcleo}] (\alpha_1): \sigma_1 (\alpha_1))_\phi$$

¹⁸ A distinção entre modificadores e funções/operadores é a mesma levada a cabo pela GF, isto é, os primeiros são meios lexicais e os últimos, meios gramaticais.

Nessa representação, α_1 representa a variável da camada correspondente, π_1 representa os operadores, σ_1 representa os modificadores (antigos satélites na GF) e φ , a função da expressão lingüística em questão. A seguir, discute-se cada um dos níveis separadamente.

4.2.1. O nível interpessoal

Hengeveld e Mackenzie (2005) afirmam que no nível interpessoal devem ser descritas todas as propriedades de um enunciado que dizem respeito a seu papel na interação entre falante e ouvinte. Ou seja, é no nível interpessoal que são representados todos os aspectos pragmáticos de uma expressão lingüística.

A maior unidade passível de análise nesse nível é o movimento (M). De acordo com Kroon (1995), o movimento pode ser definido em termos de seu papel no discurso, como uma contribuição autônoma à interação, realçando as estruturas comunicativa e temática. Em geral, o movimento corresponde a um turno na linguagem oral ou a um parágrafo na escrita. Essa correspondência, no entanto, não é absoluta. Segundo foi discutido por alguns autores (Hengeveld e Mackenzie, no prelo; Keizer e Staden, *mimeo*), não há uma equivalência exata entre o movimento e uma unidade gramaticalmente identificável. Daí a possibilidade de o falante realizar dois movimentos em um único turno, como ilustrado abaixo:

- (40) A: Você vai a escola? (M de iniciação)
 B: Vou. (M de reação) Porque a pergunta? (M de iniciação)

O movimento pode assumir funções, como as de **iniciação** e **reação**, exemplificadas acima, e a de *feedback*, mas há autores (Keizer e Staden, *mimeo*) que vêm discutindo a necessidade de se reconhecerem outras funções. A representação das funções do movimento é oferecida abaixo:

(Π M₁: [...] (M₁))_{Init}
 (Π M₂: [...] (M₂))_{Reac}
 (Π M₃: [...] (M₃))_{Feedb}

O movimento é internamente organizado em unidades menores, os atos do discurso (A) que, conforme já foi mencionado neste trabalho, constituem a unidade básica de análise da GDF. No interior de um movimento, a relação que se estabelece entre os atos do discurso pode ser de **equilíbrio** (simbolizada por < >), quando o falante atribui a dois ou mais atos o mesmo estatuto comunicativo, ou de **dependência** (representada por < ou >), quando os atos não têm o mesmo estatuto comunicativo e há, então, um ato nuclear e um não-nuclear. A representação das relações entre os atos no interior do movimento segue abaixo:

$$\begin{aligned} &(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Nucl}} < > (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\text{Nucl}}] (M_1))_{\phi} \\ &(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Nucl}} < (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\phi}] (M_1))_{\phi} \end{aligned}$$

É importante mencionar que, assim como o movimento, o ato do discurso não corresponde exatamente a nenhuma estrutura gramatical. A GDF parte da premissa de que o falante não expressa mais do que é exigido pela situação comunicativa e, desse modo, o ato do discurso pode assumir a forma de uma oração plenamente desenvolvida, mas também pode ser um vocativo, um fragmento de oração, uma interjeição, uma holofrase, etc. Daí a possibilidade de lidar-se com unidades maiores ou menores que uma oração.

A estrutura interna do ato é formada pelos participantes, representados pelas variáveis P_S , para o falante, e P_A , para o ouvinte¹⁹, pela ilocução (ILL) e pelo conteúdo comunicado (C), que deve conter, no mínimo, um subato, que pode ser atributivo (T), se o falante evoca uma propriedade, ou referencial (R), se o falante evoca uma entidade. A diferença entre os dois tipos está no fato de que, no primeiro, verifica-se a construção de um referente ao passo que, no segundo, ocorre a identificação de um referente.

No nível interpessoal, Hengeveld e Mackenzie (no prelo) distinguem as funções **retóricas** e as **pragmáticas**. As funções retóricas dizem respeito: (i) à maneira como uma unidade discursiva é organizada de modo a realizar a estratégia comunicativa do falante; (ii) às propriedades formais de um enunciado que levam o ouvinte a aceitar os propósitos do falante. Em outras palavras, os aspectos da expressão linguística que refletem a estrutura do discurso são concebidos como funções retóricas, tais como

¹⁹ P_S e P_A se referem à representação original para *speaker* ‘falante’ e *addressee* ‘ouvinte’, respectivamente, e será mantida por questões metodológicas.

motivação, concessão, orientação ou correção, representadas, nesse nível, do modo como se ilustra abaixo.

$$\begin{aligned} &(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Nuc}} < (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\text{Mot}}] (M_1))_{\phi} \\ &(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Nuc}} < (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\text{Con}}] (M_1))_{\phi} \\ &(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Nuc}} < (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\text{Ori}}] (M_1))_{\phi} \\ &(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Nuc}} < (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\text{Cor}}] (M_1))_{\phi} \end{aligned}$$

As estratégias pragmáticas de tópico e foco, reconhecidas desde a GF, compreendem o modo como o falante estrutura suas mensagens em relação às expectativas que tem do estado atual da mente do ouvinte. Isto é, as estratégias pragmáticas se relacionam ao modo como o falante empacota sua informação, dependendo da antecipação que faz da informação disponível na mente do ouvinte no momento da interação. As estratégias de tópico e foco são atribuídas aos subatos, no interior do conteúdo comunicado, e são representadas da seguinte maneira.

$$(C_1: [(T_1)_{\text{Foc}} (R_1)_{\text{Top}}] (C_1))_{\phi}$$

As estruturas ilocucionárias, os lexemas (modificadores) e os operadores (elementos gramaticais) primários constituem os elementos “prontos” desse nível e são fornecidos pelo Fundo. A construção de uma expressão começa com a seleção de uma estrutura que vai determinar as combinações possíveis para cada camada. Modificadores desse nível podem atuar sobre o movimento, como mecanismos de estruturação do discurso (por exemplo, os itens ‘resumindo’, ‘por outro lado’), ou sobre o ato, como expressão da atitude do falante em relação a esse ato (por exemplo, ‘felizmente’). Operadores podem ser usados para reforçar ou atenuar a força ilocucionária de uma expressão. A estrutura geral do nível interpessoal é dada a seguir.

$$(M_1: [(A_1: [(F_1 : \text{ILL} (F_1)) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1) (R_1)] (C_1))] (A_1))] (M_1))$$

Em seguida, por meio da operação de formulação as informações de natureza pragmática são enviadas do nível interpessoal ao nível representacional, o que se discute a seguir.

4.2.2. O nível representacional

O nível representacional diz respeito aos aspectos semânticos de uma expressão lingüística. É importante ressaltar que, na GDF, o termo **semântica** se restringe: (i) ao modo como uma língua se relaciona com o mundo real ou imaginário que ela descreve; (ii) ao significado de estruturas lexicais isoladas do modo como são usadas na comunicação.

Nesse sentido, Hengeveld e Mackenzie (no prelo) afirmam que no nível representacional as estruturas lingüísticas devem ser descritas em relação ao fato de que denotam uma entidade *e*, portanto, a diferença entre as unidades desse nível é feita em termos da categoria denotada.

A categorização semântica adotada pela GDF segue a proposta de Lyons (1977), utilizada desde a GF. Às categorias indivíduo, estado-de-coisas e conteúdo proposicional, distinguidas por Lyons (1977), a GDF acrescenta as categorias **episódio**, **tempo** e **lugar**. O episódio é definido por Hengeveld e Mackenzie (no prelo) como uma combinação de orações tematicamente coerentes, em geral apresentando uma série de eventos seqüenciais. O quadro seguinte traz os tipos de entidades, as variáveis usadas para representá-las e seus exemplos.

Categoria semântica da entidade	Variável	Exemplo
Episódio	ep	<i>sumário</i>
Conteúdo proposicional	p	<i>idéia</i>
Estado-de-coisas	e	<i>encontro</i>
Indivíduo	x	<i>cadeira</i>
Lugar	l	<i>jardim</i>
Tempo	t	<i>semana</i>
Propriedade/relação	f	<i>cor</i>

Quadro 5 – Tipos de entidade na GDF

No interior do episódio (ep), as proposições (p) podem ou não ter uma função semântica (φ) e podem ser qualificadas por modificadores (σ) e operadores (π). No geral, o episódio é representado pelo seguinte esquema:

$$(\pi \text{ ep}_1: [(p_1)_{\{\varphi\}} \dots (p_n)_{\{\varphi\}}]) (\text{ep}_1)_{\emptyset}: \sigma (\text{ep}_1)_{\emptyset}$$

Assim como no interior do movimento, no interior do episódio as proposições podem organizar-se em diferentes tipos de relação. Quando as proposições estão coordenadas, a relação é de **equiipolência** ($\langle \rangle$). A relação é de **dependência** (\langle ou \rangle) quando uma proposição é dependente de outra, e apenas uma delas é marcada por uma conjunção. A relação pode ser ainda de **interdependência** ($\langle \rangle$) quando as duas proposições são marcadas por conjunções (caso das condicionais com **se-então**). Essas relações podem ser representadas, respectivamente, da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} (\pi \text{ ep}_1: [(p_1)_{\{\varphi\}} \langle \rangle (p_2)_{\{\varphi\}}]) (\text{ep}_1)_{\emptyset}: \sigma (\text{ep}_1)_{\emptyset} \\ (\pi \text{ ep}_1: [(p_1)_{\{\varphi\}} \langle (p_2)_{\{\varphi\}} \rangle]) (\text{ep}_1)_{\emptyset}: \sigma (\text{ep}_1)_{\emptyset} \\ (\pi \text{ ep}_1: [(p_1)_{\{\varphi\}} \langle \rangle (p_2)_{\{\varphi\}}]) (\text{ep}_1)_{\emptyset}: \sigma (\text{ep}_1)_{\emptyset} \end{aligned}$$

Como já previsto na GF, uma proposição é formada por um ou mais estado-de-coisas e pode ser avaliada quanto a seu valor de verdade em verdadeiro/falso, sendo qualificada em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida) e/ou em termos de sua fonte (conhecimento comum, partilhado, evidência sensorial, inferência). A proposição é representada pelo esquema abaixo:

$$(\pi \text{ p}_1: [(e_1)_{\{\varphi\}} \{ \dots (e_n)_{\{\varphi\}} \}]) (\text{p}_1)_{\emptyset}: \sigma (\text{p}_1)_{\emptyset}$$

O estado-de-coisas, também definido segundo a GF, é uma entidade construída quando uma propriedade ou relação (f) se aplica a um indivíduo (x). O estado-de-coisas pode ser localizado no tempo e no espaço e ainda ser avaliado em termos de sua frequência de ocorrência e realidade. O estado-de-coisas é representado pelo esquema:

$$(\pi \text{ e}_1: [(\alpha_1)_{\{\varphi\}} \dots (\alpha_n)_{\{\varphi\}}]) (\text{e}_1)_{\emptyset}: \sigma (\text{e}_1)_{\emptyset}$$

O nível representacional tem acesso ao mesmo conjunto de primitivos disponível ao nível interpessoal, e, assim como nesse nível, o primeiro passo no nível representacional é, também, a seleção de uma estrutura relevante, a partir da qual a expressão será construída. Modificadores podem qualificar a proposição (advérbios modais), o estado-de-coisas (advérbios de tempo/espaço) e uma propriedade ou relação (advérbios de modo). Da mesma forma, os operadores atuam sobre a proposição

(operadores modais), sobre o estado-de-coisas (operadores de tempo) e sobre a propriedade ou relação (aspecto).

Por meio da codificação, as informações do nível interpessoal e representacional são enviadas para o nível estrutural, em que receberão as codificações morfossintáticas, o que se discute em seguida.

4.2.3. O nível morfossintático

O nível morfossintático diz respeito à ordem linear das propriedades de uma expressão lingüística. Esse nível é organizado em esquemas morfossintáticos, estocados no conjunto de primitivos relevantes para a codificação morfossintática, e é mais específico que os anteriores, já que os esquemas são determinados segundo as particularidades de cada língua.

O conjunto de primitivos desse nível contém, primeiramente, os esquemas, que fornecem a estrutura da oração e a ordenação dos elementos em uma palavra. O conjunto fornece ainda os operadores secundários e os morfemas gramaticais livres, tais como auxiliares e partículas gramaticais. Esses morfemas têm de ser introduzidos nesse nível, já que irão ocupar posições na configuração sintática da expressão lingüística, que é determinada nesse nível.

A linearização dos constituintes envolve a distribuição dos argumentos em suas posições e a atribuição das funções de sujeito e objeto. Além disso, aspectos como concordância verbal e nominal também são codificadas nesse nível.

O nível morfossintático tem um caráter transitório. Isso porque, ao mesmo tempo em que ele é o resultado (*outcome*) da interação entre os níveis interpessoal e representacional, ele funciona como a entrada (*input*) para o nível fonológico, em que os elementos gramaticais recebem a representação fonológica, o que se discute em seguida.

4.2.4. O nível fonológico

O nível fonológico recebe as informações enviadas pelos níveis anteriores e é responsável por converter essas informações em representações fonológicas. A GDF se ocupa de aspectos fonológicos que são usados para expressar a função de uma

expressão lingüística na comunicação. Alguns desses aspectos são gerados diretamente pelo nível interpessoal, como, por exemplo, a atribuição das funções pragmáticas de tópico e foco, que, em determinadas línguas, podem exigir um padrão prosódico especial.

As regras que atuam na expressão fonológica partem de um conjunto de primitivos que contêm sons, padrões prosódicos, morfemas presos e operadores secundários fonológicos. O primeiro conjunto de primitivos contém os padrões prosódicos, que organizam a informação fonológica que chega dos níveis mais altos em blocos coerentes. O segundo conjunto contém morfemas fonêmicos presos, que correspondem aos operadores primários ou secundários que foram especificados nos níveis mais altos. Morfemas gramaticais presos são introduzidos no nível fonológico devido ao fato de que eles podem ser afetados pela configuração morfossintática. O terceiro conjunto de primitivos desse nível contém os operadores fonológicos secundários, que antecipam os meios de expressão acústica (grafológica ou de sinais) que não são resultantes diretos de um operador primário.

Os padrões prosódicos organizam, então, as informações provenientes dos níveis anteriores e as atualizam na expressão lingüística para que sejam articuladas no componente de saída. É preciso mencionar que, na GDF, o nível fonológico pode ser suplementado pelos níveis grafológico ou de sinais, para as línguas escrita e de sinais, respectivamente.

A descrição dos níveis, tal como apresentada, reflete a maneira como se dá a construção *top-down* da estrutura subjacente, construída de modo gradual, começando com a camada hierarquicamente mais alta e finalizando com a camada mais baixa. A seguir, tomando um exemplo do português, demonstra-se como se dá a descrição de uma expressão lingüística nos níveis distinguidos pela GDF.

(41) A: O estudante comprou os livros ontem?

No nível interpessoal, essa expressão lingüística está inserida em um movimento (M), cuja função é de iniciação (Inc) e no qual o ato de discurso (A_1) está inserido. Esse ato seleciona a ilocução interrogativa (INTER) e é constituído por um subato adscritivo ('comprar' - T_1) e dois subatos referenciais (estudante - R_1 e livros - R_2). Aos dois últimos são atribuídas as funções pragmáticas de tópico e foco, respectivamente. A

representação completa, incluindo os ‘imaginários’ participantes falante e ouvinte, é dada a seguir:

$$(M_1: [(A_1: [INTER (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1) (R_1)_{Top} (R_2)_{Foc}] (C_1))] (A_1))] (M_1))_{Inc}$$

No nível representacional, a expressão lingüística é analisada segundo as entidades que ela designa. No exemplo, o estado-de-coisas se constrói com dois indivíduos (x): ‘estudante’ e ‘livro’ e um predicado, que indica uma propriedade (f). O Fundo da língua provê o nível representacional com os lexemas compr_v, estudante_N, livro_N, ontem_{Adv} e o operador de passado (pass), que irá qualificar o estado-de-coisas, localizando-o em relação ao tempo. A função semântica agente é atribuída a ‘estudante’, e meta, a ‘livro’. Segue a representação desse nível:

$$(p_1: [(pass e_1: [(f_1: compr_v (f_1)) (x_1: (f_2: estudante_N (f_2))_{Ag}) (x_2: (f_3: livro_{SN} (f_3))_{Meta}) (e_1): (t_1: ontem_{Adv} (t_1)) (e_1))] p_1)$$

A codificação morfossintática no nível estrutural possibilita a ordenação dos constituintes tal como prevê o padrão do português para uma interrogação e a atribuição das funções sintáticas de sujeito e objeto. Deve-se lembrar que, para o português, o esquema básico da interrogação não exige, necessariamente, o reordenamento dos constituintes, como ocorre em outras línguas.²⁰ Ainda nesse nível, operadores secundários são responsáveis pela concordância de número. A representação do nível estrutural é dada abaixo:

$$[[[O_{Ar}] estudante_{N-Sg.M}]_{NPS_{Subj}} [compr_v-Pas.Pf.Ind.3.Sg]_{NV} [[O_{Ar-Pl}] livro_{Adj-PL.M}]_{AdjPObj} [ontem_{Adv}]_{AdvP}]$$

Por fim, no nível fonológico a expressão lingüística se realiza com entonação final ascendente, configuração própria da ilocução interrogativa no português. O item ‘livro’, ao qual foi atribuída a função pragmática de foco, recebe proeminência prosódica, segundo os padrões entonacionais dessa língua.

²⁰ Esse é, por exemplo, o caso do inglês.

/o#ESTUDANTE#comprou#os#LIVROS#ontem\ /

Como se mostrou a partir do exemplo, a distinção dos quatro níveis permite uma análise mais detalhada dos aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos envolvidos na construção de uma expressão lingüística. Ainda que a GDF continue sendo uma teoria de orientação essencialmente pragmática e semântica, a inclusão dos níveis morfossintático e fonológico aponta uma tentativa de elaborar uma gramática mais abrangente.

A distinção dos níveis possibilitou ainda separar sentidos funcionais e categorias semânticas. Isso é necessário na medida em que a natureza semântica de uma unidade lingüística é independente de sua função na comunicação. Além disso, com a distinção elaborada pelo novo modelo é possível separar funções pragmáticas de esquemas sintáticos. A esse respeito, Hengeveld afirma que

Uma vantagem da GDF em relação à GF é que a falta de correspondências entre unidades de análise pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas pode ser operada com relativa facilidade devido à sua organização modular.²¹

É importante ressaltar que, apesar de no exemplo discutido a expressão lingüística ter sido descrita em todos os níveis distinguidos na GDF, há casos em que nem todos os níveis são ativados. A implementação dinâmica (cf. BAKKER, 2001) do modelo prevê que somente níveis relevantes à construção de uma determinada expressão lingüística sejam ativados na produção desse enunciado. É o que acontece, por exemplo, com as interjeições e expressões formulaicas. Há casos em que a expressão lingüística é enviada do nível interpessoal diretamente para o nível fonológico. É o caso dos vocativos, que cumprem uma função predominantemente interativa e, por essa razão, não acionam os níveis representacional e estrutural.

Além disso, a implementação dinâmica do modelo prevê também que os níveis relevantes para a descrição de uma expressão lingüística sejam acionados a partir do momento em que a intenção comunicativa é enviada ao componente gramatical. Isso se deve ao fato de que, como afirma Hengeveld (2005, p.22)

²¹An advantage of FDG over FG is that mismatches between pragmatic, semantic, morphosyntactic and phonological units of analysis can be handled relatively easily, due to its modular organization.

A gramática tornar-se-ia consideravelmente lenta se primeiro o nível interpessoal tivesse que ser completamente especificado e então o nível representacional tivesse que ser completamente preenchido, de modo que somente então pudesse ser determinada a configuração morfossintática, que depois disso seria projetada numa configuração fonológica.²²

No que diz respeito especificamente a este trabalho, serão considerados os níveis interpessoal, representacional e morfossintático. O nível fonológico será desconsiderado, na medida em que aspectos relacionados a esse nível (pausa, padrão entonacional) fogem aos objetivos estabelecidos neste estudo. Assim, é possível analisar as orações condicionais quanto às funções discursivo-pragmáticas por elas desempenhadas, segundo sua estrutura semântica interna e ainda quanto a aspectos morfossintáticos, como a ordem.

O modelo teórico-metodológico, tal como apresentado, permite observar, separadamente, as características manifestadas pelas construções introduzidas pelas conjunções condicionais complexas nos níveis distinguidos, possibilitando, ainda, analisar a interação entre esses níveis de organização lingüística sistematicamente. Nos níveis distinguidos, é possível também propor uma formalização dos aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos envolvidos no emprego das conjunções condicionais complexas e das orações por elas introduzidas.

Para tanto, é preciso o estabelecimento de um conjunto de fatores formais e funcionais que sejam relevantes ao estudo da condicionalidade e, ao mesmo tempo, válidos dentro do contexto teórico que fundamenta este estudo. É o que se faz na próxima seção, em que se explicam os parâmetros que serão considerados para a análise realizada neste trabalho.

²² The grammar would slow down considerably if first the interpersonal level had to be fully specified, and then the representational level had to be filled in completely, so that only then could the morphosyntactic configuration be determined, which after that would be mapped onto a phonological configuration.

5. DESCRREVENDO AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS

Qualquer proposta de descrição das orações condicionais – seja de tipos mais comuns, seja de casos mais periféricos, como as construções a serem analisadas neste trabalho – requer, primeiramente, o estabelecimento de um conjunto de parâmetros descritivos que possibilitem sua caracterização.

Assim, no nível interpessoal, as orações condicionais podem ser analisadas segundo as estratégias pragmáticas e retóricas que atualizam, descritas na subseção *Parâmetros discursivo-pragmáticos*. No nível representacional examina-se a estrutura semântica interna da oração condicional considerando os aspectos discutidos na subseção *Parâmetros semânticos*. No nível morfossintático avalia-se a oração condicional segundo aspectos que dizem respeito a sua estrutura formal, apresentados na subseção *Parâmetros formais*. O último nível de análise considerado pela GDF, o nível fonológico, não será levado em conta neste estudo.

Dessa forma, o conjunto de parâmetros que se propõe a seguir contempla aspectos pragmáticos, semânticos e formais, que serão analisados integradamente, como requer um estudo funcionalista, avaliando as correlações e restrições entre eles observadas.

Uma vez que o objetivo deste trabalho é caracterizar as orações condicionais introduzidas por diferentes locuções conjuntivas, a descrição das orações realizada neste estudo irá considerar como variável dependente o sentido condicional estabelecido pela conjunção, tal como explicado na seção anterior. Isto implica dizer que as orações condicionais serão analisadas observando-se o modo como os demais parâmetros, que serão descritos abaixo, se manifestam em relação aos três diferentes tipos de conjunções condicionais complexas: (i) hipotética, (ii) restritiva positiva e (iii) restritiva negativa. As subseções seguintes trazem uma descrição dos parâmetros considerados para a análise aqui realizada.

5.1. Parâmetros discursivo-pragmáticos

Um tema bastante discutido nos estudos sobre as orações adverbiais diz respeito ao papel que essas orações desempenham na organização do discurso, isto é, ao modo como as orações adverbiais contribuem com o discurso em andamento dependendo do tipo de informação que veiculam. É comum a associação entre relações adverbiais e noções como figura/fundo ou tópico/comentário, tal como se observa nos estudos de Townsend e Bever (1977), Talmy (1978), Ford (1993), Chafe (1984) e Matthiessen e Thompson (1988). Estudos dessa natureza também foram realizados para as orações condicionais em particular, como se vê em Haiman (1978), Ford e Thompson (1986), Ramsay (1987), Decat (1999) e Hirata (1999).

Os trabalhos mencionados defendem que, diferenças conceituais à parte,²³ as orações adverbiais antepostas, em geral, constituem o fundo sobre o qual o discurso subsequente se constrói. Talmy (1978, p. 625) afirma que “um evento anterior/causativo tende a ser tratado como Fundo (pressuposto) na oração subordinada, em relação a um evento posterior/resultante concebido como Figura (asseverado) na oração principal”.²⁴ Nesse mesmo sentido, Twonsend e Bever (1977) dizem que

Orações principais e subordinadas diferem quanto ao tipo de informação que veiculam, assim como o fazem figuras e fundos visuais. Orações principais e figuras visuais veiculam informação nova, importante, enquanto orações subordinadas e fundos visuais veiculam informação velha, informação menos importante que provê um contexto ou cenário para a informação nova.²⁵

No que diz respeito especificamente às orações condicionais, em trabalhos como os de Ford e Thompson (1986), Decat (1999) e Hirata (1999), embora não se encontre nenhuma menção explícita à relação entre subordinação e informação dada, os autores compartilham, indiretamente, da visão de Talmy (1978) e Twonsend e Bever (1977),

²³ É preciso mencionar que os conceitos de figura/fundo e tópico/comentário podem variar dependendo da teoria adotada para concebê-los.

²⁴ “(...) an earlier/causing event tends to be treated as Ground (presupposed) in the subordinate clause, with respect to a later/resulting event as Figure (asserted) in the main clause.”

²⁵ Main and subordinate clauses differ in the types of information they convey, just as do visual figures and grounds. Main clauses and visual figures convey new, important information while subordinate clauses and visual grounds convey old, less important information which provides a context or setting for new information.

apresentada acima. Isso se deve ao fato de os estudos de Ford e Thompson (1986), Decat (1999) e Hirata (1999) partirem do estudo de Haiman (1978), que claramente relacionou a oração condicional ao conceito de tópico, definido como a informação dada sobre a qual uma oração se constrói.

Um problema que pode ser apontado em relação a esses trabalhos diz respeito ao fato de todos partirem da premissa de que as orações principal e subordinada se diferenciam pelo tipo de informação que veiculam, na medida em que a oração subordinada veicula a informação dada, menos importante, enquanto a oração principal traz a informação nova e relevante para o discurso.

Diferentemente do que propõem os autores mencionados, Dik (1997), ao dedicar especial enfoque às construções encaixadas, se opõe à noção de que a diferença hierárquica entre oração encaixada e principal corresponde à diferença do estatuto informacional entre essas orações. Ao contrário, o autor diz não ser muito difícil encontrar construções encaixadas em que a oração encaixada veicula a informação mais saliente, isto é, a oração encaixada é que veicula o foco da construção. Nos termos de Dik (1997, p. 123) “A correlação postulada [entre subordinação e informação dada] não pode ter validade absoluta, uma vez que é fácil encontrar exemplos em que é a informação da subordinada ao invés da oração principal que é comunicativamente mais importante.”²⁶

Esse fato pode ser comprovado, por exemplo, pelo trabalho de Wakker (1996), para as condicionais do grego, que mostrou que essas orações podem veicular a informação nova, desempenhando função de foco, enquanto a oração principal veicula a informação dada. É o que se pode ver no caso abaixo, já mencionado nesta tese, extraído dessa autora (p. 186):

(42) *Âr' oûn án me oíesthe tosáde*
 QUPRT then MODPRT I.ACC think. 2PL.PRES.INDV so.many

éte diagenésthai ei épratton tà demósia?
 years live.INF if do.1SG.IMP.F.INDV the.ACC public.affairs.ACC
 ‘Do you believe that I could have lived in so many years if I haven’t been in public life?’

²⁶ The postulated correlation can never have absolute validity, since is easy to find examples in which it is the subordinate rather than the main clause information which is communicatively the most important.

Você acredita que eu poderia ter vivido tantos anos se não estivesse na vida pública?

Na GF, especificamente nos trabalhos de Wakker (1994, 1996) e Dik (1990, 1997), acredita-se também que as orações condicionais podem servir à função de tema, orientando o ouvinte a respeito das condições sob as quais o conteúdo da oração núcleo deve ser considerado verdadeiro ou relevante. Para Dik (1990), todas as orações condicionais proposicionais e ilocucionárias desempenham essa função. O autor afirma ainda que, nesse caso, as orações vêm separadas da oração núcleo por uma pausa ou por uma vírgula, podendo ser identificadas também pela presença do elemento resumitivo **então**, usado na oração núcleo para recuperar a informação sobre a qual seu conteúdo se valida.

Seguindo, portanto, Wakker (1996) e Dik (1997), neste trabalho assume-se que, em relação a seu papel na organização do discurso, as orações condicionais podem veicular tanto informação nova como dada, atualizando as estratégias pragmáticas e retóricas reconhecidas pela GDF, e podem ser classificadas como **foco**, **tópico**, **orientação** ou **correção**, como se discute a seguir.

5.1.1 As estratégias pragmáticas

Na GDF, as definições das funções pragmáticas de tópico e foco são adotadas da GF. A função de tópico é atribuída ao subato responsável por promover a relação entre o conteúdo comunicado pelo falante, o discurso – gradualmente construído – e o contexto comunicativo. A respeito da função de tópico, Hannay (1991, p. 136,137) afirma que

A atribuição de tópico tem uma função na expressão da mensagem e uma função no discurso mais amplo: na mensagem ele constitui uma perspectiva particular a partir da qual a comunicação é construída, e em relação ao discurso ele provê uma perspectiva que permite ao falante fazer uma contribuição que o ouvinte pode ver como relevante para o assunto em questão.²⁷

²⁷ Topic assignment has a function within the message expression and a function within the broader discourse: within the message it constitutes a particular perspective from which the communication is built up, and with respect to the discourse it provides a perspective which allows the speaker to make a contribution which the addressee can view as relevant to the subject matter.

Ou seja, o tópico, ao mesmo tempo em que tem uma natureza perspectivizadora, já que é a partir dele que se constroem as expressões lingüísticas, também é responsável pela continuidade do discurso em construção. Em outras palavras, em uma expressão lingüística o tópico é a entidade que representa “aquilo” sobre o que certa informação é apresentada, daí sua natureza perspectivizadora e, ao mesmo tempo ele relaciona o discurso como um todo ao evento comunicativo em questão. Observe-se o excerto abaixo, no qual os constituintes com a função de tópico são apresentados em destaque:

- (43) **Paulo Maluf**, candidato do PP a deputado federal, afirmou que os votos do eleitores paulistas atestam sua inocência. "O povo me absolveu", disse o **ex-prefeito de São Paulo** por telefone ao G1. Desde o início da apuração no estado, **Maluf** encabeça a lista dos candidatos de São Paulo à Câmara dos Deputados. O **ex-prefeito de São Paulo** passou 40 dias preso no ano passado, ao lado do filho, Flávio Maluf. (Globo *on line*)²⁸

No exemplo, nota-se que o falante introduz o elemento ‘Paulo Maluf’ como tópico no discurso. Esse tópico será mantido pelos elementos em destaque apresentados posteriormente, responsáveis por sustentar a cadeia tópica no discurso corrente. Assim, o tópico ‘Paulo Maluf’ é perspectivizador na medida em que é a respeito dele que se faz o discurso, ou se apresentam informações, e é também por meio dele que o discurso se mantém.

Por sua vez, a função pragmática de foco é atribuída à parte do discurso que o falante considera, e, por conseqüência, apresenta como sendo a mais relevante. Em outras palavras, a função de foco é atribuída a um subato que contém a informação saliente de uma expressão lingüística, e pode ser subdividida em três tipos:

- (i) **Foco novo**: marca um subato que veicula a informação nova enunciada pelo falante;

- (44) A: O que Maria comprou?
B: Maria comprou um **carro**.

O caso acima traz um exemplo de foco novo, atribuído ao subato referencial ‘carro’, uma vez que ‘carro’ é apresentado como a porção de informação nova a ser

²⁸ < <http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1294249-6309,00.html> > acesso em 02/10/2006.

adicionada ao conhecimento do ouvinte.

- (ii) **Foco enfático:** revela a intenção do falante em trazer a atenção do ouvinte para um subato em particular;

- (45) A: O que Maria comprou?
B: **Foi um carro que** Maria comprou.

Nesse caso, a função de foco enfático é atribuída ao subato ‘carro’ por meio de uma construção clivada, revelando a intenção do falante de chamar atenção do ouvinte para esse constituinte.

- (iii) **Foco contrastivo:** assinala a intenção do falante de apresentar as diferenças ou semelhanças entre dois ou mais conteúdos comunicados ou entre o conteúdo comunicado e a informação contextualmente disponível.

- (46) A Maria comprou uma moto.
Foi um carro que a Maria comprou.

No exemplo acima, a função de foco contrastivo é atribuída a ‘carro’, já que se faz uso da clivagem para contrastar o subato ‘carro’ com a informação precedente, expressa pelo subato ‘moto’.

5.1.2. As estratégias retóricas

As funções de orientação e correção substituem, respectivamente, as funções anteriormente denominadas como tema (*theme*) e antitema (*tail*), que foram abandonadas por terem sido definidas em termos da posição do constituinte e não em termos funcionais, como é o caso da nova terminologia.

A função de orientação é atribuída a um ato que apresenta uma informação que orienta o ouvinte em relação à intenção comunicativa do falante. Esse é o caso do sintagma nominal ‘A Maria’, no seguinte exemplo:

- (47) **A Maria**, ela comprou um carro.

Atos com a função de orientação trazem informação suplementar para a relevância comunicativa de um ato. Uma vez que se realizam como atos independentes, eles podem ter ilocução e contorno prosódico próprios e vêm separados por uma espécie de pausa. É o que pode ser observado no exemplo (48) adiante, no qual o ato com a função de orientação e o ato nuclear têm ilocuições diferentes, respectivamente, interrogação e declaração.

(48) **A Maria?** Ela comprou um carro.

No que concerne às orações condicionais, Dik (1997), em um capítulo sobre os constituintes extra-oracionais, já dizia que elas podem realizar-se com a função de orientação. Esse autor, exemplifica a função de orientação nas condicionais com o seguinte caso (DIK, 1997, p. 132):

(49) *If you don't stop crying, then we won't go to the movies.*
Se você não parar de chorar, então não iremos ao cinema.

A função de correção, por outro lado, é atribuída a um ato que apresenta uma informação com intenção de esclarecer ou modificar o ato que o precede. Ao enunciar um ato de correção, o falante instrui o ouvinte a expandir algum elemento em sua representação cognitiva.

(50) A Maria comprou um carro, **minha irmã Maria.**

No exemplo (50) o constituinte ‘minha irmã Maria’ desempenha a função de correção, especificando sobre que ‘Maria’ a informação está sendo apresentada. A função de correção pode ser realizada também por um ato em posição medial, como no caso das construções parentéticas. É o que se ilustra abaixo:

- (51) Paulo Maluf, **candidato do PP a deputado federal**, afirmou que os votos do eleitores paulistas atestam sua inocência. "O povo me absolveu", disse o ex-prefeito de São Paulo por telefone ao G1. Desde o início da apuração no estado, Maluf encabeça a lista dos candidatos de São Paulo à Câmara dos Deputados. O ex-prefeito de São Paulo passou 40 dias preso no ano passado, ao lado do filho, Flávio Maluf. (Globo *on line*)²⁹

Cabe esclarecer, ainda, que a ordem é relevante para o entendimento do tipo de estratégia retórica atualizada por uma expressão lingüística qualquer. A função de orientação revela a intenção do falante de introduzir uma informação suplementar sobre a qual o ato seguinte será apresentado. Por outro lado, a função de correção traz informação adicional a respeito de um ato já enunciado ou um ato enunciado "parcialmente", no caso de construções parentéticas. Essa relação será mais detalhadamente discutida na subseção **Parâmetros formais**.

No que diz respeito especificamente às orações condicionais do português, não há, ainda, estudos que tenham sido realizados considerando as estratégias pragmáticas e retóricas do modo como definidas pela GDF. Uma tentativa de seu esclarecimento será levada a cabo neste trabalho, mais precisamente na seção **As conjunções e orações condicionais na GDF**.

5.2. Parâmetros semânticos

No contexto da GF, os estudos sobre as orações adverbiais têm revelado a importância de analisar a estrutura semântica interna dessas orações. Ou seja, diferentemente do que se têm feito nos diversos tratados sobre subordinação adverbial, nos quais se avaliam a oração adverbial no âmbito da relação que ela estabelece com a oração principal, nos estudos de Hengeveld (1993, 1996, 1998) e Pérez Quintero (1998, 2002), têm se demonstrado a necessidade de voltar o foco de atenção para a oração adverbial em si. Em outras palavras, em Hengeveld (1993, 1996, 1998) e em Pérez Quintero, os autores analisam a oração adverbial do ponto de vista de sua estrutura semântica apenas e não a relação que essa oração contrai com a oração núcleo.

Nesse sentido, Hengeveld (1993, 1996, 1998) propõe que a constituição semântica interna de uma oração adverbial deve ser avaliada observando-se quatro

²⁹ < <http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1294249-6309,00.html> > acesso em 02/10/2006.

parâmetros: (i) tipo de entidade; (ii) referência temporal; (iii) factualidade e (iv) pressuposição.

Esses parâmetros foram testados tipologicamente por esse autor, que analisou diferentes línguas européias, e por Pérez Quintero (1998, 2002), que mostrou sua relevância para o estudo das orações adverbiais de uma língua particular, no caso o inglês. Mediante tais considerações, a análise da estrutura semântica da oração condicional realizada neste trabalho irá considerar tais parâmetros.

5.2.1. Tipo de entidade

De acordo com Hengeveld (1993, 1996, 1998), no nível semântico as orações adverbiais podem ser avaliadas segundo o tipo de entidade que designam. Essa distinção, seguindo o modelo da GF, leva a quatro tipos de oração: **de ordem zero** (se designam uma propriedade ou relação), **de segunda ordem** (se designam um estado-de-coisas), **de terceira ordem** (se designam um conteúdo proposicional) e **de quarta ordem** (se designam um ato de fala).³⁰

No que diz respeito especificamente à análise das orações condicionais, não se consideram as entidades de ordem zero, já que esse tipo de entidade não pode ser expressa por esse tipo oracional. A partir do parâmetro **tipo de entidade**, pode-se distinguir, portanto, três tipos de condicional:

(i) Orações condicionais de segunda ordem: designam um estado-de-coisas, que pode ser avaliado em termos de sua realidade, como no exemplo:

(52) De acordo com a legislação, se não pagar a taxa, a moratória será executada.

(ii) Orações condicionais de terceira ordem: designam um conteúdo proposicional, que pode ser avaliado em termos de sua veracidade. É o que mostra o caso a seguir:

(53) Se a multa está sendo executada o aluguel não foi pago.

³⁰ É importante ressaltar que as entidades de primeira ordem (que designam indivíduos) somente podem ser expressas por termos e, por essa razão, não podem ser consideradas na classificação das orações adverbiais (PÉREZ QUINTERO, 2002).

(iii) Orações condicionais de quarta ordem: designam um ato de fala, que pode ser avaliado em termos de sua informatividade, como se vê no exemplo a seguir:

(54) Se você me permite, essa roupa é inadequada.

Essa classificação pode ser resumida no seguinte quadro, extraído de Hengeveld (1998):

Tipo de entidade	Descrição	Avaliação
Segunda ordem	Estado-de-coisas	Realidade
Terceira ordem	Conteúdo proposicional	Verdade
Quarta ordem	Atos de fala	Informatividade

Quadro 6 – Tipos de entidade³¹

Hengeveld (1998) afirma que a diferença entre os tipos de entidade pode ser mais bem compreendida a partir do tipo de modificação que recebem. A diferença entre as entidades de segunda e de terceira ordem está no fato de que as primeiras descrevem um estado-de-coisas e são independentes do falante, ou seja, elas não podem ser asseveradas, conhecidas, julgadas, acreditadas ou questionadas. Em outras palavras, os estado-de-coisas não podem ser avaliados em termos atitudinais, mas apenas no que diz respeito a sua ocorrência quanto a tempo, frequência e lugar, como no exemplo:

(55) Se não pagar hoje/amanhã a moratória será executada.

Por outro lado, as entidades de terceira ordem descrevem um conteúdo proposicional, um construto mental, sendo, dessa maneira, dependentes do falante. Por essa razão, uma oração de terceira ordem pode ser qualificada por um modificador atitudinal, isto é, pode ser avaliada em termos da atitude do falante, quanto a sua validade. É o que se observa no seguinte exemplo:

(56) Acho que se não pagar hoje/amanhã a moratória será executada.

³¹ O quadro original (HENGEVELD, 1998) traz ainda as entidades de zero e primeira ordem, que foram excluídas aqui por não serem expressas por orações condicionais, como prevê o próprio autor.

As entidades de quarta ordem aceitam um qualificador ilocucionário, o que não ocorre com as demais. É o que mostra o caso abaixo:

- (57) Se eu posso falar francamente/honestamente/abertamente essa roupa é inadequada.

Hengeveld (1998) ressalta ainda que as orações de segunda e terceira ordem podem receber modificação ilocucionária, mas, nesse caso, o escopo do modificador recai sobre a construção como um todo, incluindo a adverbial e a núcleo. Esse não é o caso das orações de quarta ordem, que, constituindo um ato independente, podem receber modificação ilocucionária própria.

É preciso mencionar que a classificação semântica das adverbiais proposta por Hengeveld (1993, 1996, 1998) diz respeito à estrutura semântica interna da oração em si e não deve ser confundida com a classificação semântica dos satélites estabelecida na GF. Em outras palavras, a classificação levada a cabo pelo autor diz respeito à entidade designada pela oração adverbial e não à camada com a qual essa oração se relaciona, já que, no trabalho desse autor, estuda-se a oração adverbial e não a relação desta com a oração núcleo.

Conforme se discutiu na **Subseção 3.4**, estudos mostraram que não necessariamente uma oração que designa um estado-de-coisas, por exemplo, tem de relacionar-se a uma oração correspondente à camada da predicação. Ou seja, não existe uma relação direta entre a estrutura semântica interna da oração adverbial – o tipo de entidade que ela designa – e a camada em que ela opera. É o que mostraram Wakker (1996) e Cuvalay (1996), que encontraram casos de condicionais que designam um estado-de-coisas, mas relacionam-se a outras camadas da oração, como a camada da ilocução, segundo mostram os casos discutidos por Wakker (1996, p. 181):

- (58) *In case of rain, there is an umbrella in my wardrobe.*
Em caso de chuva, tem um guarda-chuva no armário.
- (59) *In case of an emergency call, I'll be in my office till lunchtime.*
Em caso de uma chamada de emergência, eu estarei no meu escritório até a hora do almoço.

Ambos os exemplos ilustram casos de uma condicional de segunda ordem, isto é, designando um estado-de-coisas, relacionando-se à camada da ilocução. Em (58) o

estado-de-coisas ‘*in case of rain*’ relaciona-se ao ato de fala ‘*there is na umbrella in my wardrobe*’, qualificando, assim, uma unidade da camada da ilocução. Esse fato somente corrobora a proposta de Hengeveld (1996, 1998) e Pérez Quintero (1998, 2002), seguida neste trabalho, de analisar a estrutura semântica interna da oração, ou seja, a entidade que ela designa, e não as relações semânticas estabelecidas por ela³². Assim, Pérez Quintero (1998) afirma que, de acordo com o tipo de entidade designado na oração condicional, a seguinte classificação pode ser estabelecida (p. 205-206):

- (i) condição eventiva: designa uma entidade de segunda ordem, uma vez que indica que, se o estado-de-coisas designado ocorrer, confirma-se a validade do conteúdo expresso pela oração principal;
- (ii) condição epistêmica: designa uma entidade de terceira ordem, expressando a opinião do falante acerca da realização da condição;
- (iii) condição verbal: designa uma entidade de quarta ordem, um ato de fala independente, revestido de força ilocucionária própria.

A proposta apresentada por Hengeveld (1993, 1996, 1998), no entanto, precisa ser reelaborada nos termos do novo modelo desenvolvido pela GDF. Na GDF, com a separação dos níveis de análise pragmática e semântica, a classificação dos tipos de entidades não mais considera o ato ilocucionário como uma entidade semântica, tal como era na GF. Isso porque o ato é analisado no nível interpessoal, em que são examinadas questões discursivo-pragmáticas. Dessa forma, a oração condicional de quarta ordem, que designa um ato ilocucionário, não mais é avaliada como um tipo semântico. Sua análise se dá no nível interpessoal. Além disso, o quadro de entidades elaborado por Hengeveld e Mackenzie (no prelo) traz novas categorias além do estado-de-coisas e da proposição, incorporados da GF. É o que se vê no quadro 2, que se repete a seguir:

Categoria semântica da entidade	Variável	Exemplo
Episódio	ep	<i>sumário</i>
Conteúdo proposicional	p	<i>idéia</i>

³² Em relação à estrutura externa, a oração condicional pode ser avaliada pela função semântica que assume enquanto modificador oracional, tal como foi discutido na seção 3.3 *Uma tipologia da relação se p (então) q*.

Estado-de-coisas	e	<i>encontro</i>
Indivíduo	x	<i>cadeira</i>
Lugar	l	<i>jardim</i>
Tempo	t	<i>semana</i>
Propriedade/relação	F	<i>cor</i>

Quadro 7 – Tipos de entidade na GDF

Cabe lembrar que, das entidades distinguidas pela GDF, as orações condicionais podem designar apenas duas, os estados-de-coisas e os conteúdos proposicionais, já que o ato de fala não mais é considerado uma entidade semântica, mas uma unidade do nível interpessoal. Tendo em vista, portanto, essa revisão no quadro das categorias semânticas das entidades elaborada pela GDF, neste trabalho propõe-se que o critério *tipo de entidade* dá origem a dois tipos de condicionais: (i) as eventivas, que designam um estado-de-coisas e as (ii) epistêmicas, que designam um conteúdo proposicional.

5.2.2. Dependência temporal

No que diz respeito à dependência temporal da oração adverbial em relação à oração núcleo, Hengeveld (1996, 1998) propõe dois tipos de orações: as que se realizam com *Referência Temporal Dependente* (RTD) e as que se realizam com *Referência Temporal Independente* (RTI). Esse parâmetro é estabelecido tendo em vista os trabalhos de Noonan (1990), Bolkestein (1990), Hengeveld (1990) e Dik e Hengeveld (1991), que defendem a necessidade de distinguir os complementos de acordo com as restrições na escolha dos operadores por eles permitidos. Assim, Hengeveld (1996) mostrou que as orações completivas têm referência temporal dependente quando essa se realiza como uma consequência necessária do significado do predicado encaixador, tal como mostram os exemplos abaixo:

- (60) *I saw him leave.*
Eu o vi sair.
- (60a) **I saw him have left.*
Eu vi que ele saiu.
- (61) *I regret that he leaves today.*
Eu lamento que ele parta hoje.
- (61a) *I regret that he left yesterday*
Eu lamento que ele tenha partido ontem.

A esse respeito Hengeveld (1996) discute que, embora os complementos de ‘*see*’ assim como os de ‘*regret*’ designem estados-de-coisas, eles se diferenciam pelo fato de que o evento encaixado em ‘*see*’ é necessariamente simultâneo ao evento descrito na oração principal, realizando-se, portanto, com referência temporal dependente.³³ Por outro lado, o evento encaixado em ‘*regret*’ é temporalmente independente do evento contido na oração principal.

Observa-se essa mesma relação de dependência nas orações adverbiais, que, assim, podem ser avaliadas em termos de dependência temporal em relação à oração núcleo, como ilustram os seguintes exemplos:

- (62) *He cut himself while shaving.* (RTD)
Ele se cortou enquanto se barbeava.
- (63) *The streets are wet because it is raining/because it has been raining.* (RTI)
As ruas estão molhadas porque está chovendo/porque esteve chovendo.

Em seu estudo sobre as orações adverbiais do inglês, Pérez Quintero (1998, 2002) afirma que esse parâmetro somente é válido para as orações de segunda ordem, já que as orações de terceira, segundo essa autora, necessariamente apresentam referência temporal independente. No entanto, uma vez que não há estudos que tenham avaliado os parâmetros propostos por Hengeveld (1996, 1998) para dados do português, nossa análise considerará esse parâmetro independentemente do tipo de entidade designado pela condicional.

5.2.3. Factualidade

O terceiro parâmetro, a factualidade, distingue as orações adverbiais em *factuais* ou *não-factuais*. As orações adverbiais são factuais quando designam uma entidade como real (estado-de-coisas) e verdadeira (proposição). Por outro lado, as orações adverbiais são consideradas não-factuais se descrevem uma entidade como não-real (estado-de-coisas) ou não-verdadeira (proposição). Os casos seguintes, extraídos de Pérez Quintero (1998, p. 164) ilustram esses tipos:

³³ Poder-se-ia contra-argumentar com base nos exemplos do português ‘Eu vi que ele tinha saído’ ou ‘Eu vi que ele sairia’. Entretanto, nesses casos, o verbo **ver** é usado na acepção de **conhecer**, **saber**. Nos casos discutidos por Hengeveld o verbo ‘*see*’ é usado em sua acepção original de “enxergar algo”.

- (64) *The fuse blew because we had overload the circuit.* (Factual)
O fusível explodiu porque nós sobrecarregamos o circuito.
- (65) *I'll come tomorrow in case Ann wants me.* (Não-factual).
Eu virei amanhã no caso de que Ann me queira.

No que diz respeito especificamente à aplicação desse parâmetro às orações condicionais, Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (1998, 2002) classificam as orações condicionais como não-factuais, uma vez que esse tipo oracional descreve um evento não-realizado ou uma proposição não-verdadeira. Ao contrário do que acontece nas orações factuais (por exemplo, as causais), o conteúdo da oração condicional é concebido como algo potencial ou irreal, o que pode estar relacionado ao caráter modalizador da própria conjunção condicional, que concebe como incerto o conteúdo por ela descrito.³⁴ Podem ser factuais, segundo Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (1998, 2002), orações como as causais, as finais, as explicativas, as temporais e as concessivas. Entre as não-factuais, além das orações condicionais, estão as orações circunstanciais.

5.2.4. Pressuposição

De acordo com o parâmetro Pressuposição, Hengeveld (1996, 1998) avalia o conteúdo descrito pela oração adverbial em *pressuposto* ou *não-pressuposto*. No entanto, como mostra Pérez Quintero (1998), embora Hengeveld (1996) aplique esse parâmetro ao estudo tipológico das adverbais, ele não explicita o ponto de vista adotado para entender o conceito de pressuposição.

Levando em conta essa indefinição, Pérez Quintero (1998, 2002), em sua classificação das adverbais do inglês, defende a adoção de uma visão pragmática, que permite conceber a pressuposição de acordo com o modo como o falante estrutura sua mensagem em relação ao que espera ser do conhecimento de seu ouvinte. Após um levantamento sobre os diferentes modos de conceber a pressuposição, a autora afirma que

³⁴ Sobre essa relação, Visconti (2004) propõe as conjunções condicionais como uma expressão gramatical da atitude ou crença do falante.

Um enfoque pragmático da pressuposição é, portanto, mais apropriado do ponto de vista da GF, quadro teórico da presente investigação, já que tem em conta a análise de um fenómeno lingüístico do ponto de vista da comunicação entre os indivíduos.³⁵

É também nesse sentido que se justifica adotar a visão dessa autora. Assim, segundo o parâmetro “pressuposição”, uma oração pode ser classificada como pressuposta se o falante formula seu enunciado partindo do suposto de que seu ouvinte tem conhecimento de que o conteúdo veiculado na adverbial é real/não-real ou verdadeiro/não verdadeiro, como mostra o seguinte exemplo:

- (66) *He got the job although he had no qualifications.*
Ele conseguiu o trabalho embora não tivesse qualificações.

Por outro lado, se o falante produz seu enunciado partindo do suposto de que seu ouvinte não tem conhecimento de que o conteúdo descrito pela oração adverbial é real/não-real ou verdadeiro/não verdadeiro, a oração adverbial será classificada como não-pressuposta. É o que se observa neste caso do inglês, extraído de Pérez Quintero (1998, p. 184):

- (67) *Jenny went home because her sister would visit her.*
Jenny foi para casa porque sua irmã a visitaria.

5.3. Parâmetros formais

No que diz respeito à natureza formal das orações condicionais, avaliou-se a ordem em que as orações condicionais ocorrem, considerando, principalmente, o padrão de ordenação dos constituintes, tal como estabelecido na GF. É também de natureza formal a correlação modo-temporal que figura em uma oração condicional.

5.3.1. A ordem nas orações condicionais

³⁵ Un enfoque pragmático de la presuposición, por tanto, resulta más apropiado desde el punto de vista de la GF, marco teórico de la presente investigación, ya que tiene en cuenta el análisis de un fenómeno lingüístico desde el punto de vista de la comunicación entre individuos.

Em seu estudo sobre a semântica das orações condicionais, Dik (1990) afirma que a oração condicional pode assumir quatro posições em relação à oração principal, considerando o padrão de ordenação dos constituintes, tal como estabelecido na GF:

P2, [P1.....X], P3

As orações condicionais podem ocorrer antepostas (P1 ou P2) ou pospostas (X ou P3). A diferença entre as posições está no fato de que, quando ocorrem em P2 ou P3, as orações condicionais são separadas da oração núcleo por uma pausa, o que não ocorre com condicionais nas posições P1 ou X. Considerando as quatro posições, tal como representadas no esquema anterior, Dik (1990) fornece os seguintes exemplos:

- (70a) *If John stays Peter will leave* (P1)
Se John ficar Peter partirá.
- (70b) *If John stays, Peter will leave* (P2)
Se John ficar, Peter partirá.
- (70c) *Peter will leave if John stays* (X)
Peter partirá se John ficar.
- (70d) *Peter will leave, if John stays* (P3)
Peter partirá, se John ficar.

Às quatro posições sugeridas por Dik (1990), Wakker (1992) acrescenta mais uma, P_n, sendo que a variável ‘n’ indica que essa posição pode variar:

P2, [P1 ..., (P_n), X], P3

Essa quinta posição é ilustrada com o seguinte exemplo dessa autora:

- (71) *There is, **in case it rains**, an umbrella in my wardrobe.*
Há, no caso de que chova, um guarda-chuva no meu armário.

As posições P1 e X são consideradas, na GF, posições intra-oracionais. Nesses casos a oração condicional vem integrada à oração núcleo, não sendo separada por vírgulas ou pausas entonacionais, como se vê nos exemplos (70a) e (70c). Por outro lado, P2, P_n e P3 são posições extra-oracionais e, por essa razão, a condicional vem

separada da oração principal por uma vírgula ou por uma pausa entonacional, como se pode observar nos exemplos (70b), (70d) e (71).

De uma maneira geral, os trabalhos realizados sobre a oração condicional (COMRIE, 1986; GRYNER, 1995; FERREIRA, 1997; HIRATA, 1999; NEVES, 1999, 2000; NEVES e BRAGA, 1998) consideram as posições anteposta, intercalada e posposta, sem considerar as noções de intra e extra-oracional, tal como especificadas em Dik (1990) e Wakker (1992).

A anteposição, especificada na GF como P2 e P1, é apontada, por todos os teóricos, como a posição cânone para a oração condicional ocorrer. Essa tendência, de acordo com Greenberg (1963), pode ser explicada como sendo um reflexo da ordem natural para *causa* anteceder *conseqüência*.

Vários estudos buscaram explicar quais fatores motivariam a ordem das orações condicionais. Assim, hipóteses diversas foram formuladas no sentido de relacionar a ordem das orações condicionais a fatores pragmáticos, como o fluxo de informação e a organização do discurso, e também a aspectos como os tempos e modos verbais usados na construção condicional.

Comrie (1986) sugere que a não-factuality levaria à anteposição. Essa hipótese foi refutada por Hirata (1999), que, ao analisar as orações condicionais do português, verificou que a maioria das condicionais não factuais³⁶ ocorreram pospostas à oração núcleo. Comrie (1986) afirma ainda que a anteposição da oração condicional pode estar relacionada aos tempos e modos verbais que figuram na construção condicional, propondo que a ordem linear das duas orações reflete sua referência temporal. Segundo esse autor, a referência temporal da prótase é não-posterior à referência temporal da apódose. Para Comrie (1986), outro motivo que explicaria a anteposição é o fato de a ordem linear das orações ser icônica à seqüência de argumentação do discurso. Esse autor relaciona a ordem das condicionais à proposta de Haiman (1978), segundo a qual as condicionais são tópicos das orações em que ocorrem, daí a anteposição.

³⁶ A noção de não factual nesse contexto não é a mesma que se verifica quando aplicamos às condicionais o parâmetro *factualidade*. A noção de não-factuality de Hengeveld (1998), usada neste trabalho, aplica-se à estrutura interna da oração condicional, e não à relação entre a condicional e sua núcleo. Em Comrie (1986) e Hirata (1999), não factualidade diz respeito ao grau de hipoteticidade de uma oração condicional, nesse caso, identificando as condicionais que têm uma menor probabilidade de ocorrência. Em Hengeveld (1998), não-factuality indica o estatuto irreal do conteúdo descrito pela oração condicional em si, e não a relação entre ela e a oração nuclear.

Em relação à ordem marcada, isto é, à posposição e à intercalação da condicional, Ferreira (1997) investigou uma série de fatores – tais como correferência de sujeito, tempos e modos verbais, explicitude de sujeito, estatuto informacional – que acreditava ser influente na posposição da condicional. Hirata (1999), por outro lado, verificou que a ordem marcada das orações condicionais é determinada pela função de adendo, ou *afterthought*, nos termos de Chafe (1984), que essas orações desempenham.

Também neste trabalho, assume-se que posição da oração da condicional é determinada pelos tipos de estratégias (retóricas ou pragmáticas) que essa oração assume dentro do contexto discursivo. Essa posição se justifica dentro do modelo teórico elaborado pela GDF, segundo o qual decisões tomadas em um nível mais alto (interpessoal) influenciam decisões em níveis inferiores, como o nível estrutural, no qual questões de ordem são determinadas, seguindo-se, assim, a hierarquia de influência funcional.

Quando a oração condicional tem função de tópico, ela ocorre na posição P1, e quando tem a função de foco, ela ocorre em X. Por outro lado, se a condicional assume a função de orientação, deve ocorrer em P2, e se assume a função de correção deve ocorrer em Pn ou P3. Portanto, para a análise da ordem nas orações condicionais realizada neste trabalho, consideram-se as posições intra-oracionais P1 e X e as posições extra-oracionais P2, Pn, e P3, que se propõe representar da seguinte maneira:

conjunção *p* (*então*) *q*: a oração condicional ocorre em P1

conjunção *p*, (*então*) *q*: a oração condicional ocorre em P2

(*então*) *q* conjunção *p*: a oração condicional ocorre em X

(*então*) *q*, conjunção *p*: a oração condicional ocorre em P3

q, conjunção *p*, (*então*) *q*: a oração condicional ocorre em Pn

5.3.2. A correlação modo-temporal nas construções condicionais

Segundo Pérez Quintero (2002), as orações adverbiais podem ser formalmente descritas, ainda, no que diz respeito aos tempos e modos verbais que nelas figuram. Essa afirmação se sustenta no pressuposto de que as orações adverbiais se caracterizariam pela presença de formas verbais específicas (QUIRK *et al*, 1991).

Assim, por esse parâmetro, pretende-se identificar cada uma das formas verbais que podem ocorrer nas orações condicionais iniciadas por conjunções complexas.

Embora os tempos e modos verbais sejam analisados, nesta tese, como um parâmetro formal, acredita-se, aqui, que a correlação modo-temporal que figura uma construção condicional não está relacionada apenas à sua expressão formal, mas também à sua estrutura semântica, principalmente em relação aos diferentes graus de hipoteticidade que a relação condicional pode assumir, o que já foi discutido. Assim, tempos com referência futura ou de presente, revelam um grau de hipoteticidade maior, enquanto tempos com referência passada indicam menos grau de hipoteticidade.

No estabelecimento dos parâmetros descritos nesta seção, procurou-se conjugar aspectos relevantes para o estudo da oração condicional a uma proposta de descrição dos componentes sintático-semântico-pragmáticos integradamente, tal qual exige a teoria da GDF que fundamenta este estudo. Assim, os parâmetros acima discutidos não serão considerados isoladamente, mas observando-se o modo como eles interagem uns com os outros. Tendo em vista o conjunto de parâmetros aqui apresentados, é que se pretende analisar as orações condicionais iniciadas por conjunções complexas no português do Brasil, o que se faz a seguir, após algumas explicações de natureza metodológica.

6. CARACTERIZAÇÃO DAS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Tendo em vista os pressupostos teóricos discutidos nas seções que formam a fundamentação teórica desta tese, nesta seção analisam-se as conjunções e orações condicionais com o propósito de estabelecer sua caracterização, com base em dados reais do português contemporâneo escrito do Brasil. Em seguida, nas seções 7 e 8, a partir dessa descrição, as conjunções e orações condicionais são analisadas nos níveis da GDF, observando-se as implicações do estudo das orações condicionais para o desenvolvimento dessa teoria.

6.1. Metodologia

Os dados que compõem o *cópus* analisado foram coletados no banco de dados do **Laboratório de Lexicografia** da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – *Campus* de Araraquara. Trata-se de um banco de dados do português escrito do Brasil, que contempla as seguintes modalidades de texto:

- (i) **literatura romanesca**: conjunto que abriga obras literárias em prosa, mais especificamente romances e contos. Nessa categoria encontram-se textos que apresentam rigor em relação à norma pedagógica. São textos de cunho popularesco, regional e ainda aqueles próximos do padrão literário tradicional;
- (ii) **literatura dramática**: conjunto que abriga peças de teatro e textos de teledramaturgia. Essa categoria se caracteriza pelos textos dialógicos, que buscam reproduzir a língua falada. Consistem em textos de certa forma descompromissados com a norma pedagógica, mas que não deixam de atender a certos padrões da linguagem escrita. No entanto, neles encontram-se, em maior quantidade, registros que fogem ao padrão estipulado pela norma.
- (iii) **literatura técnica**: conjunto que abriga textos acadêmico-científicos. Para esse conjunto foram considerados manuais de divulgação, ensaios, dissertações e teses. Esse tipo de texto caracteriza-se pelo caráter argumentativo, descritivo e expositivo. Também nesse tipo de texto observa-se alto rigor em relação à norma.

- (iv) **literatura jornalística:** conjunto que abriga periódicos diários, semanais e mensais. Foram considerados os periódicos de maior circulação no país, em especial aqueles editados nas capitais. Dos periódicos contaram os editoriais, crônicas, correspondências e noticiários nacionais, daí seu caráter bastante híbrido.
- (v) **literatura de propaganda:** conjunto que abriga textos de campanhas publicitárias. Incluem-se nesta categoria as peças publicitárias veiculadas pelos periódicos. Esses textos assumem uma natureza fortemente persuasiva.
- (vi) **literatura de oratória:** conjunto que abriga textos previamente elaborados para discursos políticos, discursos acadêmicos proferidos na Academia Brasileira de Letras e discursos religiosos. Este grupo caracteriza-se pela forte adesão à norma gramatical padrão, muitas vezes de tom conservador.

Os dados que formam o *cópus* deste trabalho foram coletados em um universo de 10 milhões de palavras, em um período pré-definido que vai do ano de 1950 até o ano de 2000, considerando-se todas as modalidades de texto acima descritas, contemplando, dessa forma, a situação enunciativa em diferentes contextos. Cabe esclarecer que apenas as orações condicionais plenamente desenvolvidas e ligadas a uma oração núcleo foram consideradas. Ficam excluídas também as orações com leitura ambígua, tais como as orações condicionais que permitem leitura temporal ou causal.

Para o tratamento quantitativo, os dados foram processados por meio de alguns programas do pacote *Varbrul* (*QEdit*, *Readtok*, *Checktok*, *Makcel* e *Cross3000*)³⁷, o que possibilita não apenas a quantificação desses dados em relação aos parâmetros já mencionados mas também a observação das correlações e restrições por eles apresentadas. As ocorrências usadas para ilustração dos casos discutidos são identificadas em relação ao tipo de texto (literatura dramática, técnica, etc.) e fonte (título da obra, jornal, revista, etc.).

A análise quantitativa consistiu em observar cada um dos aspectos descritos na *Seção 5* em relação ao sentido expresso pela perífrase conjuncional. São considerados, assim, os seguintes aspectos:

³⁷ Uma vez que o *Varbrul* é um programa de análise da variação sociolingüística, algumas ferramentas oferecidas por esse programa foram desconsideradas, dada a natureza não-variacionista da análise proposta neste trabalho.

- sentido da conjunção complexa;
- função pragmática;
- tipo de entidade;
- referência temporal;
- factualidade;
- pressuposição;
- ordem;
- tempo-modo da oração condicional;
- tempo-modo da oração núcleo;

6.2. As conjunções condicionais complexas no português

Foram encontradas 567 ocorrências de conjunções condicionais complexas no corpus examinado. Esse número revela a baixa produtividade das conjunções complexas, o que decorre do fato de a conjunção *se* ser o expediente formal mais usado para expressar a relação condicional. O quadro abaixo traz as conjunções condicionais complexas encontradas no português contemporâneo escrito do Brasil, formalmente classificadas segundo sua base lexical constituidora:

CONJUNÇÕES CONDICIONAIS COMPLEXAS		
BASE VERBAL	BASE CONJUNCIONAL	BASE PREPOSICIONAL
<i>a não ser que</i>	<i>exceto se</i> <i>salvo se</i> <i>só/somente se</i>	<i>sem que</i> <i>a menos que</i> <i>contanto que</i> <i>desde que</i>

Quadro 8 – Tipos de conjunção segundo a base lexical

6.2.1.O sentido da conjunção condicional complexa

Conforme discutiu-se na *Seção 4*, Visconti (1998) propõe classificar os diferentes sentidos que as conjunções condicionais complexas podem expressar, levando aos tipos (i) hipotético, (ii) restritivo positivo (iii) e restritivo negativo. Desse modo, as ocorrências encontradas no corpus foram analisadas segundo os tipos

distinguidos por essa autora. A análise dos dados revela que, no português do Brasil, encontram-se apenas dois dos tipos distinguidos por Visconti (1998), como se vê na tabela a seguir.

SENTIDO DA CONJUNÇÃO COMPLEXA		
RESTRITIVA POSITIVA	RESTRITIVA NEGATIVA	TOTAL
393 70%	174 30%	567 100%

Tabela 1 – Tipos de conjunção

Segundo demonstram os dados analisados, o tipo de conjunção complexa mais freqüente no português é aquele que manifesta o significado restritivo positivo. Esse tipo de conjunção restringe o significado da oração condicional, de modo que a construção recebe a seguinte leitura:

- considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração núcleo na condição única da realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional, como pode ser observado na seguinte ocorrência:
 - (1) Questão agora é saber se José Lino está disposto a retornar ao cargo que um dia ocupou. **Somente se Zé Lino não aceitar é que Fares Lopes passará a analisar outros nomes.** Mas, de momento, ele nem cogita disso, pois prefere acreditar que Zé Lino topará mais um mandato. Enquanto isso não acontece, alguns nomes de futuros pretendentes estão gradativamente sendo inseridos no noticiário esportivo. Quanto ao grau de aceitação, o tempo dirá. (DIN-J)

Nesse caso a relação condicional se estabelece de tal forma que as duas orações envolvidas se implicam mutuamente, isto é, são ambas verdadeiras ou ambas falsas. É o que tem sido chamado na literatura de valor bicondicional (Awerá, 1983, Visconti, 1996, Neves, 2000). Nos dados analisados, além da conjunção **somente se**, exemplificada acima, esse significado é também atualizado pelas locuções **só se**, **contanto que** e **desde que**, como se observa nas ocorrências abaixo.

- (2) A partir de agora, **motivo para acordar mais cedo só se for o horário de verão que dizem vir por aí.** Se bem que os jogos olímpicos, pelo situação dos brasileiros, há muito tinham deixado de ser motivo para madrugar. Ninguém

- gosta de acordar para apanhar. (DIN-J)
- (3) Espera-se, portanto, que com um melhor aproveitamento de sua rede pública, a Previdência Social tire melhor rendimento de seu potencial de trabalho. **A rede de atendimento primário poderá ser constituída não só pelos estabelecimentos federais do INAMPS, mas também, por estabelecimentos estaduais e municipais, desde que estes se mostrem capacitados para exercer esse trabalho.** (JL-O)
- (4) Ao contrário da esquerda argentina ou chilena, a brasileira, embora com desempenho decepcionante em 1998, dada a situação do país, não sofreu as derrotas estratégicas que sofreram as esquerdas na Argentina ou no Chile. **O esgotamento no governo FHC propicia assim uma oportunidade histórica para a esquerda, contanto que ela saiba se oxigenar teórica e politicamente,** aprendendo com os avanços e os reveses destes anos, deixando de lado qualquer fórmula fácil - "terceira vezes ou purgas internas - e sabendo estar à altura dos anos convulsionados por que atravessará o Brasil. (CV-T)

Atua, também, na expressão do significado restritivo positivo a locução **sem que**. A diferença entre esta e as outras conjunções exemplificadas é que na oração condicional iniciada por **sem que** o significado restritivo positivo se constrói a partir da combinação da conjunção **sem que** com negação na oração núcleo, como se observa no seguinte exemplo:

- (5) Essa região ocupa grande parte da invejada dimensão continental, que é o Brasil. **Isso significa que nós fazemos parte de um todo que não poderá crescer sem que cresçamos nós, também.** O que até agora tem acontecido é o crescimento de nossa miséria e de nosso atraso, e a responsabilidade disso já não nos é permitido atribuir a terceiros. (AR-O)

O segundo tipo de conjunção complexa no português é aquele que tem significado restritivo negativo, no qual a locução conjuntiva restringe a relação condicional com inversão de polaridade, como já havia observado Neves (2000). Para esse tipo de conjunção, propõe-se a seguinte leitura:

- considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração núcleo na condição única da não realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional, como mostra a ocorrência.
- (6) A frequência é boa apenas nos corredores; a pontualidade e a velocidade também costumam deixar muito a desejar. Não obstante, os ônibus convencionais têm algumas vantagens. Os seus custos totais são bem inferiores

aos dos sistemas ferroviários e, sendo repassados à tarifa, **não há significativos custos para os cofres públicos, a não ser que o governo local opere mal uma empresa pública ou subsidie o preço da passagem.** Os ônibus possuem alto grau de eficiência no uso de energia, mesmo quando comparados a sistemas ferroviários, os quais têm mais "peso morto" e, às vezes, dependem de ineficientes sistemas termoelétricos para o suprimento da sua energia. (TT-T)

Nesse caso, a oração condicional é apresentada como uma condição para que o conteúdo da oração principal seja considerado não-verdadeiro. Em outras palavras, nas construções iniciadas por esse tipo de conjunção, caso a oração condicional seja validada, segue necessariamente a não-validação da oração núcleo, ou vice-versa. Entre os dados analisados, atuam ainda na expressão do significado restritivo negativo as conjunções **salvo se**, **exceto se** e **a menos que**, como se vê nas ocorrências a seguir.

- (7) **Produtos da zona não poderão ser reexportados pelos países importadores, salvo se houver prévio acordo com o país interessado,** ou se houver processo de elaboração e o produto for transformado. (CPO-J)
- (8) 2º - as fibras são repuxadas e apertadas nos poros da lâmina; 3º - é processo indireto e resulta do distúrbio do suprimento sanguíneo ao disco óptico. \A lesão de fibras nervosas está associada à degeneração da camada de células ganglionares da retina e daquela de fibras nervosas, **mas as duas camadas externas neuronais da retina geralmente permanecem sem lesões, exceto se oclusões vasculares estão superajuntadas.** (GLA-T)
- (9) E que, se isso ocorrer, **passaremos de um problema de subemprego dos volantes para o de desemprego aberto, a menos que os outros setores da economia possam absorver esses contingentes de mão-de-obra liberados do campo.** Em outras palavras, caso a modernização da agricultura brasileira se complete ao nível dos ciclos produtivos das nossas principais culturas tropicais - tendências que vêm se delineando para curto prazo - só teremos agravados os índices de pobreza dos trabalhadores rurais. (AGR-T)

A diferença observada entre os dois tipos de conjunção condicional complexa encontrados no português pode ser interpretada segundo a Tese da Condicionalidade Suficiente (*Sufficient Conditionality Thesis*), elaborada por Awera (1983). As conjunções hipotéticas são aquelas que apresentam a oração condicional como uma condição suficiente para a realização do conteúdo descrito pela apódose. Daí a leitura “considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração núcleo no caso da realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional”. O principal exemplo dessa conjunção no português é o **se**, como se vê no exemplo:

- (10) Indubitavelmente haverá cidadania se os direitos sociais clássicos forem garantidos: acesso à educação, à saúde, saneamento básico, fidelidade da informação, digna qualidade da vida, avanços da ciência, cultura etc.

No caso acima, a condição descrita pela oração condicional ‘direitos sociais clássicos forem garantidos’ é apresentada como uma condição suficiente para a validação do conteúdo contido na oração núcleo ‘haverá cidadania’. Em outras palavras, ao preenchimento da condição descrita pela oração condicional segue a eventual realização da oração núcleo.

Por outro lado, as conjunções restritivas positivas e as restritivas negativas apresentam a oração condicional como uma condição necessária para a validação ou não do conteúdo descrito pela oração núcleo. No caso das restritivas positivas, a realização da oração condicional leva necessariamente à realização da oração núcleo, implicando o fato de que a não-realização da condicional leva necessariamente à não-realização da oração núcleo. Daí a leitura “considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração núcleo na condição única da realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional”. Isso é o que mostra a ocorrência a seguir.

- (11) Eleições nos EUA sofrem reviravolta com nova decisão de Washington - **A decisão unânime dos sete juízes da Suprema Corte da Flórida, na noite de terça-feira, de validar a recontagem manual de quase um terço dos votos das eleições presidenciais no Estado e ordenar sua inclusão no resultado final levará a uma resolução relativamente rápida para a disputa pela Casa Branca só se houver um desfecho desfavorável para seu principal beneficiário - ou seja, a derrota do democrata Al Gore diante do republicano George W. Bush.** A corte fixou o prazo de 17 horas de domingo ou, alternativamente, 9 horas de segunda-feira para que a reapuração manual seja completada. Mas o cenário mais plausível era o de uma escalada da inusitada confrontação entre democratas e republicanos e de um agravamento da primeira crise sucessória nos Estados Unidos em mais de cem anos. (GAZETA PARANÁ-J)

Nessa ocorrência, a oração condicional ‘só se houver um desfecho desfavorável para seu principal beneficiário’ é apresentada como uma condição necessária para a validação do conteúdo descrito pela oração núcleo.

Nas condicionais iniciadas por conjunções restritivas negativas, a oração condicional também é apresentada como uma condição necessária, mas nesse caso com inversão de polaridade, como se discutiu anteriormente. Isto é, dada a ocorrência da

oração condicional segue necessariamente a não ocorrência da oração núcleo e vice-versa. Por essa razão, a leitura “considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração núcleo na condição única da não realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional”, como na ocorrência abaixo.

- (12) Já o físico Gerald O'Neill, da Universidade de Princeton, diz que não é possível preservar a Terra sem conquistar o espaço. O'Neill propôs as colônias orbitais em 1971 durante um seminário sobre o futuro da humanidade. Ele lembra que **as reservas de matérias-primas da Terra se esgotarão no final do próximo século, a menos que a humanidade comece a explorar as riquezas do espaço**. Na Lua e nos asteróides existem reservas de ferro, alumínio, titânio e hidrocarbonetos suficientes para manter uma civilização como a nossa durante milênios, Por enquanto ainda não existe uma infra-estrutura para explorar essas reservas, só a tecnologia. A colonização do espaço terá que começar de forma lenta, para esticar os custos ao longo de décadas. (JB-J)

Nesse caso, a oração condicional ‘a humanidade comece a explorar as riquezas do espaço’ é apresentada como condição necessária para a não-validação da oração núcleo ‘as reservas de matérias-primas da Terra se esgotarão no final do próximo século’. Entretanto, caso a oração condicional seja validada, segue necessariamente a não-validação da oração núcleo.

Como se pode ver a partir da descrição dos dados, as conjunções complexas do português constituem dois grupos bem distintos a depender do sentido condicional que expressam. Faz-se, portanto, pertinente investigar as características pragmáticas, semânticas e sintáticas das orações condicionais introduzidas por essas conjunções, o que se faz a seguir. Ou seja, tendo em vista os dois tipos de conjunção identificados, analisam-se as orações condicionais, a fim de se observar quais efeitos os diferentes sentidos podem ter sobre as orações que as diversas conjunções introduzem.

6.3. As orações condicionais no português

Nesta subseção, discutem-se os resultados obtidos a partir do cruzamento do significado da conjunção complexa com os parâmetros estabelecidos para a descrição da oração condicional, a fim de observar possíveis diferenças entre as orações iniciadas pelos diferentes tipos de conjunção complexa identificados.

6.3.1. As estratégias discursivo-pragmáticas

Para a análise do papel das orações condicionais na situação comunicativa, é preciso, primeiramente, de retomar algumas das questões discutidas na **Seção 5**, quando foram apresentados os parâmetros pragmáticos que orientam a descrição das orações condicionais desenvolvida nesta pesquisa:

- Trabalhos desenvolvidos no contexto da GF (Wakker, 1992, 1994, 1996, Dik, 1997) mostraram que as orações condicionais desempenham a função de (i) tema, informando o ouvinte sobre as condições em que a oração núcleo deve ser considerada, e de (ii) antitema, acrescentando informação adicional sobre o discurso precedente;
- Acredita-se, também, que as orações condicionais podem atualizar a função de foco, veiculando informação nova e mais saliente, como demonstram os trabalhos de Dik (1997) e, principalmente, Wakker (1992, 1994, 1996).
- No presente trabalho, as funções desempenhadas pelas orações condicionais serão consideradas de acordo com as definições de estratégias pragmáticas e retóricas elaboradas pela GDF.
- Como se discutiu anteriormente, as orações condicionais podem, em princípio, realizar qualquer uma das estratégias pragmáticas de tópico e foco ou as estratégias retóricas de orientação e correção (respectivamente tema e antitema na da GF).

No que diz respeito às estratégias retóricas de orientação e correção, a análise dos dados mostra que, indiferentemente da conjunção complexa usada, as orações condicionais analisadas não realizam nenhuma dessas funções. Ou seja, não houve, no *cópus*, ocorrência de condicional que orienta o ouvinte sobre as condições em que seja relevante ou adequado enunciar um ato ou, ainda, acrescentando informação adicional para a relevância comunicativa de um ato. Ao contrário, verificou-se que a relação condicional atualizada pelas orações do *cópus* se dá entre proposições ou estados-de-coisas. Dessa forma, as condicionais sob exame não desempenham uma função retórica, já que não atuam entre atos, mas uma função semântica, a de condição.

Nos casos analisados, a oração condicional pode introduzir uma informação suplementar para o entendimento da proposição contida na oração núcleo que a precede.

É o que se observa em seguida:

- (13) É claro, pensava o governador, Donato Serotino sentia-se um semideus em suas formas perfeitas. Como poderia compreender os sentimentos de um velho aleijado? Antônio de Souza ainda tinha grandes planos políticos, prudência ao falar e era paciente para conduzir seus assuntos. **Nunca se interessara pela opinião dos outros a não ser que fosse a mesma que a sua.** Jamais se metia em questões e negócios problemáticos, insolúveis ou fadados ao fracasso. E se lhe sobrava habilidade para negócios, sobravam-lhe também as oportunidades para enriquecer. (BOI-R)

Nessa ocorrência, a oração condicional ‘a não ser que fosse a mesma que a sua’ fornece ao ouvinte informação adicional que valida a proposição ‘Nunca se interessara pela opinião dos outros’, contida na oração núcleo. Em outros casos, as orações condicionais orientam o ouvinte sobre as condições em que o conteúdo apresentado pela oração condicional deve ser considerado verdadeiro. É o que se vê na ocorrência seguinte.

- (14) Num quadro social assim, tão penoso e melancólico, a um não interessava, absolutamente, o que fazia o outro, desde é claro, que em nada lhe prejudicasse. Ora, em tal clima da mais franca irresponsabilidade, Aparício passava despercebido, ou supostamente despercebido. **Contanto que não prejudicasse os colegas, a estes pouco se lhes dava o que Aparício fizesse.** (ORM-R)

Pelos exemplos observa-se que, nesses casos, a oração condicional relaciona-se a uma proposição e não a um ato de fala. As funções retóricas ocorrem quando a oração condicional se relaciona a um ato de fala, o que, como se viu anteriormente, não é o caso das condicionais sob exame que, dessa forma, não atendem aos critérios para serem classificadas como estratégias retóricas. Dessa forma, as condicionais iniciadas por conjunções complexas analisadas não têm um papel específico no nível interpessoal, já que não se relacionam a um ato do discurso, mas no nível representacional, em que são tratadas questões de natureza semântica.³⁸

³⁸ É preciso esclarecer que, de forma alguma, se nega a possibilidade de orações condicionais iniciadas por conjunções complexas poderem relacionar-se a um ato de fala. No entanto, acredita-se que a ausência desse tipo de condicional que se verifica no corpus se deve ao fato de que essa possibilidade seria mais

Com relação às funções pragmáticas, o exame das orações condicionais do corpus revela que, ao contrário do que propõe Wakker (1992, 1994, 1996), as orações condicionais não realizam as estratégias de foco ou tópico.³⁹ O que de fato ocorre é que as orações condicionais podem, em poucas vezes, veicular informação tópica e/ou informação focal. Esse fato já havia sido observado por Bolkestein (1998), que afirma que um satélite oracional não pode ser o foco, mas pode conter a informação focal de um conteúdo comunicado.

A evidência principal é o fato de que, na GDF, as funções de tópico e foco são atribuídas a subatos no interior de um ato, que são atualizados por meio de itens lexicais. As orações condicionais, por sua vez, ou podem se realizar como atos ou como conteúdos comunicados no interior de atos, no nível interpessoal. Prova disso é que é possível identificar os subatos no interior das condicionais que atuam em tais funções. É o que mostram as seguintes ocorrências, em que o subato com foco vem destacado:

- (15) A partir de agora, **motivo para acordar mais cedo só se for o horário de verão que dizem vir por aí**. Se bem que os jogos olímpicos, pelo situação dos brasileiros, há muito tinham deixado de ser motivo para madrugar. Ninguém gosta de acordar para apanhar. (DIN-J)
- (16) Feriados - carnaval, semana santa, finados, natal, ano novo: estes feriados constituem um verdadeiro desafio para os pauteiros. Geralmente não acontece nada nesses dias, e é preciso encher o jornal de matérias. Pior ainda: **a não ser que uma tragédia coincida com o feriado, acontece sempre exatamente a mesma coisa**. Pode alguém imaginar coisa pior do que ser escalado para cobrir carnaval na avenida, desfile do grupo dois, em noite de chuva? Mas, já que não tem outro jeito e a gente vive disso, o negócio é ir lá e procurar o outro lado da história que não parece na televisão. (PRA-T)

Nessas ocorrências apenas uma parte da oração condicional constitui o foco, o que não é evidência suficiente para classificar a oração condicional toda como focal. Por essa razão neste trabalho opta-se pela proposta de Bolkestein (1998), entendendo-se que a oração condicional pode veicular a informação focal, mas não ser ela própria o foco da construção em questão.

freqüente em dados de língua oral, já que atos de fala são mais comuns na interação face à face. Além disso, a conjunção *se* revela-se bastante produtiva para cumprir essa função, razão pela qual, acredita-se, não seja necessário recorrer a outros mecanismos (cf. OLIVEIRA, 2004).

³⁹ Cabe esclarecer que a noção de tópico usada por Wakker (1992, 1994, 1996) é aquela elaborada por Dik (1989, 1997). Essa definição não corresponde à definição proposta por Chafe (1976), na qual Haiman (1978) se baseia para declarar que as orações condicionais são tópicos das orações com as quais se relacionam.

O mesmo pode ser observado em relação às condicionais e aos tópicos, ou seja, elas não são os tópicos propriamente ditos, mas podem trazer a unidade tópica, como na ocorrência a seguir, em que o tópico vem destacado.

- (17) Quando você quiser um empréstimo bancário, um cartão de crédito ou um emprego, em questão de segundos este computador fornecerá a qualquer estranho quase todos os detalhes da sua vida. Infelizmente para a maioria de nós, o computador não está em condições de discriminar entre fatos e mexericos, e, **desde que a informação seja fornecida, permanece lá para toda a vida**, (FA-J)

Há também casos em que a oração condicional veicula ambas as informações, a tópica e a focal, como na ocorrência abaixo, em que os subatos com a função de tópico e foco vêm destacados:

- (18) Quem tudo quer, tudo perde. Não sai em lugar nenhum. O pior é que os clientes acham que estão em boas mãos. A voz de Mello Aos poucos, a oposição a Tarso Genro, na Câmara, vai se apurando. O vereador Sebastião Mello (PMDB) avisa: todo o seu mandato vai ser marcado pelo ângulo social. Apóia as propostas de Tarso, mas critica a forma "imperial" com que divulgou seu pacote. **"Ninguém sabe de onde vão sair os recursos, porque o orçamento votado não continha nada disso. A não ser que o dinheiro esteja escondido em uma caixa preta"**, acrescentou. (JCP-J)

Dessa forma, propõe-se, neste trabalho, excluir as estratégias pragmáticas de tópico e foco das possíveis estratégias que podem ser desempenhadas pelas orações condicionais. Ainda que se tenha avaliado apenas as condicionais iniciadas por conjunções complexas, acredita-se que essa conclusão se aplica também às condicionais iniciadas por outras conjunções, tais como **se** e **caso**.

A análise das orações introduzidas por conjunções condicionais complexas parece sugerir o fato de que essas condicionais, ao contrário do que se verifica na condicional prototípica (HIRATA, 1999; OLIVEIRA, 2004), não podem introduzir um ato do discurso e, dessa forma, não podem desempenhar nenhuma das estratégias distinguidas no nível interpessoal.

Poder-se-ia argumentar que o *cópus* constituído para este trabalho não é favorável para a ocorrência desse tipo de condicional, que, conforme já se afirmou, é

mais comum na linguagem oral. No entanto, não foram encontradas ocorrências desse tipo de condicional nos corpora de língua falada examinados, NURC e IBORUNA.

- (19) A não ser que eu me engane, quem estava lá era você.
 (20) A não ser que não seja possível, dê um jeito nisso.

De fato, como se discutirá mais detalhadamente na Seção 7, a possibilidade para introduzir um ato de fala está relacionada ao estatuto categorial da conjunção. Conforme afirmam Traugott (2003) e Hengeveld e Wanders (2007), apenas elementos altamente gramaticalizados podem se ligar a unidades do nível interpessoal, em que são expressos valores textuais e interativos, daí explica-se a ausência desse tipo de condicional iniciadas por conjunções complexas.

6.3.2. A estrutura semântica interna

A estrutura semântica interna de uma oração adverbial, conforme se mostrou nos pressupostos teóricos deste trabalho, é determinada, segundo propõe Hengeveld (1996, 1998), pela interação de quatro parâmetros semânticos: tipo de entidade, referência temporal, facticidade e pressuposição. As subseções seguintes apresentam os resultados da análise das condicionais em relação a cada um desses parâmetros.

6.3.2.1. Tipo de entidade

Como se discutiu anteriormente, as orações condicionais podem ser avaliadas de acordo com o tipo de entidade por elas designadas, que pode ser de segunda ou terceira ordem. Os dados mostram que a distribuição das condicionais segundo o tipo de entidade entre os diferentes tipos de conjunção é bastante regular, não apresentando nenhuma diferença relevante. É o que se observa na seguinte tabela.

	SEGUNDA ORDEM	TERCEIRA ORDEM	TOTAL
Restritiva positiva	63 16%	330 84%	393
Restritiva negativa	25 14%	149 86%	174

Tabela 2 – Condicionais segundo os tipos de entidade

A análise dos dados demonstra que, indiferentemente da conjunção usada na condicional, as orações condicionais que designam entidades de terceira ordem são as mais freqüentes entre os dados do corpus. A respeito dessa diferença, acredita-se que a freqüência de condicionais de terceira ordem e condicionais de segunda ordem pode ser explicada pelo fato de que as orações condicionais, por sua natureza, são usadas para construir uma hipótese, daí veicularem em maior freqüência um conteúdo proposicional.

Como já se viu, as orações condicionais de terceira ordem veiculam um conteúdo proposicional, ou seja, um construto mental elaborado pelo falante. Em outras palavras, elas descrevem uma idéia, pensamento ou hipótese que pode ser avaliado em termos de sua verdade e pode também ser qualificado por meio de expressões atitudinais. É o que ilustram as seguintes ocorrências, introduzidas, respectivamente, por uma conjunção restritiva positiva e por uma restritiva negativa.

- (19) Ou seja, o aplicador estará tendo uma renda real negativa para o seu capital. A sociedade percebe uma inflação positiva e o Governo insiste em que ela é nula, sentença, com muita propriedade, o ex-presidente do Banco Central, hoje professor de Economia da Universidade de São Paulo. Em resumo, **há um foco inflacionário oculto, que poderá mostrar-se a qualquer momento, desde que se permita que os sinais apareçam.** (VIS-J)
- (20) A presença de controle de preços CIP pode apenas moderar ligeiramente a situação, a não ser nos casos de oligopólios, pois se a atuação fosse forte e generalizada, o setor produtivo criaria mecanismos artificiais de repasse, ou, simplesmente deixaria de operar, o que obviamente não é o desejável. Reiteramos a opinião de que em presença de impulso por novos recursos, **poderá eternizar-se a inflação no Brasil, a não ser que se reduza a demanda por consumo e excessivo investimento**, ou seja, liberar as taxas de juros a fim de que permaneça ao nível adequado para a procura e oferta de poupanças, expansão monetária, em situação de quase plena ocupação da capacidade instalada. (OI-J)

A análise dos dados, apresentada na tabela anterior, revela que as orações condicionais que designam entidades de segunda ordem, ou seja, que descrevem um estado-de-coisas, tiveram uma freqüência bastante baixa no geral.

Como já foi dito, orações condicionais de segunda ordem são usadas para descrever um evento ocorrido em um mundo real ou imaginário, que pode ser avaliado em termos de sua realidade e ser qualificado no tempo e espaço. Esse é o caso das ocorrências a seguir, introduzidas, respectivamente, por conjunção restritiva positiva e restritiva negativa.

- (21) Segundo essas disposições legais, **o contribuinte que se beneficiar das deduções terá prazo até 31 de dezembro do ano seguinte ao último recolhimento a que estaria obrigado, para investir seus depósitos em projetos próprios ou de outras empresas, contanto que aprovadas pela Sudepe.** Deixando de ser atendida essa determinação, os recursos resultantes da deduções serão recolhidos ao Tesouro Nacional, a título de pagamento total do imposto devido. (CPO-J)
- (22) Eis as hipóteses prováveis: 1º - o comprometimento das fibras visuais é devido ao estiramento ou arqueamento, quando cruzam o disco e atravessam a lâmina cribriiforme; 2º - as fibras são repuxadas e apertadas nos poros da lâmina; 3º - é processo indireto e resulta do distúrbio do suprimento sangüíneo ao disco óptico. A lesão de fibras nervosas está associada à degeneração da camada de células ganglionares da retina e daquela de fibras nervosas, **mas as duas camadas externas neuronais da retina geralmente permanecem sem lesões, exceto se oclusões vasculares estão superajuntadas.** (GLA-T)

A diferença entre as condicionais de terceira e de segunda ordem pode ser mais bem observada pelo tipo de modificação que admitem. Conforme se afirmou, as condicionais de terceira ordem somente são modificadas em termos de sua validade. É o caso da ocorrência (23), em que a construção pode ser modificada pela expressão modalizadora ‘acredito que’, reveladora da atitude do falante em relação a seu enunciado, como se vê em (23’).

- (23) Dois departamentos ou seções nunca exigem a mesma qualidade de serviços da biblioteca, **mas a todos ela pode dar boa assistência, desde que seja bem organizada.** As classes de matemática são as que menos precisam de livros suplementares. Assim mesmo, depende da habilidade do professor sugerir leituras de aspectos culturais, novos desenvolvimentos da ciência, correlação da disciplina estudada com outras, etc (BIB-T)
- (23’) Dois departamentos ou seções nunca exigem a mesma qualidade de serviços da biblioteca, **acredito que a todos ela pode dar boa assistência, desde que seja bem organizada.** As classes de matemática são as que menos precisam de livros suplementares. Assim mesmo, depende da habilidade do professor sugerir leituras de aspectos culturais, novos desenvolvimentos da ciência, correlação da disciplina estudada com outras, etc.

As orações condicionais de segunda ordem, por outro lado, são avaliadas em relação à ocorrência do estado-de-coisas nela descrito, que pode ser qualificado quanto à sua realidade, frequência de ocorrência, lugar e tempo. Esse caso é ilustrado em (24)-(24’), em que o advérbio ‘sempre’ se relaciona ao estado-de-coisas indicando a frequência de sua ocorrência.

- (24) **Presença de partes fetais são facilmente reconhecíveis pela palpação desde que o feto tenha tamanho suficiente e não haja excesso de líquido amniótico**, nem resistência fora do comum da parede abdominal. (DDH-T)
- (24') **Presença de partes fetais *sempre* são facilmente reconhecíveis pela palpação desde que o feto tenha tamanho suficiente e não haja excesso de líquido amniótico**, nem resistência fora do comum da parede abdominal.

6.3.2.2. Referência temporal

Como foi discutido em outros momentos deste estudo, no que diz respeito ao parâmetro referência temporal, uma oração condicional pode ser classificada em

- (i) Dependente: quando apresenta referência temporal dependente da referência temporal da oração núcleo;
- (ii) Independente: quando apresenta referência temporal independente da referência temporal da oração núcleo.

Todas as orações condicionais avaliadas neste trabalho apresentam referência temporal dependente (RTD) da oração núcleo. Ou seja, nas condicionais do *cópus* verifica-se que a referência temporal da oração condicional está ligada à referência temporal contida na oração núcleo. Isso ocorre porque combinações em que se tem uma referência temporal de futuro na oração núcleo e de passado na oração condicional, ou o contrário, não são estranhas ao sistema gramatical dessa língua. É o que se observa nos casos a seguir.

- (25) As amplas premissas explicativas de que se serve a mecânica (clássica) podem ser facilmente expressas, usando as leis de Newton. Essas leis (ou axiomas) estipulam o seguinte: primeira lei - **todo corpo se conserva em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo, salvo se *for compelido* a alterar esse estado pela ação de forças externas que lhe sejam aplicadas**; segunda lei - A alteração do movimento é proporcional à força e tem a direção de tal força; terceira lei - A toda ação corresponde uma reação igual e de sentido oposto ao da ação. (EC-T)
- (25a) **todo corpo se conserva em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo, salvo se *é compelido* a alterar esse estado pela ação de forças externas que lhe sejam aplicadas**
- (25b) ***todo corpo se conserva em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo, salvo se *fosse compelido* a alterar esse estado pela ação de forças externas que lhe sejam aplicadas**

Nesses exemplos, verifica-se que a oração condicional pode realizar-se tanto com a forma do futuro do subjuntivo, como em (25), quanto com a forma do presente do indicativo, como em (25a). Em ambos os casos a referência futura se manteve. No entanto, a referência de passado da oração condicional em (25b) faz a construção não-gramatical para o português.

O inverso tampouco é possível. É o que se verifica nas ocorrências abaixo, em que a troca de uma referência temporal de passado – em (26) – por uma com futuro – em (26a) – acarreta a não-gramaticalidade da oração:

- (26) Ora, uma bela noite, empenhado em encontrar uma diferença de lançamento, nem atinou com a presença da moça encostada à mesa. Seu espanto seria muito maior, de resto, se ela não se dispusesse a aclarar a situação, após dois ou três minutos hesitantes: – Vi a luz acesa e pensei que houvesse alguém doente aqui. Em seguida, ouvi o senhor chamar. Notando tratar-se de um expediente, nem por isso deixou de condescender. Não chamara ninguém e **jamais poderia fazê-lo sem sair do quarto - tal a localização deste - salvo se gritasse**. Mas isto, àquela hora da noite, com certeza acordaria toda a casa. (OAG-R)
- (26a) ***jamais poderia fazê-lo sem sair do quarto - tal a localização deste - salvo se gritar/grita**. Mas isto, àquela hora da noite, com certeza acordaria toda a casa.

Os fatos discutidos anteriormente mostram que a referência temporal da oração condicional é dependente da referência temporal da oração núcleo. Os dados analisados contrariam, dessa forma, a afirmação de Pérez Quintero (2002), para quem apenas adverbiais (e entre elas as condicionais) designando um estado-de-coisas poderiam realizar-se com referência temporal dependente, sendo que as orações designando proposições, necessariamente, se realizariam com referência temporal independente.

A não-ocorrência de condicionais com referência temporal independente pode ser explicada pelo fato de a referência temporal da construção condicional refletir a ordem de ocorrência dos eventos/proposições por ela descritos. Ou seja, a referência temporal da construção deve seguir a ordem natural dos eventos descritos na construção. Uma oração não pode oferecer uma condição com referência futura para um evento com ocorrência assentada em uma referência de passado. Acredita-se que seja possível encontrar ocorrências de condicionais com referência temporal independente

quando a oração condicional se relaciona a um ato de fala, nesse caso a relação não mais é de causa ou inferência epistêmica, mas de adequação pragmática.

6.3.2.3. Factualidade

Quanto ao parâmetro factualidade, Hengeveld (1998) afirma que uma oração adverbial pode ser avaliada em factual ou não-factual, dependendo do modo como seu conteúdo é concebido pelo falante. No caso das orações condicionais, em trabalhos que se valeram dos parâmetros propostos por Hengeveld, é consenso analisar a oração condicional como não-factual (Hengeveld, 1996, 1998; Pérez Quintero, 1998, 2002). Entende-se aqui, que tal fato se deve ao caráter não-factual que emerge da própria conjunção. Ou seja, o sentido da conjunção indica que a oração condicional não descreve um fato ou um evento realizado, mas descreve algo que pode realizar-se ou poderia ter-se realizado. Por essa razão todas as condicionais são analisadas como não-factuais neste trabalho, seguindo a noção de não-factualidade proposta por Hengeveld (1996, 1998) e por Pérez Quintero (1998, 2002).

O parâmetro factualidade, do modo como concebido nesta pesquisa, pode ser mais bem compreendido se considerado em relação ao tipo de entidade. Segundo esse parâmetro, as orações condicionais apresentam um estado-de-coisas como não-real ou uma proposição como não-verdadeira. É o que mostram, respectivamente, as seguintes ocorrências.

- (27) Nos Estados Unidos, existe uma vantagem adicional: a aposentadoria dos políticos impopulares não precisa esperar pelo fim de seus mandatos. É esse o risco enfrentado pelo governador do Arizona, o republicano Evan Mecham, um anos após ter sido eleito com 340. 106 votos, ou 40% do total. **A "deseleição" está prevista na Constituição do Arizona, um desértico Estado vizinho da Califórnia, contanto que pelo menos 216. 746 eleitores firmem um abaixo-assinado aderindo ao movimento.** (VEJ-J)
- (28) Vinha à última hora e ainda lhe trazia uma mulher morena, quando o pedido dizia loura; até quarenta anos, ou mais, se bem conservada. Mas o senhor Pedro Crispim não se convencia, queria ver o pedido. **Tinha a certeza de que o pedido também permitia uma morena, contanto que fosse nova, bonita e barata.** Queria ver o pedido. O Seu Mota, irascível, remexia os pedidos, procurava os óculos e reclamava: - Se eu sei!... O pedido diz uma loura, do contrário eu não teria copiado assim no livro; uma loura até dois contos de réis... (ASV-R)

Observa-se, em (27), que o estado-de-coisas descrito pela oração condicional é apresentado como sendo um evento que pode vir a se realizar, mas que, de fato, tem estatuto de não-realizado. O mesmo se verifica em (28), no qual o conteúdo proposicional é apresentado como não-verdadeiro.

6.3.2.4. Pressuposição

No que diz respeito ao parâmetro pressuposição, Hengeveld (1996, 1998) propõe que o conteúdo veiculado por uma oração adverbial pode ser avaliado em pressuposto ou não-pressuposto. A aplicação desse parâmetro às condicionais do cópulus leva aos seguintes resultados, apresentados na tabela abaixo.

	PRESSUPOSTA	NÃO-PRESSUPOSTA	TOTAL
Restritiva positiva	79 20%	314 80%	393
Restritiva negativa	29 16%	145 84%	174

Tabela 3 – Pressuposição

Como se pode observar nos dados analisados, independentemente da locução conjuntiva que introduz a condicional, as orações não-pressupostas são, numa leitura geral, bem mais freqüentes que as condicionais pressupostas.

Do mesmo modo que o parâmetro facticidade não deve ser examinado isoladamente, o parâmetro pressuposição também é mais bem compreendido se analisado em relação aos parâmetros facticidade e tipo de entidade.

Considerem-se, primeiramente, as orações pressupostas. Neste caso, ao elaborar seu enunciado, o falante parte do pressuposto de que a informação por ele apresentada é conhecida por seu ouvinte. Dessa forma, o falante empacota a informação contida na condicional como pressuposta, ou seja, como sendo reconhecidamente um estado-de-coisas não-real ou um conteúdo proposicional não-verdadeiro. Ainda, em outras palavras, no momento da enunciação o falante opta por apresentar sua informação como assumidamente não-real ou não-verdadeira, acreditando que seu ouvinte tem conhecimento dessa “irrealidade/falsidade”. É o caso das seguintes ocorrências.

- (29) Seria necessário, portanto, que existisse um ângulo anormal, um pré-glaucoma, para que a propulsão da íris fizesse aparecer a crise hipertensiva. **Essa crise poderia ceder desde que diminuísse a pressão exercida pelo vítreo sobre o cristalino, libertando o ângulo**, seja por ação medicamentosa, seja por modificar-se espontaneamente o vítreo, cessada a causa de aumento de seu volume. Ainda assim, poderia persistir a crise quando a alteração criada no ângulo da câmara fosse irreversível por formação de sinéquias. (GLA-T)
- (30) Todos os países estão adotando o turismo como arma econômico-financeira. Até a Cortina de Ferro adota o turismo. A Igreja Católica, através do Papa, mantém uma incomensurável fonte de turismo com o Vaticano. **O Brasil, País de amplitude territorial, com lugares pitorescos, maravilhosos, poderia tornar-se um dos maiores detentores de divisas com o turismo, desde que soubesse explorar devidamente o assunto**. Não quero com isto nada dizer que o Brasil deva ter no turismo a única meta prioritária. (LS-O)

Na ocorrência (29), o falante apresenta o conteúdo da oração condicional, o evento “diminuir a pressão...” como um estado-de-coisas conhecidamente não-real, ou seja, sua não-realidade é apresentada como pressuposta. O mesmo ocorre para o conteúdo proposicional de (30), enunciado como não-verdadeiro, e daí ser classificado como pressuposto. Ou seja, nesses casos, o falante organiza seu enunciado assumindo que seu ouvinte tem conhecimento do caráter não-factual do conteúdo veiculado pela oração condicional.

As orações condicionais pressupostas foram introduzidas pelos dois tipos de conjunção complexa, como mostram as seguintes ocorrências, introduzidas, respectivamente, por uma locução restritiva positiva e por uma restritiva negativa.

- (31) Observava como os nossos emigrantes, espalhados por todo o Mundo, provaram, à custa do seu trabalho, que **eram tão capazes como os outros, desde que tivessem as mesmas oportunidades**. E pensava comigo próprio que era preciso restituir aos portugueses o orgulho de serem portugueses, criar as condições para que pudessem vencer na sua própria terra. (OMU -J)
- (32) Para chegar ao sucesso como empreendedor, Aguiar trabalhou intensamente em todas as fases do processo: o momento de deixar o emprego, a escolha do mercado e a hora certa de começar. Obstáculos - A decisão de partir para o negócio próprio veio logo depois da certeza de que **não poderia ascender muito mais na profissão, a menos que fosse acionista**. Seu último cargo foi de diretor de atendimento para as contas do governo federal, uma das maiores fontes de receita da empresa. (EX-J)

Nas orações não-pressupostas ocorre a situação inversa daquela verificada nas condicionais pressupostas. Nesse caso, o falante parte do pressuposto de que seu

ouvinte desconhece o fato de que a oração condicional veicula uma informação não-factual, daí ele empacotar essa informação como não-suposta. Em outras palavras, o falante elabora seu enunciado tendo em mente que seu ouvinte não tem conhecimento de que o conteúdo da condicional é não-real, caso da condicional de segunda ordem, ou não-verdadeiro, caso da condicional de terceira ordem. É o que se vê nas seguintes ocorrências.

- (33) Em determinados tipos de papel e variando com a tonalidade das tintas utilizadas na impressão, **a filigrana pode ser vista a olho nu, desde que se coloque o selo com a parte impressa voltada para baixo, sobre uma superfície negra ou acentuadamente escura.** No comum, porém, torna-se imprescindível o uso do filigranoscópio, recipiente de louça ou plástico, retangular e não muito profundo, de cor preta (FIL-T)
- (34) Ao reclamar uma voz mais forte para a América Latina na comunidade das nações, a Operação Pan-Americana não ignora que, nas duras realidades da política de poder, **essa voz não se poderá fazer ouvir sem que tenha sua origem em países de economia sadia e de instituições sociais perfeitamente estabilizadas.** (JK-O)

Note-se que, em ambas as ocorrências, os conteúdos descritos pelas orações condicionais são apresentados como não-supostos. Isto é, nesses casos o falante tem em mente o fato de que seu ouvinte não tem conhecimento da não-factibilidade do conteúdo enunciado e por essa razão empacota a informação como não-suposta.

Assim como as condicionais supostas, as condicionais não-supostas podem ser introduzidas por qualquer um dos dois tipos de conjunção, como se vê nas ocorrências seguintes, iniciadas, respectivamente, por uma locução restritiva positiva e por uma restritiva negativa.

- (35) Um destacado membro do governo, disse que as autoridades não aceitam o anexo e que **o governo aceitará o registro da associação somente se a sua carta de princípios apresentar uma referência ao papel do partido.** Czputowicz e outro membro da comissão estudantil, Maciej Kuron, filho do dissidente Jacek Kuron, acusaram Gorski de retirar a promessa de registrar o sindicato anteontem à tarde. Kuron disse que esta atitude "sabota a posição do novo governo". (JB-J)
- (36) Amor exagerado exatamente pela sua necessidade de fugir à solidão. Asilo, O ltimo Lar E os que nunca tiveram filhos e jamais terão netos? Os que chegam à velhice desamparados e doentes? Para esses, nada a dizer. **A menos que o velho mantenha uma vida produtiva e participante, será condenado à marginalidade. O Brasil é um país essencialmente de jovens.** Metade da

população brasileira tem menos de vinte anos. E, em nome do que há por fazer pelo jovem, o velho é esquecido. (PFI-J)

Como se mencionou na Seção 4, a relação entre os parâmetros factualidade e pressuposição dá origem às condicionais eventuais/factuais e irreais/contrafactuais. As condicionais eventuais combinam não-factualidade e não-pressuposição, enquanto as condicionais irreais se caracterizam por conter os traços não-factualidade e pressuposição. A diferença entre os dois tipos de condicional reside no fato de que, nas condicionais eventuais, o conteúdo da condicional é concebido como incerto, ao passo que nas condicionais irreais esse conteúdo é concebido como irreal. É o que se vê, respectivamente, nas ocorrências abaixo:

- (37) Chantal, porém, estava entendendo quase tudo. Como todo homem mais velho, ele pensava apenas em sexo com alguém mais jovem. Como todo ser humano, achava que o dinheiro podia comprar qualquer coisa. Como todo estrangeiro, tinha certeza de que **as moças de uma cidade do interior são ingênuas o suficiente para aceitar qualquer proposta, real ou imaginária - desde que isso signifique pelo menos uma remota possibilidade de partir dali.** (DSP-R)
- (38) O nosso destino de ser grande nação é tão imperioso e forte, que é temeridade contrariá-lo, sufocá-lo. Nascemos com proporções continentais; nossa visão humana não pode ser menos ampla que a nossa realidade geográfica. **Não teríamos proposto que se iniciasse um combate tenaz ao subdesenvolvimento em todo este Hemisfério, sem que em nosso próprio território tivéssemos dado o exemplo dessa decisão.** Esse combate, essa bandeira que acenamos aos países irmãos do continente, a fim de que se revigore a unidade da América e não se perca o elevado ideal do pan-americanismo, está a exigir de todos os brasileiros decisão e firmeza. (JK-O)

A análise dos dados anteriormente apresentada revela que as orações condicionais introduzidas pelas diferentes conjunções condicionais complexas identificadas no cópuz apresentam o mesmo tipo de estrutura semântica interna. Isto é, o exame das orações condicionais do cópuz não evidencia nenhuma diferença significativa no que concerne aos aspectos semânticos analisados aqui.

A partir da análise dos parâmetros semânticos observou-se que as orações condicionais introduzidas por conjunções complexas no português do Brasil podem realizar-se com quatro diferentes estruturas semânticas internas:

Segunda ordem/RTD/não-factual/não-pressuposta:

- (39) O motorista, seja de "topic", seja de empresa de ônibus, **será obrigado a "não movimentar o veículo sem que as portas estejam totalmente fechadas**, manter uma velocidade compatível com a situação de segurança das vias, respeitando os limites fixados pela legislação de trânsito, não conversar, enquanto estiver na condução do veículo em movimento", entre outras obrigações. (DIN-J)

Segunda ordem/RTD/não-factual/pressuposta:

- (40) O veto teve como base parecer da Procuraria Geral do Estado (PGM). **A proposta previa o funcionamento dos comércios aos domingos, desde que os lojistas comprovassem o aumento mínimo de 5% no número de vagas**, determinação que seria acompanhada por uma comissão formada por empregados no comércio, empresários, prefeitura e consumidores. "Ainda que seja atribuição da prefeitura regular o horário de funcionamento do comércio, é inconstitucional a delegação prevista no projeto à entidade privada para fiscalizar o cumprimento da lei", argumenta o procurador da PGM, Gustavo Nygaard. (JCR-J)

Terceira ordem/RTD/não-factual/não-pressuposta:

- (41) (...) não sei que efeito as palavras de meus acusadores podem ter produzido em vós, ó atenienses. escutando-as, quase esqueci quem eu sou, de tal modo seus discursos eram persuasivos. no entanto, não disseram coisa alguma de verdade. mas, entre tantas mentiras, eis o que mais me espanta: a de vos terem prevenido, para evitar que eu vos enganasse com a minha habilidade de orador. ... **pois eu sou incapaz de falar bem - a menos que bom orador seja aquele que diz a verdade**. nada disseram de verdadeiro! eu, sim, vos direi a verdade, atenienses, não com frases elegantes, mas com as expressões que me vierem. nem seria cabível que um homem da minha idade comparecesse aqui a buscar palavras, como fazem os jovens. (TEG-D)

Terceira ordem/RTD/não-factual/pressuposta:

- (42) Desta forma, os gastos de reposição de mão-de-obra e dos equipamentos e aqueles despendidos em bens de consumo importados absorviam 1, 4 milhão. Reduzindo-se os preços do açúcar à metade, **deduz-se que não seria possível sequer manter a capacidade produtiva, a menos que se reduzissem os gastos de consumo**. É provável, entretanto, que a forte desvalorização da moeda portuguesa haja contribuído para manter o sistema em condições de, pelo menos, preservar sua capacidade produtiva. (FEB-T)

6.3.3. A estrutura formal

No que diz respeito a aspectos formais das orações condicionais, neste trabalho são analisadas a ordem em que as orações condicionais ocorrem e a correlação modo-temporal que figura nas construções sob exame.

6.3.3.1. A ordem nas orações condicionais

Para a análise da ordem nas orações condicionais, foram consideradas as posições antepostas (P1 e P2), pospostas (X e P3) e intercalada (Pn), tal como explicitadas na Seção 5. A tabela na página seguinte traz os resultados da análise quantitativa do posicionamento da oração condicional.

	Anteposta (P1)	Anteposta (P2)	Posposta (X)	Posposta (P3)	Intercalada (Pn)	Total
Restritiva positiva	-	30 8%		356 90%	7 2%	393
Restritiva negativa		17 10%		153 88%	4 2%	174

Tabela 4 – Ordem nas condicionais

As orações condicionais do corpus ocorreram predominantemente pospostas (P3) em relação à oração principal, como se observa na tabela. Essa posição é ilustrada pelas seguintes ocorrências, introduzidas, respectivamente, por uma conjunção restritiva positiva e por uma restritiva negativa.

- (43) **A partir de agora, motivo para acordar mais cedo só se for o horário de verão que dizem vir por aí.** Se bem que os jogos olímpicos, pela situação dos brasileiros, há muito tinham deixado de ser motivo para madrugar. Ninguém gosta de acordar para apanhar. (DIN-J)
- (44) As amplas premissas explicativas de que se serve a mecânica (clássica) podem ser facilmente expressas, usando as leis de Newton. Essas leis (ou axiomas) estipulam o seguinte: primeira lei - **todo corpo se conserva em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo, salvo se for compelido a alterar esse estado pela ação de forças externas que lhe sejam aplicadas.** segunda lei - A alteração do movimento é proporcional à força e tem a direção de tal força. terceira lei - A toda ação corresponde uma reação igual e de

sentido oposto ao da ação. (EC-T)

Ainda em relação às condicionais em P3, observou-se que as orações que ocorrem nessa posição vêm separadas da oração núcleo não apenas por vírgula, mas também por parênteses e travessão. É o que ilustram, respectivamente, as ocorrências abaixo.

- (46) O conforto da casa é total. São onze suítes, piscina, sala de jogos e de brinquedos. Nos pastos, uma criação de ovelhas com cerca de 600 cabeças, das quais Luiz Cezar tem apego especial a Sutão, o seu primeiro reprodutor. E é nesse paraíso que o banqueiro reúne, quase todos os fins de semana, sua família, completada pelos filhos Priscila, 28, Renata, 25, do primeiro casamento, e Pedro, 11, da união com Heloísa. "Não pratico esporte, dificilmente vou ao cinema ou ao teatro, **já não gosto mais de sair por aí viajando (só se for para ficar um mês inteiro num lugar)** e detesto ginástica. Minha vida são os meus negócios, a minha família e os meus passeios pelos jardins da casa.", revela. Parte desse desânimo de Luiz Cezar poderia ser explicado no tal filme como uma reação do banqueiro ao espírito atual do Rio de Janeiro. (CAA-J)
- (47) Aqui muito bem. Agiu muito bem. Miguel mostrava-se desorientado; como fosse, **estava convencido de que suas palavras poderiam ajudar o vigário a resolver a situação - desde que lhe contasse tudo**. Foi uma coisa horrível - prosseguiu. - Quando os vaqueiros soltaram o gado dentro da roça, e que Sinhá Andresa viu o estrago, pegou a gritar e não parou mais. Deus há de tomar conta disso! - exclamou consoladoramente o madeireiro. (ALE-R)

A anteposição em P2 teve a segunda maior frequência, indiferentemente do tipo de conjunção complexa usada na condicional. É o caso das seguintes ocorrências, iniciadas, respectivamente, por uma conjunção restritiva positiva e por uma restritiva negativa.

- (48) Ga: Mas... Dr. Iseu... isto é contra a ética... Garçom não senta quando o freguês está em pé. **Só se o senhor se deitar ali no sofá é que eu posso me sentar**.
I: Não, mas o senhor agora aqui não é garçom; o senhor agora vai ser testemunha.
Ga: Testemunha? Aqui virou Galeão???
- I: Faça o favor de sentar, eu estou mandando. (TRH-D)
- (49) Os halterofilistas durante a sua ascensão realizam progressos rápidos; entretanto, poucos ou raros são os que não atravessam uma fase improdutiva, durante a qual os resultados são mínimos ou nulos, embora sigam o método à risca. Esse estágio representa sério problema, e **a menos que se**

compreendam suas causas, é difícil e demorado ultrapassá-lo. De uma maneira geral todos passam pelo período em que os progressos parecem impossíveis, por mais ardentes os esforços empregados. (HH-T)

A posição intercalada obteve a menor frequência entre os dados analisados. Os casos abaixo ilustram as condicionais intercaladas.

- (60) Notou-se acima que a camada de ferruginosa e pétreia, dita arrecife na Venezuela, impede que as raízes desçam a mais de 2 m, fazendo-as dobrarem-se horizontalmente e engrossar bastante. **Mesmo em solo exclusivamente argiloso, desde que seja compacto e duro quando seco, as raízes seguem trajeto horizontal;** tal é o caso de muitos campos gaúchos (Lindman, 1906), Rizzini (1961 e 1965b), nas Fig. 1, 2, 17 e 24 5, 6 e 7, representa raízes primárias (e às vezes secundárias) dobradas em ângulo reto. (TF-T)
- (61) Após uma prolongada sessão, o Comitê Jurídico do Bundestag, que geralmente fixa as regras a que se atem os deputados, decidiu unanimemente na quarta-feira não dar qualquer recomendação. Hans Engelhard, do Partido Democrático Livre, disse que o Comitê deseja que cada membro do Bundestag chegue a suas próprias conclusões sobre a revogação ou prorrogação do estatuto de limites. **A atual lei alemã, a menos que seja reformada, permitirá que os criminosos nazistas ainda não identificados fiquem livres de qualquer acusação a partir de 31 de dezembro deste ano.** Contudo, os acusados sob processo ou investigação, antes de expirar o prazo legal, continuam sujeitos a julgamento. (FSP-J)

6.3.3.2. A correlação modo-temporal nas construções condicionais

Na oração condicional o tempo-modo mais freqüente foi o presente do subjuntivo, seguido do pretérito imperfeito do subjuntivo. Na oração núcleo figuram, com maior frequência, o presente e o futuro do indicativo. As tabelas nas páginas seguintes trazem os tempos e modos que figuram nas construções analisadas.⁴⁰

			RESTRITIVA POSITIVA	RESTRITIVA NEGATIVA
		Presente do subjuntivo	288	126
TEMPO-MODO	NA	Presente do subjuntivo+particípio	5	6

⁴⁰ Nos quadros, ‘+’ indica uma perífrase verbal.

ORAÇÃO CONDICIONAL	Pretérito imperfeito do subjuntivo	88	31
	Futuro do subjuntivo	12	11
Total		393	174

Tabela 5 – Tempo e modo na oração condicional

		RESTRITIVA POSITIVA	RESTRITIVA NEGATIVA	
TEMPO- MODO NA ORAÇÃO NÚCLEO	Presente do subjuntivo	8	2	
	Pretérito imperfeito do subjuntivo	2	-	
	Presente do indicativo	216	81	
	Particípio	1	-	
	Pretérito imperfeito do indicativo	41	13	
	Gerúndio	5	3	
	Futuro do subjuntivo+infinitivo	1	-	
	Futuro do pretérito	25	15	
	Pretérito mais-que-perfeito	1	1	
	Futuro do indicativo	47	39	
	Presente do indicativo+infinitivo	16	7	
	Presente do indicativo+infinitivo +particípio	-	1	
	Presente progressivo	2	2	
	Pretérito perfeito	9	1	
	Futuro do indicativo+infinitivo	4	3	
	Futuro do pretérito+infinitivo	8	1	
	Imperativo	2	1	
	Pretérito do indicativo+infinitivo	5	4	
	Total		393	174

Tabela 6 – Tempo e modo na oração núcleo

A seleção do tempo e modo que figura na oração condicional introduzida por uma conjunção condicional complexa não parece estar relacionada diretamente ao

significado expreso pela locução, mas sim ao elemento conjuncional presente na conjunção complexa. Assim, observou-se que o presente do subjuntivo figura somente em orações introduzidas por locuções que sejam finalizadas pelo complementizador *que*, indiferentemente do sentido expreso pela conjunção complexa. Por outro lado, o futuro do subjuntivo ocorreu em sua totalidade em condicionais introduzidas por locuções formadas a partir da própria conjunção *se*, que participa de locuções restritivas positivas e restritivas negativas. Observem-se as seguintes ocorrências.

- (62) A Constituição conciliar "de Sacra Liturgia" declara: "**desde que se conformem com as leis e normas da Santa Igreja, recomendam-se muito os exercícios piedosos do povo cristão**, especialmente quando realizados por ordem da Santa Sé" (MA-O)
- (63) - Papai, agora que seu Felipe morreu, me dê as terras dele no Paricatuba. A velha cega vai morar com os parentes na vila,
 - Lhe dar o sítio, por que e pr'a quê?
 - Vou tentar...
 - Quando cria juízo, meu filho? Você precisa ir embora. **Dou-lhe quanto quiser contanto que me dê sua palavra de que se forma**. Tem gasto uma verdadeira fortuna. Assim mesmo não tenho pena de lhe dar mais ...\ - Pois quero recuperar o dinheiro perdido fazendo uma plantação em Paricatuba. (MRJ-R)

Nesses casos, a presença do elemento *que* restringe a configuração modo-temporal da oração, uma vez que tempos como futuro do subjuntivo e presente do indicativo, comuns na oração condicional, são incompatíveis com a locução finalizada por esse complementizador, como se vê a seguir.

- (62a) *A Constituição conciliar "de Sacra Liturgia" declara: "**desde que se conformarem com as leis e normas da Santa Igreja, recomendam-se muito os exercícios piedosos do povo cristão**, especialmente quando realizados por ordem da Santa Sé".
- (62b) *A Constituição conciliar "de Sacra Liturgia" declara: "**desde que se conformam com as leis e normas da Santa Igreja, recomendam-se muito os exercícios piedosos do povo cristão**, especialmente quando realizados por ordem da Santa Sé".

Por outro lado, as orações introduzidas pelas perífrases formadas pela conjunção *se* ocorrem com uma variada gama de formas verbais, não aceitando apenas o presente do subjuntivo, dentre os tempos e modos encontrados. Veja-se a ocorrência a seguir.

- (64) O problema aqui toma aspecto diferente daquele em que habitualmente se apresenta para o clínico. Não se trata de descobrir a neoplasia acrescida à prenhez, quando esta é incipiente, o que de certo modo, **torna difícil o diagnóstico, salvo se apelarmos para um interrogatório bem feito**, quanto à história menstrual e se executarmos conscientemente o palpar combinado, para sentir as variações de consistência, volume e principalmente de forma do órgão, conforme mostrei nas referências do capítulo sobre "O diagnóstico da gravidez e suas dificuldades". (CLO-T)
- (64a) *O problema aqui toma aspecto diferente daquele em que habitualmente se apresenta para o clínico. Não se trata de descobrir a neoplasia acrescida à prenhez, quando esta é incipiente, o que de certo modo, **torna difícil o diagnóstico, salvo se apelemos para um interrogatório bem feito**, quanto à história menstrual e se executarmos conscientemente o palpar combinado, para sentir as variações de consistência, volume e principalmente de forma do órgão, conforme mostrei nas referências do capítulo sobre "O diagnóstico da gravidez e suas dificuldades".

O pretérito imperfeito do subjuntivo não apresentou nenhum tipo de restrição, ocorrendo em condicionais introduzidas tanto por locuções finalizadas pelo complementizador *que* como em orações iniciadas pela locução formada com o *se*. É o que se vê nas seguintes ocorrências:

- (65) Todos os países estão adotando o turismo como arma econômico-financeira. Até a Cortina de Ferro adota o turismo. A Igreja Católica, através do Papa, mantém uma incomensurável fonte de turismo com o Vaticano. **O Brasil, País de amplitude territorial, com lugares pitorescos, maravilhosos, poderia tornar-se um dos maiores detentores de divisas com o turismo, desde que soubesse explorar devidamente o assunto.** Não quero com isto nada dizer que o Brasil deva ter no turismo a única meta prioritária. (LS-O)
- (66) Ora, uma bela noite, empenhado em encontrar uma diferença de lançamento, nem atinou com a presença da moça encostada à mesa. Seu espanto seria muito maior, de resto, se ela não se dispusesse a aclarar a situação, após dois ou três minutos hesitantes: -Vi a luz acesa e pensei que houvesse alguém doente aqui. Em seguida, ouvi o senhor chamar. \Notando tratar-se de um expediente, nem por isso deixou de condescender. Não chamaria ninguém e **jamais poderia fazê-lo sem sair do quarto - tal a localização deste - salvo se gritasse.** Mas isto, àquela hora da noite, com certeza acordaria toda a casa. (OAG-R)

No cópuz analisado neste trabalho, foram encontradas 23 diferentes correlações modo-temporais, que se apresentam no quadro a seguir, distribuídas entre os tipos de conjunções com as quais co-ocorreram.

CORRELAÇÃO MODO-TEMPORAL	RESTRITIVA POSITIVA	RESTRITIVA NEGATIVA
Futuro do subjuntivo-futuro do indicativo	+	+
Futuro do subjuntivo-infinitivo	+	-
Futuro do subjuntivo-presente do indicativo	+	+
Futuro do subjuntivo-presente do indicativo+infinitivo	+	+
Presente do subjuntivo- presente do subjuntivo	+	+
Presente do subjuntivo+particípio-gerúndio	+	+
Presente do subjuntivo-futuro do indicativo	+	+
Presente do subjuntivo-futuro do pretérito	-	+
Presente do subjuntivo-gerúndio	+	+
Presente do subjuntivo-imperativo	+	+
Presente do subjuntivo-infinitivo	+	-
Presente do subjuntivo-particípio	+	-
Presente do subjuntivo-presente do indicativo	+	+
Presente do subjuntivo-presente do indicativo+infinitivo	-	+
Presente do subjuntivo-presente progressivo	-	+
Presente do subjuntivo-pretérito perfeito do indicativo	+	+
Pretérito imperfeito do subjuntivo- pretérito perfeito do indicativo	+	-
Pretérito imperfeito do subjuntivo-futuro do pretérito	+	+
Pretérito imperfeito do subjuntivo-futuro do pretérito+infinitivo	+	+
Pretérito imperfeito do subjuntivo-gerúndio	+	+
Pretérito imperfeito do subjuntivo-infinitivo	+	-
Pretérito imperfeito do subjuntivo-pretérito imperfeito do indicativo	+	+
Pretérito imperfeito do subjuntivo-pretérito mais-que-perfeito	+	+

Quadro 9 – Correlação modo-temporal

A seguir, exemplifica-se cada umas das correlações modo-temporais que figuram nas construções condicionais analisadas neste trabalho.

CORRELAÇÃO MODO-TEMPORAL NAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS

CORRELAÇÃO MODO-TEMPORAL

OCORRÊNCIAS

- Presente do subjuntivo-
presente do indicativo Nunca deixe as chaves do veículo com lavadores avulsos ou com estranhos. São muito freqüentes os casos de roubos em que os assaltantes pregam os mais variados tipos de contos nos proprietários, em geral, fazendo-se passar por manobristas. **Mesmo os estacionamentos que ficam com as chaves do carro não são muito seguros, a não ser que você já *conheça* o estacionamento há algum tempo.** (NOV-J)
- Presente do subjuntivo-
futuro do indicativo Ontem, o Secretário Nacional de Energia disse que se está fornecendo energia elétrica em padrões compatíveis com o mundo desenvolvido. Portanto, não podemos destruir o setor elétrico brasileiro. Assim, quero fazer uma referência, na medida em que **o Estado ainda *será*, por algum tempo, a menos que *haja* um desastre, um agente importante no suporte energético nacional, à palavra estabilidade.** Um dos grandes problemas a tornar vulnerável esses dois grandes sistemas são questões da estabilidade e da gestão. Essas empresas, infelizmente, pela cultura brasileira, têm sido geridas de modo instável. Tenho falado disso de forma muito constante, porque parece irrelevante mas é fundamental. (POL-O)
- Presente do subjuntivo-
presente do indicativo+infinitivo A informação foi dada, ontem, pelo presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia, deputado Isnaldo Bulhões Júnior (PL). Segundo ele, os outros Poderes, que também querem manter ou aumentar seus duodécimos em 2001, vão ter de seguir o exemplo do Legislativo e entrar em entendimento com o governo. "Esta é uma decisão da Assembléia. **Não vamos aprovar manutenção ou aumento sem que os interessados se *entendam* com o Executivo**", enfatizou. Os deputados votarão o orçamento do Estado até o dia 15 de dezembro e podem dar parecer ao projeto do governo já na próxima quarta-feira. (GAL-J)
- Presente do subjuntivo-
presente progressivo Jennings: - Não, acho que não. Imprensa: - Qual a matéria de abertura? Jennings: - ***Estamos prevendo abrir com o terremoto no Japão. A não ser que saia alguma decisão importante no caso Simpson*** (o julgamento do ex-jogador de futebol americano acusado de matar a mulher). Já abrimos três dias seguidos com Kobe. (RI-J)
- Presente do subjuntivo-
futuro do pretérito A grande barreira que limita o emprego do álcool anidro é que ele só pode ser misturado à gasolina numa proporção de até 20% para os motores convencionais. **Mais de 20% de álcool na mistura *impediriam* o bom funcionamento do veículo, a não ser que se *façam* as mesmas adaptações do motor que são necessárias para o funcionamento com álcool puro.** (IS-J)
- Presente do subjuntivo-
presente do subjuntivo **As inovações - preceitua a Constituição de Sacra Liturgia - não se *introduzam* a não ser que uma verdadeira e certa necessidade da Igreja o *exija***; e sejam

- feitas com precaução, a fim de que as novas formas procedam, como que organicamente, das formas já existentes. (MA-O)
- Presente do subjuntivo-imperativo - Uma mulher de parto morre de susto. Coronel manda chamar o delegado, o administrador, manda destruir feitorias, aquela pescaria tem de acabar.
- O nosso vigia assustou a mulher e matou...
- Meu filho, embarque, embarque para Belém. **Siga para a América do Norte, contanto que saia daqui.** Não chega o que fez com Paricatuba? (MRJ-R)
- Presente do subjuntivo-gerúndio As confissões religiosas podem praticar seus ritos nos cemitérios, assim como, na forma da lei, manter cemitérios particulares (Art. 61). É inviolável o direito de reunião, **podendo a polícia designar o local em que a reunião se deva realizar, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.** É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Os partidos políticos podem organizar-se e funcionar na forma da lei. (D-T)
- Presente do subjuntivo-pretérito perfeito Além disso, provou-se que a fermentação propiônica não era afetada, bem como não era inibida a fermentação por parte de *Streptococcus thermophilus*. Entretanto, de nove diferentes cepas de *Lactobacillus bulgaricus* utilizadas, cinco foram inibidas - entre 40 e 60% - pela lisozima. **Concluiu-se pela viabilidade do uso de lisozima, desde que se utilizem cepas de *Lactobacillus bulgaricus* resistentes ao produto.** A lisozima foi provisoriamente autorizada pelo governo francês na dose máxima de 2,5 g/100 litros de leite. (ACQ-T)
- Presente do subjuntivo-infinitivo Isidoro é o capitão da equipe e mesmo não tendo ainda mantido contato com José Nivaldo, faz fé que a gratificação por vitória suba de oito mil cruzeiros, para dez mil cruzeiros. Ontem no Arruda, José Nivaldo foi informado da intenção do diretor de futebol do Náutico, Geraldo Uchoa, de **não aceitar o pagamento da parcela de um milhão de cruzeiros referente à compra de Dário, sem que haja um acréscimo de um percentual de juros,** mas nem se preocupou: - "O problema não é nosso. Já depositamos o cheque da Federação Pernambucana de Futebol e eles que se entendam por lá. (JC-J)
- Presente do subjuntivo-particípio Precária e estreita ponte liga as duas calçadas, **franqueada aos interessados desde que se obedecam à recomendação de não parar em hipótese alguma.** (GLO-J)
- Imperfeito do subjuntivo-imperfeito do indicativo Não desdenhava qualquer meio para chegar mais depressa aos fins; aceitava, sem examinar, qualquer caminho, desde que parecesse mais curto; **tudo servia, tudo era bom, contanto que o levasse mais rapidamente ao ponto desejado.** Lama ou brasa - havia de passar por cima; havia de chegar ao alvo - enriquecer.(PER-T)

Imperfeito subjuntivo-futuro pretérito	do Esta palavra chula não está registrada no Cândido do Figueiredo, no Antenor Nascentes, no Caldas Aulete, em nenhum dicionário, enfim. Parece-me que o aviltamento da língua portuguesa, constatado no discurso do deputado, reflete o seu desprezo, talvez inconsciente, pelas instituições. Creio que nem mesmo Arinos se incomodaria com o golpe, desde que os bacharéis udenistas assumissem o poder . Eles sabem como tutorar e manipular os militares." (AGO - R)
Imperfeito subjuntivo-mais perfeito	do É também acusado de tentativa de crime de morte contra a pessoa do deputado Luiz Bronzeado, crime pelo qual responde, na Paraíba. Porquinho é matador profissional. Jamais deixara de aceitar empreitada para matar alguém, desde que lhe pagassem bem . Cobrava caro pela precisão do seu revólver e da sua peixeira. Vou lhe passar às mãos, fragmentos da vida pregressa deste terrível matador, um presente que devo à Secretaria de Interior e Justiça da Paraíba, à colaboração do Governador Gondim e do Dr. Otávio Costa, secretário de Segurança. (CRU-J)
Imperfeito subjuntivo-pretérito perfeito	do Não se levou à efeito a proposta original do PT de organizar a classe trabalhadora. O PT é fruto do encontro dos movimentos populares e sindicais e a esquerda organizada. Priorizava-se, nos anos 70, o trabalho de base. Tanto que os setores basistas rezearam criar um partido. Aceitaram, desde que o partido se propusesse a levar os oprimidos ao confronto com os opressores . Com o andar da carroça, as abóboras se ajeitaram: bastava defender o socialismo. (FSP-J)
Imperfeito subjuntivo-futuro pretérito+infinitivo	do Através de nota na coluna Swann, há mais de um mês, do descobri que a empresa FAG iria contratar 1.500 pessoas para trabalhar na Rio-92, desde que fossem bilingües . Liguei (...) para a empresa, que me orientou a enviar currículos com duas fotos 3x4. (GLO-J)
Imperfeito subjuntivo-infinitivo	do E então? Já viu por onde anda papai e os manos? Nem perguntou por Alaíde como a si mesma prometera, num, desejo de sacrificar-se para sempre contanto que ele amparasse aquela pobre de Paricatuba . Lentas as mingauzeiras; enchiam as cuias. Como numa cerimônia de macumba. Os cajueiros frutificavam aqueles cajus de fogo. Dentro da capoeira acendeu um fogo. Rafael corre para saber o que acontece. (MRJ-R)
Imperfeito subjuntivo-gerúndio	do Em 1429 Pádua fez o mesmo. Finalmente, em 1482 o papa Sisto IV emitiu uma bula, permitindo a dissecação de cadáveres humanos, desde que as autoridades eclesiásticas locais estivessem de acordo . Era uma vitória do espírito renascentista, o mesmo que inspirava Copérnico e Colombo. (APAR-R)
Futuro do subjuntivo-	Moore chama a atenção para a importância das perdas

presente do indicativo	menstruais, responsáveis muitas vezes pelo aparecimento de anemia na mulher. "Muitas mulheres e muitos médicos", dizia aquele especialista, "tem tendência a subestimar o volume do fluxo menstrual e assim deixam de observar perdas anormais, salvo se forem muito excessivas" . O autor tem visto várias mulheres inteligentes, médicas e enfermeiras, com volume menstruais superiores a duzentos mililitros, ignorarem inteiramente a anormalidade. (NFN-T)
Futuro do subjuntivo-futuro do indicativo	Um destacado membro do governo, disse que as autoridades não aceitam o anexo e que o governo aceitará o registro da associação somente se a sua carta de princípios apresentar uma referência ao papel do partido . Czputowicz e outro membro da comissão estudantil, Maciej Kuron, filho do dissidente Jacek Kuron, acusaram Gorski de retirar a promessa de registrar o sindicato anteontem à tarde. Kuron disse que esta atitude "sabota a posição do novo governo". (JB-J)
Futuro do subjuntivo-presente do indicativo+infinitivo	Em caso nenhum será concedida extradição de brasileiro. O Governo pode expulsar do território nacional o estrangeiro nocivo à ordem pública, salvo se seu cônjuge for brasileiro e se tiver filho brasileiro, dependente da economia paterna . (D-T)
Futuro do subjuntivo-infinitivo	A partir de agora, motivo para acordar mais cedo só se for o horário de verão que dizem vir por aí . Se bem que os jogos olímpicos, pela situação dos brasileiros, há muito tinham deixado de ser motivo para madrugar. Ninguém gosta de acordar para apanhar. (DIN-J)
Presente do subjuntivo+particípio-gerúndio	A passagem da fase progestacional para a gravídica é insensível sendo inicialmente difícil de se fazer esta diferenciação a não ser que sejam encontrados vilos coriais . As glândulas da decídua apresentam circunvoluções e festões acentuados, sendo o epitélio constituído por células baixas, escassamente coradas e em plena atividade secretória. Com a evolução da prenhez, as glândulas reduzem sua tortuosidade e o epitélio se achata consideravelmente. (DDH-T)

Pelo quadro acima, pode-se observar que as correlações com referência futura são mais freqüentes, já que 16 entre as 23 correlações modo-temporais apresentadas fazem referência futura. São elas:

- Presente do subjuntivo-presente do indicativo
- Presente do subjuntivo-futuro do indicativo
- Presente do subjuntivo-presente do indicativo+infinitivo

- Presente do subjuntivo-presente progressivo
- Presente do subjuntivo-futuro do pretérito
- Presente do subjuntivo-presente do subjuntivo
- Presente do subjuntivo-imperativo
- Presente do subjuntivo-gerúndio
- Presente do subjuntivo-pretérito perfeito
- Presente do subjuntivo-infinitivo
- Presente do subjuntivo-particípio
- Futuro do subjuntivo-presente do indicativo
- Futuro do subjuntivo-futuro do indicativo
- Futuro do subjuntivo-presente do indicativo+infinitivo
- Futuro do subjuntivo-infinitivo
- Presente do subjuntivo+particípio-gerúndio

As correlações com referência passada somam 7. São elas:

- Imperfeito do subjuntivo-imperfeito do indicativo
- Imperfeito do subjuntivo-futuro do pretérito
- Imperfeito do subjuntivo-mais que perfeito
- Imperfeito do subjuntivo-pretérito perfeito
- Imperfeito do subjuntivo-futuro do pretérito+infinitivo
- Imperfeito do subjuntivo-infinitivo
- Imperfeito do subjuntivo-gerúndio

As diferentes correlações modo-temporais identificadas codificam variações no grau de hipoteticidade manifesto pela relação condicional. Neste trabalho, segue-se a proposta de Comrie (1986), de que a distinção entre contrafactualidade e factualidade não apresenta divisões categóricas. Ao contrário, ela pode ser entendida como um contínuo semântico, no qual se tem a contrafactualidade em um extremo e a factualidade em outro. A potencialidade ou eventualidade transitória nesse eixo, podendo assumir qualquer ponto no contínuo, dependendo das formas verbais utilizadas na oração condicional.

Nas condicionais sob exame neste trabalho, a contrafactualidade é codificada por correlações formadas com o pretérito imperfeito do subjuntivo, sendo mais comuns as correlações: pretérito imperfeito do subjuntivo-imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo-futuro do pretérito. A potencialidade é marcada por correlações formadas pelo presente do subjuntivo, com maior freqüência da correlação presente do subjuntivo-presente do indicativo. Vejam-se as ocorrências de uma condicional potencial e de uma condicional contrafactual, respectivamente:

- (67) Para o latifúndio, **todos os recursos e todos os meios são bons e são legítimos, desde que sirvam à manutenção de seus privilégios**. Daí seu desespero, aqui em Pernambuco, ao ver que já não é o governo e por isso já não pode contar com a polícia para as arbitrariedades e as violências a que está habituado. (AR-O)
- (68) Ora, uma bela noite, empenhado em encontrar uma diferença de lançamento, nem atinou com a presença da moça encostada à mesa. Seu espanto seria muito maior, de resto, se ela não se dispusesse a aclarar a situação, após dois ou três minutos hesitantes: - Vi a luz acesa e pensei que houvesse alguém doente aqui. Em seguida, ouvi o senhor chamar. Notando tratar-se de um expediente, nem por isso deixou de condescender. Não chamara ninguém e **jamais poderia fazê-lo sem sair do quarto - tal a localização deste - salvo se gritasse**. Mas isto, àquela hora da noite, com certeza acordaria toda a casa. (OAG-R)

A descrição das conjunções e orações condicionais realizada neste trabalho revela que, embora sejam reconhecidos dois tipos de conjunção condicional, as orações por eles introduzidas constituem um grupo uniforme no que diz respeito aos parâmetros aqui analisados. Ou seja, as diferenças de sentido que se verificou haver entre as conjunções complexas não se reflete na oração condicional no que diz respeito aos parâmetros pragmáticos, semânticos e formais considerados para a análise. A partir do exame das orações condicionais, observou-se que:

- Ao contrário do que era esperado, as conjunções condicionais complexas do português encontradas no *cópus* podem expressar apenas dois dos tipos distinguidos por Visconti (1996), classificados como (i) restritivo positivo e (ii) restritivo negativo. Essas locuções trazem nuances à expressão da condicionalidade, expressando sentidos que a conjunção *se*, sozinha, não é capaz que significar.
- No que diz respeito às funções discursivo-pragmáticas, as orações condicionais do *cópus* não podem desempenhar as funções de correção e orientação, uma vez que

não podem relacionar-se a um ato do discurso. Observou-se, também, que essas orações condicionais podem, em poucas vezes, veicular os elementos tópico e foco. Com base nessa descrição, rejeitou-se a proposta de Wakker (1996) de que as condicionais podem ser foco ou o tópico das construções em que ocorrem.

- Em relação à estrutura semântica interna das orações condicionais, o exame dos parâmetros propostos por Hengeveld (1996, 1998) revela que as orações condicionais iniciadas por conjunções complexas não podem designar um ato do discurso. Outra particularidade das condicionais do corpus é que elas se realizam sempre com referência temporal dependente, contrariando o postulado de Pérez Quintero (2002). Assim, as condicionais do corpus realizam-se, indiferentemente do tipo de conjunção nelas utilizado, com quatro diferentes tipos de estrutura semântica interna:

Segunda ordem/RTD/não-factual/não-pressuposta

Segunda ordem/RTD/não-factual/pressuposta

Terceira ordem/RTD/não-factual/não-pressuposta

Terceira ordem/RTD/não-factual/pressuposta

- A análise da ordem das orações condicionais demonstra que as condicionais iniciadas por conjunções complexas ocorrem preferencialmente pospostas em relação à oração núcleo.
- Sobre os tempos e modo verbais, nos dados do corpus analisados a condicional ocorre sempre com tempos do modo subjuntivo, como já havia sido observado por outros autores (NEVES, 2000). Na oração núcleo, são possíveis diferentes formas verbais, criando uma vasta possibilidade de combinações modo-temporais.

7. AS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NA GRAMÁTICA DISCURSIVO FUNCIONAL

Nesta seção realiza-se o exame das conjunções condicionais complexas e das orações por elas introduzidas dentro do modelo teórico proposto pela G(D)F. Com base na descrição realizada na seção anterior, as conjunções e orações condicionais são agora analisadas nos termos da estrutura subjacente da oração, a fim de propor sua representação nos níveis e também verificar as implicações que seu estudo traz para o modelo teórico-metodológico oferecido pela G(D)F.

7.1. As conjunções condicionais

7.1.1. As conjunções condicionais na Gramática Funcional

Sabe-se que a GF faz uma rígida distinção entre elementos lexicais e gramaticais. Nos termos de Dik (1997, p. 159)

Elementos lexicais são captados pelos predicados básicos listados no léxico. Elementos gramaticais refletem os vários operadores e funções os quais em diferentes níveis podem ser aplicados às construções subjacentes.⁴¹

Em outras palavras, os elementos lexicais estão estocados no fundo de uma língua e são analisados na estrutura subjacente como predicados. Os elementos gramaticais – conjunções e preposições – por sua vez, são analisados na estrutura subjacente como funções semânticas e são gerados na expressão lingüística pela aplicação das regras de expressão. Dessa forma, eles não fazem parte do fundo da língua, que contém apenas os elementos lexicais, que estão aí estocados na forma de esquemas de predicado.

É o que ocorre com as conjunções condicionais. Uma vez concebidas como elementos gramaticais, as conjunções condicionais são analisadas, na GF, como uma

⁴¹ Lexical elements are captured by the basic predicates listed in the lexicon. Grammatical elements reflect the various operators and functions which at different levels can be applied to the underlying constructions.

função semântica atribuída ao modificador oracional que elas introduzem. Em outras palavras, as conjunções não têm sua forma representada na estrutura subjacente da oração. É o que se pode ver no seguinte exemplo⁴²:

- (69) Se ele comprou a casa, deve ter recebido aumento.
DECL {E_i: [(X_i): (deve ter recebido aumento) (X_i): [(X_j): (ele comprou a casa)_{Cond} (X_j)] (E_i)}

Em (69), a conjunção não toma parte na representação da estrutura subjacente da oração, sendo indicada nessa representação pela função semântica Cond(ição). Sua forma real será gerada na expressão lingüística pela aplicação das regras de expressão do sistema gramatical do português.

O modelo de análise, do modo como elaborado pela GF e exemplificado em (69), não possibilita uma análise apropriada das conjunções, especificamente neste trabalho para as conjunções condicionais complexas do português, primeiramente, devido ao fato de que várias conjunções podem ser usadas para assinalar uma mesma função semântica, nesse caso a de condição. Dessa forma, em uma oração como (70), qualquer uma dentre as conjunções exemplificadas será analisada pela mesma função semântica de condição (Cond) representada na estrutura subjacente, como se vê a seguir:

- (70) De repente, ele se descobria o símbolo do prazer que votávamos ao sangue do inimigo. **Uma fruição que voltaria a circular livremente entre nós, desde que/contanto que/uma vez que/caso/se conseguíssemos aniquilar mil castelhanos**, como ele a cada dia. Para fazê-lo admirar-nos mais ainda, acrescentei: - E sorte tem o senhor que não lhe estendamos a mesma proibição aos lugares santos, aí incluídos o cemitério e a igreja. (REP-R)
DECL {E_i: [(X_i): (uma fruição que voltaria a circular livremente entre nós) (X_i): [(X_j): (conseguíssemos aniquilar mil castelhanos)_{Cond} (X_j)] (E_i)}

O problema em tal análise está em não ser possível explicar como as regras de expressão traduzem a função semântica representada na estrutura subjacente na conjunção que de fato se realiza na expressão lingüística real. Em outras palavras, na medida em que uma língua, como o português, dispõe de diversas conjunções para uma

⁴² As representações apresentadas nesta seção foram simplificadas, excluindo detalhes irrelevantes à presente discussão.

mesma função, pelo modelo de análise da GF é impossível avaliar como a função semântica irá converter-se na conjunção realizada na expressão lingüística, o que, desse modo, prejudica o poder explanatório dessa análise.⁴³

Além disso, conforme se discute neste trabalho, a expressão da condição pode dar-se de duas distintas maneiras, dependendo do significado convencional expresso pela conjunção complexa. No entanto, pelo modelo de análise da GF, tampouco é possível avaliar as diferenças de sentido que as diversas conjunções condicionais do português manifestam. Observe-se, a esse respeito, o exemplo:

- (71) Esta preocupação explica a mudança de posição das autoridades hondurenhas, que hoje se manifestam nestes termos: "Honduras não quer que se continue utilizando seu território como refúgio de grupos armados. Por conseguinte, se há grupos armados estrangeiros que se recusam a entregar as armas, terão de buscar outro país para se refugiar". Chefes militares dos "Contras" assentados em Yamales, no Oeste do país, já disseram, porém, que **não entregarão suas armas, a não ser que se produza um "processo democrático" na Nicarágua**. Eles não julgam suficientes as garantias do Governo sandinista em relação às próximas eleições. (VIS-J)
- (72) Um destacado membro do governo, disse que as autoridades não aceitam o anexo e que **o governo aceitará o registro da associação somente se a sua carta de princípios apresentar uma referência ao papel do partido**. Czputowicz e outro membro da comissão estudantil, Maciej Kuron, filho do dissidente Jacek Kuron, acusaram Gorski de retirar a promessa de registrar o sindicato anteontem à tarde. Kuron disse que esta atitude "sabota a posição do novo governo". (JB-J)

Nos casos em (71) e (72), as orações condicionais são introduzidas, respectivamente, por uma conjunção restritiva negativa e por uma conjunção restritiva positiva, que estabelecem diferentes tipos de relação condicional, conforme se discutiu na Seção 6. Observem-se, agora, as representações correspondentes a esses exemplos:

- (71a) DECL {E_i: [(X_i): (não entregarão suas armas) (X_i): [(X_j): (a não ser que se produza um "processo democrático" na Nicarágua)_{Cond} (X_j)] (E_i)}
- (72a) DECL {E_i: [(X_i): (o governo aceitará o registro da associação) (X_i): [(X_j): (a sua carta de princípios apresentar uma referência ao papel do partido)_{Cond} (X_j)] (E_i)}

⁴³ De fato, esse modelo parece inapropriado não apenas para o português, mas para outras línguas como o inglês, francês e espanhol, entre outras nas quais se verifica mais de uma conjunção para uma mesma função.

Veja-se que, nos termos da estrutura subjacente da oração, independentemente do sentido expresso pela conjunção, todas são analisadas do mesmo modo, representadas na estrutura subjacente pela função semântica condição.

Outra questão que desafia o modelo de análise proposto pela GF para as conjunções diz respeito ao fato de que a relação de condição pode ser estabelecida também por justaposição, isto é, sem a presença do elemento subordinador, como no seguinte exemplo.

- (73) Tivesse eu ouvido seus conselhos, não estaria sofrendo tanto.
 DECL {E_i: [(X_i): (não estaria sofrendo tanto) (X_i): [(X_j): (tivesse eu ouvido seus conselhos)_{Cond} (X_j)] (E_i)}

Nesse caso também não é possível analisar de que modo as regras de expressão irão converter a função de condição na relação justaposta. Note-se que essa oração pode ser construída com a presença do subordinador *se*:

- (74) Se tivesse eu ouvido seus conselhos, não estaria sofrendo tanto.
 DECL {E_i: [(X_i): (não estaria sofrendo tanto) (X_i): [(X_j): (tivesse eu ouvido seus conselhos)_{Cond} (X_j)] (E_i)}

As questões discutidas revelam que pelo modelo de análise elaborado pela GF não é possível descrever as diferenças que se verificou haver no modo como a oração condicional se constrói. Se por um lado não é possível analisar diferentes conjunções por meio de uma mesma função semântica, tampouco é possível explicar como essa função semântica se converte na justaposição, em que se verifica ausência do elemento subordinador. Além disso, por esse modelo descreve-se, indistintamente, conjunções complexas e simples, não sendo possível lidar com quaisquer diferenças que o uso de uma ou outra pode implicar.

Por essas razões esse modelo tem sido fortemente discutido no contexto da GF. Uma visão alternativa de análise das conjunções adverbiais encontra-se nos trabalhos de Pérez Quintero (2004; 2006) e Hengeveld e Wanders (2007). Apesar de se apresentarem como propostas diferentes, esses trabalhos têm em comum o fato de partirem do

trabalho de Mackenzie (1992a, 1992b, 2001)⁴⁴ para a elaboração de um novo modelo de análise para as conjunções adverbiais.

7.1.2. As conjunções condicionais na Gramática Discursivo Funcional

Hengeveld e Wanders (2007), já seguindo as reformulações propostas pela GDF, propõem analisar as conjunções adverbiais, primeiramente, segundo sua complexidade interna, distinguindo dois tipos de conjunção: as conjunções simples e as conjunções complexas, tal como se exemplifica no quadro abaixo, usando exemplos desses autores.

CONJUNÇÕES ⁴⁵	
SIMPLES	COMPLEXAS
<i>Before</i> ‘antes que’	<i>In case</i> ‘no caso’
<i>Until</i> ‘até que’	<i>In the event that</i> ‘no caso em que’

Quadro 10 – Complexidade interna das conjunções

A distinção entre conjunções simples e complexas está baseada, essencialmente, na constituição formal da conjunção. Assim, uma conjunção simples é aquela formada por apenas um elemento subordinador, como as conjunções do português **se**, **quando**, **porque**, entre outras. As conjunções complexas são aquelas formadas por mais de um elemento, as tradicionalmente chamadas locuções conjuntivas, tais como as conjunções condicionais complexas sob exame neste trabalho.

Hengeveld e Wanders (2007) propõem ainda distinguir as conjunções em relação ao seu estatuto lexical ou gramatical. O principal critério que, segundo os autores, diferencia conjunções lexicais e conjunções gramaticais é o fato de apenas as conjunções com estatuto lexical poderem ser qualificadas por outros meios lexicais, em geral advérbios. Por sua vez, as conjunções gramaticais, devido à ausência de

⁴⁴ Em seu estudo sobre as preposições do inglês, Mackenzie (1992a, 1992b, 2002) propõe distinguir entre preposições gramaticais, analisadas como funções semânticas, e preposições lexicais, analisadas como predicados.

⁴⁵ É preciso esclarecer que para os exemplos em inglês utilizados pelos autores não há equivalentes no português. No sistema gramatical do português, algumas das conjunções simples usadas nos exemplos se traduzem por conjunções complexas. Cabe ressaltar, ainda, que no inglês alguns itens podem acumular a função de preposição e de conjunção, sendo que a diferença se dá pelo tipo de complemento que aceitam. A preposição introduz um sintagma, ao passo que a conjunção adverbial introduz uma oração. Assim, o item *before* pode ter as duas funções, tal como se observa em *before she arrived* ‘antes que ela chegasse’ (conjunção) e *before her arrival* ‘antes de sua chegada’ (preposição).

significado lexical que se verifica nesses elementos, não aceitam nenhum tipo de modificação. Essa diferença é ilustrada pelos seguintes exemplos, extraídos desses autores⁴⁶.

- (75) *She called him **three hours before** she left.*
Ela ligou para ele **três horas antes que** ela saísse.
- (76) **She stayed home **three hours until** the meeting began.*
*Ela ficou em casa **três horas até que** a reunião começasse.
- (77) ***In the unlikely event that** smallpox were introduced into Australia, it would be rapidly controlled.*
No improvávelmente caso em que varíola fosse introduzida na Austrália, ela seria rapidamente controlada.
- (78) **I'll bring him some water **in unlikely case** he gets thirsty.*
Eu trarei água para ele **no improvável caso de** ele sentir sede.

De acordo com Hengeveld e Wanders (2007), em (75), o sintagma nominal ‘*three hours*’ qualifica a conjunção *before*, oferecendo uma especificação sobre o tempo precedente ao evento descrito pela oração. Da mesma forma, em (77), o advérbio ‘*unlikely*’ qualifica o substantivo ‘*event*’, que faz parte da conjunção complexa ‘*in the event that*’, qualificando, assim, o evento hipotetizado pela condicional em termos de seu estatuto de realidade. Por outro lado, esse tipo de modificação é impossível nos exemplos (76) e (78), daí a agramaticalidade dessas construções para o sistema do inglês. Tal fato decorre do estatuto gramatical das conjunções ‘*until*’ e ‘*in case*’, que, por essa razão, não podem receber nenhum tipo de modificação adicional.

Hengeveld e Wanders (2007) afirmam que, em caso de haver um advérbio em orações introduzidas por conjunções com estatuto gramatical, ele tem escopo frasal, incidindo sobre a oração como um todo, diferentemente do escopo curto dos modificadores que se verifica em (75) e (77). É o que se observa nos seguintes exemplos, também extraídos desses autores.

- (79) *He arrived **exactly** three hours before she left.*
Ele chegou **exatamente** três horas antes que ela partisse.
- (80) ***exactly until** the meeting began*
exatamente até que a reunião começasse
- (81) ***Only in the unlikely event that** you don't reply to this message will I phone you.*

⁴⁶Deve-se ressaltar que não há correspondência entre os exemplos do português e do inglês e, desse modo, não necessariamente os exemplos agramaticais do inglês se traduzem por exemplos agramaticais no português. É o caso do exemplo (78).

Somente no improvável caso em que você não responda essa mensagem eu te ligarei.

(82) *Only in case it rains will I stay home.*

Somente no caso de chover eu ficarei em casa.

Segundo Hengeveld e Wanders (2007), prova do escopo oracional desses advérbios seria o fato de eles próprios não admitirem nenhum tipo de qualificação, conforme demonstram os seguintes exemplos:

(83) **three hours exactly before she left*

três horas exatamente antes que ela chegasse

(84) **in the only event that you don't reply to this message*

***no somente caso que** você não responda a essa mensagem

De acordo com os autores, um fato que evidencia a diferença existente entre as conjunções gramaticais e conjunções lexicais é que elas podem combinar-se em uma mesma oração. Para Hengeveld e Wanders (2007), a combinação é permitida quando as conjunções em questão pertencem a categorias diferentes, sendo permitida apenas a ordem conjunção gramatical-conjunção lexical, excluindo-se a ordem inversa. É o que se vê nos exemplos:

(85) *She stayed untill three hours after he left.*

Ela ficou **até três horas depois que** ele saiu.

(86) *She didn't leave untill the very moment he arrived.*

Ela não saiu **até o momento exato em que** ele chegou.

O ponto principal da proposta de Hengeveld e Wanders (2007) é mostrar que as diferenças observadas entre conjunções gramaticais e conjunções lexicais se refletem em sua descrição nos níveis de análise distinguidos na GDF. No nível representacional, é possível analisar a diferença categorial que existe entre conjunções lexicais e conjunções gramaticais, na medida em que elementos gramaticais não são representados na estrutura subjacente da oração. As conjunções lexicais são analisadas da seguinte maneira:

(87) *She called him before she left.*

(e_i: [she called him] (e_i): (t_i: (f_i: **before**_{Conj} (f_i)) (t_i)∅ (t_j: (e_j: [she left] (e_j) (t_j) (e_j)))_{Ref}) (e_i))

(88) *Smallpox would be rapidly controlled in the event that it were introduced into Australia.*

(ei: [small pox would be rapidly controlled] (ei): (ej: (fi: **event**_N (fī)) (ej): (ek: [smallpox are introduced into Australia] (ek)) (ej))Loc (ei))

Observe-se que, em (87), a conjunção ‘before’ é analisada na estrutura subjacente como um predicado (fi), tal qual um elemento lexical qualquer. O mesmo ocorre com a conjunção complexa ‘in the event that’, concebida como item lexical e analisada como predicado na estrutura subjacente da oração. Como se nota em (88), na análise de Hengeveld e Wanders (2007) para as conjunções complexas, apenas o substantivo ocupa o *slot* do predicado adposicional. Por outro lado, a conjunção ‘until’, em (89), é concebida pelos autores como um elemento gramatical e é representada pela função semântica *Allative* ‘direção’ (All)⁴⁷, a partir da qual será gerada na expressão lingüística pela aplicação do conjunto apropriado de regras de expressão do sistema do inglês.

(89) *She stayed home until the meeting began.*

(ei: [she stayed home] (ei): (ti: (tj: (ej: [the meeting began] (ej): (tj) (ej)))_{All} (ti)) (ei))

Como se vê, a diferença de estatuto entre conjunções gramaticais e lexicais fica clara pela análise da estrutura subjacente da oração.

As diferenças de comportamento decorrentes da diferença de estatuto, que se observa entre as conjunções lexicais e as conjunções gramaticais, também podem ser analisadas no nível representacional. Conforme Hengeveld e Wanders (2007), é nesse nível que se avalia a diferença de escopo entre os modificadores que precedem as conjunções adverbiais. Veja-se o exemplo dos autores:

(90) *He arrived exactly three hours before she left.*

Ele chegou **exatamente três horas antes que** ela chegasse.

(ei: [he arrived] (ei): (ti: (fi: **before**_{Conj} (fi): (qi: **three hours** (qi:)) (fi) (ti)_∅ (tj: (ej: [she left] (ej): (tj) (ej)))_{Ref.} **exactly** (ti)) (ei))

Como já se discutiu, o sintagma *three hours* modifica a conjunção *before*, especificando – em relação à quantidade, daí a variável (qi) – o tempo precedente ao

⁴⁷ Do original em inglês.

evento ocorrido. Para os autores, isso não é o que ocorre em casos como aquele exemplificado em (88), uma vez que a conjunção é analisada como um elemento gramatical, não há um *slot* a ser ocupado por um modificador, uma vez que falta um núcleo lexical ao qual ele possa se unir.

No nível interpessoal, segundo Hengeveld e Wanders (2007), operam apenas conjunções altamente gramaticalizadas. Isso se deve ao fato de que apenas conjunções lexicamente vazias, ou seja, desprovidas de significado lexical, podem relacionar-se a atos do discurso. Dessa forma, nesse nível as conjunções gramaticais são analisadas como uma função retórica atribuída ao modificador oracional que introduzem. É que se vê no exemplo (91), apresentado abaixo, em que a conjunção é analisada como a função retórica *Motivation* ‘motivação’:

(91) *Since you're interested, there are indeed some major problems.*

Já que você está interessado, há de fato alguns problemas maiores.

(A1: [(F1: DECL (F1)) (P1)s (P1)A (C1: [there are some major problems] (C1)) (C1: [you are interested] (C1))*Motivation*] (A1)

O modelo de análise elaborado por Hengeveld e Wanders (2007) parece oferecer um modo mais adequado de entender as conjunções adverbiais. Ao separar conjunções lexicais e gramaticais, os autores resolvem a questão de como analisar as diferenças de sentido que se observa entre as diversas conjunções de que uma língua dispõe. No entanto, ainda que solucione alguns das questões apontadas na visão tradicional da GF, a proposta de Hengeveld e Wanders (2007) apresenta alguns problemas. A aplicação dos critérios usados pelos autores se revela bastante problemática quando confrontada a dados reais.

Conforme se discutiu, o principal critério utilizado por Hengeveld e Wanders (2007) na distinção entre conjunções gramaticais e conjunções lexicais constitui a viabilidade para modificação. Entretanto, quando aplicado a dados efetivos, esse critério revela-se bastante confuso. No português, especificamente, dados de uso da língua parecem contradizer o postulado desses autores. Isso porque é possível encontrar casos em que se tem a modificação de uma conjunção adverbial. É o que pode ocorrer com a conjunção concessiva **embora**, que pode estar sob o escopo do advérbio de intensidade **muito** como nas ocorrências, abaixo:

- (92) **Muito embora** reconheça que esta é uma missão extremamente importante que hoje estamos cumprindo, considero também que tenho muito mais a obrigação, tão, importante quanto esta, perante o Plenário da Câmara dos Deputados. FL-O
- (93) Temos – **muito embora** sem perder a esperança de que mais uma vez se encontrará forma de fugir à catástrofe – de agir dentro de um rigoroso espírito de prudência e decisão. JKO-O

De acordo com a proposta de Hengeveld e Wanders (2007), quando um advérbio precede uma conjunção gramatical, seu escopo cai sobre a oração toda. Entretanto, em casos como os exemplificados em (92) e (93), o escopo frasal dos modificadores é bastante discutível, especificamente no português. Nesse caso, os modificadores são usados para intensificar a conjunção, realçando o sentido por ela expresso.

O caso da conjunção concessiva questiona o fato de apenas as conjunções lexicais poderem receber modificação e, assim, inviabilizam o critério proposto por Hengeveld e Wanders (2007). Além disso, consoante a discussão desenvolvida por Pérez Quintero (2006), a viabilidade para modificação está muito mais relacionada à natureza semântica da conjunção do que a seu estatuto lexical/gramatical. De fato, as conjunções temporais são mais dispostas a serem modificadas que outras como as condicionais, causais, etc.. Ora, o critério deve ser aplicável à classe das conjunções adverbiais como um todo e não apenas a alguns membros.

Tendo em vista os fatores discutidos aqui, acredita-se que a viabilidade ou não das conjunções adverbiais para modificação adicional não é, em si, um critério confiável para distinguir conjunções lexicais e gramaticais. Assim, a proposta de Hengeveld e Wanders (2007) é inadequado ao estudo das conjunções adverbiais e, conseqüentemente, das conjunções condicionais, o que leva à necessidade de um novo modelo.

Uma visão alternativa a esse modelo é encontrada em Pérez Quintero (2004, 2006)⁴⁸, que concebe todas as conjunções adverbiais como uma categoria lexical, a serem analisadas como predicados adposicionais⁴⁹ na estrutura subjacente da oração. Com base essencialmente em dados do inglês, Pérez Quintero (2004) afirma que

⁴⁸ Embora o texto de Hengeveld e Wanders (2007) tenha sido publicado posteriormente ao de Pérez Quintero (2006), uma versão prévia desse artigo colocada à disposição na lista de discussão da Gramática Funcional em 2004.

⁴⁹ Do inglês Adpositional Predicates.

descrever uma diversidade de conjunções por meio de um número limitado de funções semânticas abstratas impossibilita uma análise adequada das expressões lingüísticas.

A proposta dessa autora se assenta, principalmente, no trabalho de Mackenzie (1992a, 1992b, 2001), que atribui às preposições locativas e temporais o estatuto de item lexical, incluindo-as na categoria dos predicados adjutores. No entanto, essa autora vai além e propõe incluir nessa categoria todas as conjunções adverbiais.

Pérez Quintero (2004, p. 158) justifica-se tomando a seguinte afirmação de Dik (1997, p. 102 *apud* PÉREZ QUINTERO, 2004)

(...) o fato de o significado de um item ser “primitivo” ou básico não significa que não possa ser tratado como predicado. A existência de predicados que não podem mais ser definidos é parte do próprio princípio de definição lexical gradual segundo o qual “depois que um número de definições foram geradas, inevitavelmente chegamos a predicados aos quais não se pode dar uma definição”.⁵⁰

Além disso, como lembra essa autora, Mackenzie (2002, p. 3) afirmou que “(...) a propriedade definidora de um predicado será sua predisposição para o subato comunicativo de atribuição (...)”⁵¹. Esse autor acrescenta que a atribuição pode ser entendida no seu sentido comum de atribuir uma propriedade a um participante, mas que também abrange a designação de uma relação entre dois ou mais participantes nessa relação. Levando isto em consideração, Pérez Quintero (2004) diz que as conjunções adverbiais podem ser consideradas atributivas no sentido dado por Mackenzie (2002), uma vez que atuam no estabelecimento de uma relação entre duas entidades. A diferença é que, no caso das conjunções, relacionam-se entidades de segunda, terceira ou quarta ordem.

Dessa forma, a autora reformula a definição do predicado adposicional tal como elaborado por Mackenzie (2001) de modo a encaixar nela as conjunções adverbiais do inglês. Assim, Pérez Quintero (2004) postula que “Um predicado adposicional é um predicado que, sem que se tomem em consideração outras medidas, é primariamente

⁵⁰ (...) the fact that the meaning of an item is ‘primitive’ or basic doesn’t imply that it cannot be treated as a predicate. The existence of predicates which cannot be further defined is part of the very principle of stepwise lexical definition which implies that ‘after a number of definitions have been run through, we inevitably arrive at predicates which cannot be provided with a definition themselves’. (DIK, 1997, p. 102 *apud* PÉREZ QUINTERO, 2004).

⁵¹ The defining property of the predicate will be its availability for the communicative subact of ascription.

usado como núcleo de um satélite (PÉREZ QUINTERO, 2004, p. 161)⁵².⁵³ A autora ressalta, porém, que “parece mais adequado incluir na definição dessa categoria apenas o que pode ser considerado sua função prototípica”.⁵⁴

Em seu trabalho mais recente, realizado segundo as reformulações da GDF, Pérez Quintero (2006) reafirma a necessidade de se analisarem as conjunções adverbiais como predicados, isto é, como elementos lexicais. A autora diz que não há argumentos suficientemente fortes para a distinção entre conjunções lexicais e conjunções gramaticais do modo como levada a cabo por Hengeveld e Wanders (2007), já que os principais critérios usados por esses autores, modificação e combinação, se aplicam somente às conjunções temporais. Desse modo, Pérez Quintero (2006) mantém sua visão de incluir todas as conjunções adverbiais na categoria dos predicados adjutores, analisadas pelo seguinte esquema de predicado:

f_i: Adposicional [Ad]

Como se vê nesse esquema, Pérez Quintero (2004, 2006) analisa a conjunção adverbial como predicado (f) de um argumento, que pode ser de um estado-de-coisas, uma proposição, ou um ato de fala, ao qual a função de referência é atribuída. A autora ilustra sua análise tomando um exemplo de Hengeveld e Wanders (2007), como se vê a seguir⁵⁵:

(96) She called him **before** she left.

(e_i: [she called him] (e_i): (t_i: (f_i: **before**Conj (f_i)) (t_i) (e_j: [she left] (e_j))Ref) (e_i))

Para as conjunções complexas, Pérez Quintero (2006) propõe a seguinte análise:

(97) Smallpox would be rapidly controlled **in the event that** it were introduced into Australia.

⁵² An *adpositional* predicate is a predicate which, without further measures being taken, is primarily used as the head of a satellite.

⁵³ É preciso esclarecer que a proposta de Pérez Quintero foi elaborada seguindo a teoria da GF, por isso verifica-se ainda o uso do termo satélite.

⁵⁴ (...) it seems more adequate to include in the definition of this category just what can be considered its prototypical function.

⁵⁵ Embora já tenha sido apresentado nesta tese, o exemplo será renumerado uma vez que recebe uma nova análise.

(e_i: [small pox would be rapidly controlled]) (e_i): (e_j: (f_i: **in_the_event**_{Conj} (f_i)) (e_j):
 (e_k: [smallpox are introduced into Australia]) (e_k)) (e_j)) (e_i)

Observe-se que, na análise de Pérez Quintero (2006), diferentemente daquela elaborada em Hengeveld e Wanders (2007), a conjunção complexa toda é representada na estrutura subjacente. Pérez Quintero (2006) critica os autores, que representam apenas o substantivo como tal, e afirma que conjunções complexas devem ser tratadas como expressões cristalizadas ou formulaicas, que compõem um novo significado e, portanto, não devem ser separadas em sua análise na estrutura subjacente.

Um problema a ser apontado na proposta de Pérez Quintero (2006) é que, apesar da crítica feita à análise de Hengeveld e Wanders (2007), a autora analisa a conjunção *in the event that* ‘no evento/caso de que’ como um estado-de-coisas, representado pela variável (e_j). Ora, é propriedade do substantivo *event* ‘evento’ poder designar um estado-de-coisas, tal como se vê na análise dessa autora e não da conjunção. A conjunção, conforme afirmou Pérez Quintero (2006), é responsável por promover a relação entre duas entidades. Desse modo, a análise elaborada por essa autora não se diferencia muito daquela apresentada por Hengeveld e Wanders (2007), à qual Pérez Quintero (2006) se opõe, que analisam apenas o núcleo nominal da conjunção complexa.

Pela proposta dessa autora (2004, 2006), analisar as conjunções condicionais complexas parece ser uma tarefa menos difícil. Uma vez que todas as conjunções adverbiais são consideradas como predicado, não mais resta o problema de como analisar as diferenças de sentido expressa pelas variadas conjunções condicionais complexas do português. No entanto, a proposta de incluir na categoria de predicados conjunções como o *se*, no qual se verifica ausência de um significado lexical que possa ser definido em termos de outros predicados⁵⁶, parece uma solução bastante “radical” e, desse modo, inviável ao estudo das conjunções adverbiais. Isso porque a inclusão desse tipo de conjunção na categoria dos predicados resultaria em um número indesejável de predicados altamente abstratos, sobrecarregando-se, desse modo, o fundo da língua. Assim, acredita-se que o modelo de Pérez Quintero (2004, 2006) não soluciona os

⁵⁶ Na G(D)F, todo predicado deve ser passível de ser definido em termos de outros predicados, processo definido em Dik (1997) por *stepwise lexical decomposition* ‘decomposição lexical gradual’.

problemas apontados no tratamento das conjunções adverbiais, ao contrário, compromete o poder explanatório da teoria.

As questões levantadas aqui revelam, sobretudo, que não há ainda um modelo satisfatório de análise das conjunções adverbiais. Por um lado, analisar todas as conjunções adverbiais por meio de um número limitado de funções semânticas abstratas não permite que se analisem as diferenças de sentido existentes, e, dessa forma, a análise torna-se pouco elucidativa. Por outro, considerar conjunções como **se**, **porque**, **quando**, etc. como elementos lexicais tampouco soluciona a questão, uma vez que isso levaria a um número sem fim de predicados altamente abstratos. A visão dicotômica, que propõe separar conjunções lexicais e conjunções gramaticais parece ser a solução mais adequada. Dessa forma é possível analisar as diferenças de sentido subjacentes às diferentes conjunções e locuções conjuntivas.

É preciso, entretanto, rever os critérios classificatórios empregados por Hengeveld e Wanders (2007) na distinção lexical e gramatical, já que, como se mostrou anteriormente, os critérios por eles utilizados não se sustentam para o estudo das conjunções condicionais do português. Determinar o estatuto lexical ou gramatical para as conjunções é tarefa bastante complexa. Essa dificuldade se deve, principalmente, ao fato de que, muitas vezes, a linha que separa as categorias lexical e gramatical é bastante tênue, senão inexistente. Essa gradualidade é bastante difícil de ser tratada em uma teoria como a da GDF, na qual a distinção lexical/gramatical é vital para a análise das estruturas lingüísticas.

Este trabalho elabora uma tentativa de rever os critérios classificatórios do estatuto categorial das expressões lingüísticas, propondo, ao mesmo tempo, o tratamento para as conjunções condicionais. Com base na descrição das conjunções condicionais complexas do português, apresentada na Seção 6, espera-se poder estabelecer um conjunto de critérios que sejam, ao mesmo tempo, relevantes dentro do contexto teórico da GDF e descritivamente válidos ao estudo das conjunções condicionais na língua portuguesa.

7.1.3. A distinção lexical/gramatical nas conjunções condicionais

Questão central em uma proposta que reconheça a distinção entre conjunções lexicais e gramaticais é determinar quais conjunções têm conteúdo lexical, portanto analisadas como predicados, e quais são lexicamente vazias, dessa forma, a serem tratadas como funções semânticas.⁵⁷

Na teoria da GDF, considera-se propriedade essencial do predicado sua disponibilidade para o subato da atribuição, ou seja, a possibilidade que tem um item lexical de descrever uma entidade. Cabe lembrar que, conforme se afirmou anteriormente, a noção de atribuição foi expandida por Mackenzie (2002) de modo a abrigar também a possibilidade que possui um item de descrever uma relação entre duas ou mais entidades. Outras características do predicado são a possibilidade de ter seu significado definido gradualmente e a disponibilidade para a formação de predicados.

A respeito da definição de predicado, na teoria da G(D)F se diz que todo predicado é associado a uma definição de significado, que deve ser estabelecida por meio de outros predicados da mesma língua. Esse processo se dá de modo gradual e é denominado por Dik (1978, 1997) como *stepwise lexical decomposition* ‘decomposição lexical gradual’. Em outras palavras, na teoria da G(D)F acredita-se que as definições de significado dos predicados formam uma rede em que predicados mais específicos são definidos por meio de predicados mais generalizados. Da formação de predicado, diz-se que um item lexical deve estar disponível para a formação de novos predicados. Isso porque, segundo Dik (1997), apenas elementos lexicais podem servir de *input* para as regras de formação de predicado.

Dessa forma, nesta tese, considera-se que a possibilidade para (i) a atribuição; (ii) a definição lexical gradual e (iii) a formação de predicados constituem os principais critérios a serem levados em conta à hora de se classificar o estatuto lexical de um elemento. Assim, pretende-se testar as conjunções condicionais complexas do português, e também o *se*, a fim de estabelecer o estatuto categorial dessas conjunções, procurando, dessa forma, verificar qual seria o modo mais adequado de se conceber e de se analisar as conjunções condicionais complexas do português.

⁵⁷ Cabe esclarecer que, para que tal distinção seja mais bem compreendida, não nos basearemos apenas na descrição das conjunções condicionais complexas, mas levaremos em conta também a conjunção *se*. Neste momento tomaremos como base estudos sobre as orações condicionais no português, realizados por Hirata (1999) e Neves (2000).

A mais antiga das conjunções condicionais do português, o **se**, originou-se da conjunção latina *si*. No português, essa conjunção serve para indicar que a oração que ela introduz se realiza como um modificador condicional. Desse modo, a conjunção condicional **se** não pode realizar-se como um subato de atribuição, já que ela não descreve a relação estabelecida entre as entidades que ela une.

Outro fato que confirma o estatuto gramatical da conjunção **se** é que nela se verifica a ausência de um significado lexical que possa ser decomposto em termos de outros predicados. Ou seja, não há, na língua portuguesa, predicados mais gerais que possam definir o significado dessa conjunção, daí seu caráter altamente primitivo. Ora é justamente a ausência de significado lexical dessa conjunção que permite seu emprego com grande variabilidade de contextos, ao contrário do que ocorre com as conjunções condicionais complexas.⁵⁸ Esse fato pode ser explicado pela afirmação de que “quanto mais generalizado um *grama* é, maior é seu domínio de aplicabilidade” (BYBEE *et al*, 1994, 19)⁵⁹.

Por fim, a conjunção **se** também não atende ao critério da formação de predicado, já que não há predicados que sejam derivados dessa conjunção. Assim, confirma-se o estatuto gramatical da conjunção **se**, que, dessa forma, deve ser analisada como uma função semântica na estrutura subjacente, tal como se exemplifica a seguir:

(98) O senador Pedro Simon (PMDB-RS), líder do governo Itamar no Senado, disse ontem que **o governo Fernando Henrique Cardoso corre o risco de não conseguir a aprovação da reforma constitucional se continuar divulgando as propostas sem antes articular o apoio do Congresso.**

(ei: [o governo Fernando Henrique Cardoso corre o risco de não conseguir a aprovação da reforma constitucional] (ei): (ej: [continuar divulgando as propostas sem antes articular o apoio do Congresso] (ej): (ej))_{Cond})] (ei))

Veja-se que, nesse caso, a conjunção condicional **se** não toma parte na representação subjacente da oração, sendo nela analisada por meio da função semântica **Cond**, atribuída ao modificador oracional ‘continuar divulgando as propostas sem antes articular o apoio do Congresso’, que ela introduz. Segundo o modelo de análise da

⁵⁸ Na descrição das conjunções condicionais complexas, realizada na Seção 6, observou-se que essas locuções apresentam restrições de natureza pragmática, semântica e sintática.

⁵⁹“(…) the more generalized a gram is, the wider its domain of applicability.” (Bybee *et al*. 1994: 19)

GDF, sua forma real será gerada no nível da expressão, em que se dá a linearização dos elementos de uma expressão lingüística.

Ao contrário do que se observa em relação à conjunção *se*, que apenas marca a relação condicional, as conjunções condicionais complexas descrevem o sentido condicional, especificando lexicamente a relação que envolve as duas orações na construção condicional. Assim, as conjunções condicionais complexas podem ser consideradas atributivas, já que atuam no sentido de descrever a relação entre duas entidades, sendo uma representada pelo modificador condicional e a outra pela oração núcleo.

Tal fato se deve ao significado lexical presente nessas conjunções complexas. Elas se originam de uma fonte lexical⁶⁰ e guardam dessa fonte um resto de conteúdo lexical. De fato, é justamente o significado lexical nelas presente que, associado a outros elementos, licencia o sentido condicional. Em outras palavras, são os traços do significado lexical restante nas conjunções condicionais complexas que, aliados ao traço *irrealis* expresso pelo modo subjuntivo, faz emergir o sentido condicional que elas manifestam. Nesse sentido, diferentemente da conjunção *se*, as conjunções condicionais complexas veiculam um significado lexical que pode definido por meio do predicado do qual elas derivam.

No que diz respeito à viabilidade para formação de predicado, as conjunções condicionais complexas não servem de *input* para as regras de formação de predicados. Isso se explica pelo fato de essas conjunções constituírem, elas próprias, um predicado derivado, na medida em que todas elas se formam de uma fonte lexical. Do mesmo modo, não se encontra no português um predicado que seja derivado do predicado nominal **cantor**, por exemplo. Entretanto, não há dúvidas de que o item ‘cantor’ seja um elemento lexical.

Desse modo, as conjunções condicionais complexas atendem dois dos critérios estipulados neste estudo. É possível, então, classificar essas conjunções como lexicais? Entra em questão neste momento a gradualidade. Deve-se lembrar que, conforme discutiram autores diversos (LANGACKER, 1987; LAKOFF, 1987; KEIZER, 2007), a distinção lexical/gramatical não é discreta, tal como se defende na GF, que faz uma

⁶⁰ Algumas conjunções são oriundas de preposições, tradicionalmente classificados como elementos gramaticais. No entanto, neste trabalho reconhecemos, seguindo Mackenzie (2001), Pérez Quintero (2002) e Keizer (*mimeo*) o estatuto lexical das preposições.

separação categórica entre itens lexicais, analisados como predicados, e itens gramaticais, analisados como funções semânticas ou operadores. Ao contrário, essa distinção pode ser mais bem compreendida se concebida como um contínuo no qual se tem os itens dotados de significado num extremo e aqueles completamente vazios em outro. Especificamente na GDF, essa visão de gradualidade foi primeiramente defendida por Keizer (2007), tal como se observa no esquema abaixo adaptado dessa autora:

item de conteúdo		>	item gramatical		>	afixo flexionais
primário	>	secundário	secundário	>	primário	
predicados			-		funções/operadores	

Quadro 11 – Contínuo de gramaticidade na GDF

Veja-se que, desse modo, é possível entender a distinção lexical/gramatical de modo mais gradual. Embora se reconheça que a distinção categorial é antes uma questão gradual, ainda resta a questão de como tratar esse contínuo nos termos da GDF. Como se vê no quadro acima, Keizer (2007) propõe separar itens primários e secundários, entendendo que há, para cada categoria, itens que são mais centrais e itens mais periféricos. Ou seja, há elementos lexicalmente plenos e aqueles em que se verifica um menor grau de lexicalidade. Do mesmo modo, há itens altamente gramaticais e aqueles com menor grau de gramaticidade.

No entanto, como afirma a própria Keizer (2007), a distinção lexical/gramatical é vital para o exame das expressões lingüísticas nos termos da estrutura subjacente. Isso porque o estatuto categorial de um elemento é que determina o modo como ele será analisado, se como predicado ou se por meio de uma função semântica. Desse modo, embora se reconheça a gradualidade das categorias, é preciso estabelecer um corte para seja possível a análise nos termos da estrutura subjacente da oração.

Tendo em vista que as conjunções condicionais complexas sob exame não satisfazem todos critérios elencados neste trabalho, acredita-se que elas possam ser classificadas como sendo o que Keizer (2007) chama de ‘item de conteúdo secundário’, entendendo, assim, que elas constituem elementos lexicais mais periféricos. Dessa forma, nesta tese, as conjunções condicionais complexas são concebidas como elementos lexicais e analisadas por meio de um predicado.

A ausência ou a presença de conteúdo lexical que se observa no **se** e nas conjunções condicionais complexas, respectivamente, leva a significativas diferenças no comportamento dessas conjunções. De acordo com a descrição das conjunções e das orações condicionais realizada na Seção 6, as conjunções condicionais complexas não podem introduzir um ato de fala. Isso se explica pela premissa de que, como afirmaram Hengeveld e Wanders (2007), nos termos da GDF somente conjunções gramaticais operam no nível interpessoal, em que se analisam aspectos referentes ao ato de fala. Desse modo, as conjunções condicionais complexas, devido ao significado lexical que carregam, não podem atualizar nenhuma das funções retóricas distinguidas nesse nível. É o que mostram os exemplos:

(99) **Se** posso te dar um conselho, eu não faria isto.

(100)?**Exceto se** não posso te dar um conselho, eu não faria isto.

(101)?**A não ser que** não possa te dar um conselho, eu não faria isto.

(102)?**Contanto que** não possa te dar um conselho, eu não faria isto.

No exemplo em (99) a oração condicional é utilizada para orientar o ouvinte sobre as condições em que é relevante enunciar o ato veiculado pela oração núcleo. Nesse caso, a oração condicional atualiza uma estratégia retórica de orientação, e a conjunção é, dessa forma, analisada pela função de orientação, atribuída à oração condicional, tal como demonstra a representação correspondente a essa oração, a seguir:

(M_I: (A_I: [esta sua roupa é inadequada] (A_I)), (A_J: [você me permite] (A_J))**Orientation**
(M_I))

Por outro lado, nos exemplos em (100)-(102), o emprego da conjunção complexa não faz da oração condicional uma construção agramatical para o sistema da língua portuguesa, mas essa oração é inaceitável do ponto de vista pragmático. Esse fato pode ser explicada pelo postulado de Hengeveld e Wanders (2007), de que apenas conjunções gramaticais, ou seja, lexicamente vazias, poderiam assumir as funções retóricas do nível interpessoal.

As diferenças de comportamento observadas revelam que as conjunções condicionais encerram dois grupos bem distintos, aquele composto apenas pela conjunção lexicamente vazia, a conjunção **se**, e aquele formado por conjunções dotadas

de significado lexical, as conjunções condicionais complexas. As várias questões levantadas mostram que, a depender de seu estatuto categorial, as conjunções se diferenciam no que diz respeito a aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. A variação de comportamento discutida pode ser resumida pelo quadro seguinte:

Conjunção condicional gramatical:	Conjunção condicional lexical:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ não é viável para o subato da atribuição; ▪ marca relação; ▪ não é passível de decomposição lexical gradual ▪ não está disponível para as regras de formação de predicado; ▪ tem sentido generalizado, básico; ▪ grande variabilidade de contexto de uso; ▪ introduz um ato de fala; ▪ pode assumir função retórica no nível interpessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ é viável para subato da atribuição; ▪ especifica a relação; ▪ é passível de decomposição lexical gradual ▪ não está disponível para as regras de formação de predicado; ▪ tem significado lexical; ▪ restrições de contexto de uso; ▪ não pode introduzir um ato de fala; ▪ não pode assumir função retórica no nível interpessoal.

Quadro 12 – Conjunções lexicais/conjunções gramaticais

Uma vez reconhecido o estatuto lexical das conjunções condicionais complexas, resta, ainda, elaborar uma proposta de análise para essas conjunções. Nesse sentido, propõe-se, aqui, que as conjunções condicionais complexas sejam analisadas por meio dos predicados adposicionais. O predicado adposicional compreende, como já foi dito, um predicado que é primariamente usado como núcleo de um modificador e abriga os advérbios, as preposições e também as conjunções lexicais.

7.1.4. As conjunções condicionais complexas do português

Na teoria da GDF, todo predicado é associado a um esquema, estocado no fundo de uma língua particular, que contém informações vitais para a elaboração de uma

representação subjacente das expressões lingüísticas, servindo também para instruir as regras de expressão a criarem o *output* apropriado. O predicado adposicional (Ad) constitui um predicado de um argumento, a entidade que será relacionada a outra oração. A esse argumento é atribuída a função de Referência (Ref), por alusão a sua propriedade de designar uma entidade. No que diz respeito especificamente à representação das conjunções, (Conj) é usado para indicar a categoria desse predicado. Assim, o esquema geral de predicado das conjunções é representado da seguinte forma:

$$(f_i: \text{conjunção}_{\text{Conj}}) (\alpha_i)_{\text{Ref}}$$

No esquema de predicado adposicional, a conjunção (Conj) é analisada como um predicado (f_i), que indica uma propriedade ou uma relação e que admite um argumento, no esquema representado pela variável geral (α_i). Esse argumento pode ser de segunda (e_i) ou terceira ordem (p_i), segundo se discutiu anteriormente, e recebe a função de referência (Ref). É por meio desse esquema que se pretende analisar as conjunções condicionais complexas do português.

7.1.4.1. As conjunções condicionais complexas no nível interpessoal

Ao contrário do que afirmaram Hengeveld e Wanders (2007), as conjunções lexicais podem, sim, ser analisadas no nível interpessoal. Segundo prevê a teoria da GDF, no nível interpessoal todo elemento lexical deve ser analisado como um subato, que pode ser atributivo ou referencial, e que, somado a outros elementos lexicais, formam um ato do discurso. Assim, tendo em vista que as conjunções condicionais complexas são analisadas como predicados pelo fato de especificarem a relação condicional entre um modificador oracional e uma oração núcleo, propõe-se que elas sejam analisadas como um subato de atribuição. É o que se vê na seguinte ocorrência e em sua respectiva representação:

(103) O estatuto do clube estabelece que a eleição deve ser na segunda quinzena de dezembro, **desde que a temporada tenha terminado**. (JCR-J)
 $(M_1: [(A_1: [(F_1: \text{ILL} (F_1)) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1) (R_1)] (C_1)) (C_2: [(T_1: \text{desde_que}) (T_2: \text{terminado}) (R_1: \text{temporada})] (C_2))] (A_1))] (M_1))$

No nível interpessoal, a construção como um todo está inserida em um movimento (M_1) e realiza-se como um ato único (A_1), que contém dois conteúdos comunicados. A oração condicional realiza o segundo conteúdo comunicado (C_2), que contém os subatos de atribuição ‘desde que’ e ‘terminado’ e o subato referencial ‘temporada’. O primeiro conteúdo comunicado (C_1) é realizado pela oração núcleo.

7.1.4.2. As conjunções condicionais complexas no nível representacional

No nível representacional as conjunções condicionais complexas são analisadas por meio do esquema de predicado, tal como ilustrado anteriormente. É o que vê na representação subjacente da seguinte ocorrência:

- (103) Ou uma inovação "revolucionária" que introduz algo virtualmente novo no mercado (como recentemente o vídeo-cassete). Lembre-se que, à medida que a inovação progride ao longo desta escala, **o potencial de retornos financeiros aumenta, contanto que haja uma aceitação rápida no mercado**, o que tende a não acontecer quando se trata de algo que "assusta" o consumidor, por mais útil que lhe possa ser inovação. (MK-T)
- (p_i : [o potencial de retornos financeiros aumenta] (p_i): (f_i : contanto_que_{Conj} (f_i): (p_j : [haja uma aceitação rápida no mercado] (p_j))_{Ref} (p_i))

Em (103), a conjunção ‘contanto que’ especifica lexicamente a relação condicional entre as proposições descritas pela oração núcleo (p_i) e pela oração condicional (p_j). Dessa maneira, a conjunção é analisada na estrutura subjacente como um predicado (f_i) de um argumento, ocupado pela oração condicional, ao qual é atribuída a função de referência, já que a oração se refere a uma entidade de terceira ordem (p_i).

No caso de ‘somente se’, esta tese se opõe à proposta de Hengeveld e Wanders (2007), de analisar a conjunção ‘se’ por meio de uma função semântica e o advérbio como modificador de escopo oracional. Neste trabalho se considera que esses elementos se unem compondo uma conjunção complexa, que, assim como as demais, especifica lexicamente a relação condicional e que deve, portanto, ser analisada como predicado adposicional. É o que se mostra na representação da seguinte ocorrência:

- (104) Um destacado membro do governo, disse que as autoridades não aceitam o anexo e que **o governo aceitará o registro da associação somente se a sua carta de princípios apresentar uma referência ao papel do partido**. Czputowicz e outro membro da comissão estudantil, Maciej Kuron, filho do dissidente Jacek Kuron, acusaram Gorski de retirar a promessa de registrar o sindicato anteontem à tarde. Kuron disse que esta atitude "sabota a posição do novo governo". (JB-J)
 (p_i: (e_i: [o governo aceitará o registro da associação] (e_j: (f_i: somente_se_{Conj} (f_i: (e_j: [a sua carta de princípios apresentar uma referência ao papel do partido] (e_j))_{Ref} (e_i) (p_i))

O significado lexical do advérbio é fundamental para compor o significado dessa conjunção. O mesmo ocorre nas conjunções complexas **exceto se** e **salvo se**, nas quais o sentido veiculado pela locução é determinado pelo significado das preposições. Nesse sentido, nesta tese propõe-se que essas locuções também sejam analisadas como um predicado adposicional.

Outra diferença que se observa entre a análise proposta aqui e a de Hengeveld e Wanders (2007) reside no fato de que, neste trabalho, propõe-se representar a conjunção complexa como um todo. Entende-se que o significado do núcleo formador da locução conjuntiva tenha papel fundamental em sua nova função. No entanto, acredita-se que isso não é razão para representar apenas esse núcleo no predicado conjuncional e, assim, entende-se que as conjunções complexas devem ser representadas em sua integridade, tal ocorre com qualquer item lexical composto.

7.2. As orações condicionais

Não há, ainda, uma proposta de tratamento das orações condicionais que tenha sido realizada seguindo-se o modelo elaborado pela GDF. Na GF, a oração condicional era entendida como um satélite oracional, o qual podia ser de três tipos, conforme foi demonstrado na Seção 3: (i) satélite condicional de predicação; (ii) satélite condicional proposicional e satélite condicional ilocucionário. Desse modo, a terminologia empregada na classificação da Gf precisa ser revista, já que não mais se considera a oração condicional como um satélite.

Na GDF as orações condicionais são concebidas como um modificador oracional, uma vez que constituem um meio opcional de qualificar uma oração núcleo.

Dessa forma, a classificação dos tipos de condicional pode ser estabelecida tendo em vista as diferentes unidades que elas modificam.

No nível interpessoal, as orações condicionais podem operar sobre um ato do discurso, acrescentando-lhe uma condição para sua relevância ou adequação comunicativa. Nesses casos, as orações condicionais atuam como uma estratégia retórica, na medida em que se relacionam com os propósitos comunicativos do falante. Propõe-se, neste estudo, classificar esse tipo como **condicional retórica**. Esse é o caso da condicional no exemplo:

(104) Se você for à biblioteca, entregue esse livro para mim.

No nível representacional, as condicionais podem relacionar-se a uma proposição ou um estado-de-coisas, qualificando-os em termos de sua verdade ou realidade de ocorrência. Nesses casos sugere-se que seja mantida a terminologia utilizada desde a GF e, assim, as orações condicionais podem ser classificadas como **condicional proposicional** e **condicional de predicação**. É o que se vê, respectivamente, nos exemplos abaixo:

(105) Se Ana está na biblioteca, deve estar fazendo seu trabalho de geografia.

(106) Se Joana não pagar hoje será multada.

Desse modo, revendo-se os termos da terminologia empregada na GF para a classificação das condicionais, no presente estudo distinguem-se três tipos de modificador condicional:

- **modificador condicional retórico**: quando a oração condicional oferece uma condição para a adequação/relevância comunicativa do ato do discurso com o qual se relaciona;
- **modificador condicional proposicional**: quando a oração condicional oferece uma condição para a validação da proposição com a qual se relaciona;
- **modificador condicional de predicação**: quando a oração condicional oferece uma condição para a realização do estado-de-coisas com o qual se relaciona.

Observe-se que a diferença entre os diferentes tipos de modificadores condicionais se dá, de fato, pela unidade que elas qualificam. Desse modo, é possível manter a tipologia tripartite, tal qual elaborada por Dik *et al* (1990), modificando apenas os termos em que ela foi estabelecida, de modo a adequá-la às reformulações elaboradas pelo modelo teórico oferecido pela GDF.

No que diz respeito especificamente às orações condicionais do córpis examinado, conforme se demonstrou na descrição dessas orações, não há ocorrência de condicionais introduzidas por conjunções complexas atuando no nível interpessoal. Assim, no córpis foram encontradas apenas orações que realizam os modificadores proposicionais e os modificadores de predicação, como se exemplifica, respectivamente, abaixo:

(107)E o tal de feminismo, que tal lhe parece?

Analista De Bagé: pôs sou a favor. **Acho que toda a mulher deve lutar pela sua igualdade, desde que não interfira com o serviço da casa.** Depois de pendurar as roupas ela pode fazer o quem bem entender.

Falam da existência de uma nova mulher, uma nova moral, o tal de "novo pacto afetivo". O que o senhor acha ? (ANB-R)

(108)Não deixam de possuir estrutura cristalina, mas a forma externa (informe) não traduz o arranjo regular interno. **A grande maioria dos minerais, entretanto, pode manifestar forma geométrica externa desde que as condições de crescimento tenham permitido.** Os minerais se cristalizam em sete sistemas de simetria, a saber: monométrico, tetragonal, hexagonal, trigonal, ortorrômbico, monoclinico e triclinico. (PEP-T)

7.2.1. As orações condicionais no nível interpessoal

No nível interpessoal são analisados os aspectos discursivo-pragmáticos das estruturas lingüísticas. Conforme se discutiu na Seção 6, as orações condicionais sob exame não desempenham nenhum papel específico no nível interpessoal, já que não podem atualizar nenhuma das estratégias retóricas distinguidas nesse nível, fato que as diferencia das orações condicionais iniciadas pela conjunção prototípica, o *se*, que pode ser usado para cobrir uma pluralidade de funções. Isso se deve ao estatuto lexical das conjunções usadas nas orações condicionais sob exame, que as impede de relacionar unidades do nível interpessoal, onde atuam apenas itens altamente gramaticalizados, como afirmaram Hengeveld e Wanders (2007). Desse modo, as orações condicionais do

cópus são analisadas, nesse nível, como um conteúdo comunicado, no interior de um ato do discurso. É o que se vê na seguinte ocorrência:

- (109) Não podia ser o Eduardo? Laura tinha Carlito, chofer. Amélia amava Humberto, que trabalhava na fábrica de Bangu. Mariazinha estava quase noiva de Aderaldo, paraibano que mourejava na Brahma. **Julieta amava indiferentemente, desde que fosse fuzileiro naval.** (BDI -R)
 (M₁: [(A₁: [(F₁: ILL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(T₁: amava) (T₂: indiferentemente) (R₁: Julieta)_{Top}] (C₁)) (C₂: [(T₁: desde_que) (T₂: fosse) (T₃: naval) (R₁: fuzileiro)_{Foc}] (C₂))] (A₁))] (M₁))

Nesse caso, a oração núcleo e a oração condicional estão inseridas em um único ato do discurso (A₁), o qual contém dois conteúdos comunicados (C₁) e (C₂), que se realizam por meio delas, respectivamente. Em outras palavras, como pode ser observado nessa ocorrência, a condicional não se realiza como um ato independente e, desse modo a relação existente entre o modificador condicional e a oração núcleo não se dá neste nível.

Na representação das condicionais no nível interpessoal, pode-se observar também como se dá a distribuição das funções pragmáticas nas construções condicionais analisadas. Como se vê na ocorrência em (109), apresentada anteriormente, a função pragmática de foco é atribuída ao subato ‘fuzileiro’, no interior do (C₂), realizado pela oração condicional. Veja-se outra ocorrência:

- (110) Feriados - carnaval, semana santa, finados, natal, ano novo: estes feriados constituem um verdadeiro desafio para os pauteiros. Geralmente não acontece nada nesses dias, e é preciso encher o jornal de matérias. Pior ainda: **a não ser que uma tragédia coincida com o feriado, acontece sempre exatamente a mesma coisa.** Pode alguém imaginar coisa pior do que ser escalado para cobrir carnaval na avenida, desfile do grupo dois, em noite de chuva? Mas, já que não tem outro jeito e a gente vive disso, o negócio é ir lá e procurar o outro lado da história que não parece na televisão. (PRA-T)
 (M₁: [(A₁: [(F₁: ILL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(T₁: acontece) (T₂: sempre) (T₃: exatamente) (T₄: mesma) (R₁: coisa)_{Foc}] (C₁)) (C₂: [(T₁: a_não_ser_que) (T₂: coincida) (R₁: tragédia)_{Top} (R₂: feriado)] (C₂))] (A₁))] (M₁))

Nesse caso, a função pragmática de foco é atribuída ao subato ‘tragédia’, informação nova que é veiculada pela oração condicional. Dessa forma, o fato de a condicional poder veicular a informação focal não é argumento suficiente para se

considerar a oração condicional, como um todo, o foco, tal como foi proposto por Wakker (1994, 1996). Do mesmo modo, a função de tópico é atribuída a um subato no interior da oração condicional:

- (111) Quando você quiser um empréstimo bancário, um cartão de crédito ou um emprego, em questão de segundos este computador fornecerá a qualquer estranho quase todos os detalhes da sua vida. Infelizmente para a maioria de nós, o computador não está em condições de discriminar entre fatos e mexericos, e, **desde que a informação seja fornecida, permanece lá para toda a vida**, (FA-J)
 (M₁: [(A₁: [(F₁: ILL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(T₁: permanece) (T₂: toda) (R₁: vida)] (C₁)) (C₂: [(T₁: desde_que) (T₂: fornecida) (R₁: informação)_{Foc} (R₂: feriado)] (C₂))] (A₁))] (M₁))

Em (111) a oração condicional veicula o subato ‘informação’, sobre o qual o enunciado será formulado. Esse subato recebe, portanto, a função pragmática de tópico. Entretanto, tal fato não constitui evidência suficiente para classificar-se a condicional toda como o tópico. Há ainda os casos em que a oração condicional carrega tanto o foco como o tópico da construção. É o caso da ocorrência (112), em que os subatos que veicula a função de tópico (dinheiro) e a de foco (caixa preta) ocorrem no interior da condicional, como se vê a seguir:

- (112) Quem tudo quer, tudo perde. Não sai em lugar nenhum. O pior é que os clientes acham que estão em boas mãos. A voz de Mello Aos poucos, a oposição a Tarso Genro, na Câmara, vai se aprumando. O vereador Sebastião Mello (PMDB) avisa: todo o seu mandato vai ser marcado pelo ângulo social. Apóia as propostas de Tarso, mas critica a forma "imperial" com que divulgou seu pacote. "Ninguém sabe de onde vão sair os recursos, porque o orçamento votado não continha nada disso. **A não ser que o dinheiro esteja escondido em uma caixa preta**", acrescentou. (JCP-J)
 (M₁: [(A₁: [(F₁: ILL (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁) (C₂: [(T₁: a_não_que) (T₂: escondido) (R₁: dinheiro)_{Top} (R₂: caixa preta)_{Foc}] (C₂))] (A₁))] (M₁))

Nesse caso, as funções pragmáticas de tópico e foco são atribuídas a subatos no interior da oração condicional. Dessa forma, não seria possível propor uma classificação para essas construções, na medida em que uma mesma unidade não pode veicular tanto a função de foco como a de tópico. Tais fatos corroboram a postura adotada aqui de entender a oração condicional como possível unidade tópica ou focal, discordando da

afirmação de que elas próprias poderiam constituir o tópico ou o foco, conforme propôs Wakker (1992, 1994, 1996).

7.2.2. As orações condicionais no nível representacional

No nível representacional, as orações condicionais do cópulus têm um papel bem específico. Nesse nível, as orações condicionais são analisadas como um modificador oracional, já que podem qualificar uma proposição ou um estado-de-coisas. Ou seja, no nível representacional é possível analisar a relação que se estabelece entre a condicional e a núcleo, nas ocorrências sob exame.

De acordo com a classificação proposta neste trabalho, as orações condicionais utilizadas para qualificar a validade de uma proposição são analisadas como um modificador proposicional, como se nota na seguinte ocorrência:

(112) É justo, assim, que eu suporte ao menos o jejum e a abstinência forçados que resultam da pobreza do Asilo aliada à minha pouca saúde. Provedor já me apareceu sabendo da fuga de Orestes. As notícias parecem que têm asas. **Não posso imaginar quem lhe terá contado, a menos que, antes de me ver, tenha passado pela cozinha e se avistado com a Rosa**, que não perderia a ocasião de lhe repetir os salamaleques com que o saúda. Ô Provedor não gostou de não ter sido avisado ontem mesmo a respeito da fuga de Orestes. Vai pedir providências à polícia, recomendando que castiguem o menino sem dó nem piedade, assim que o encontrem. (BDI-R)

$(p_i$: [Não posso imaginar quem lhe terá contado] $(p_i) < (f_i$: a_menos_que_{Conj} (f_i) : $(p_j$: [tenha passado pela cozinha e se avistado com a Rosa] $(p_j))_{Ref} (p_i)$

Nesse caso, o modificador condicional (p_j) constitui um meio opcional de qualificar a oração núcleo (p_i) e é analisado como um segundo restritor. Essa condicional realiza-se como um modificador proposicional (p_j) , na medida em que oferece informação suplementar para que a proposição ‘Não posso imaginar quem lhe terá contado’, seja entendida como verdadeira. Nessa análise, $(<)$ serve para indicar a relação de dependência que se instaura entre as duas proposições. É o que se vê também na ocorrência abaixo, em que a condicional é usada para qualificar a proposição ‘torna difícil o diagnóstico’, descrita pela oração núcleo:

- (113)O problema aqui toma aspecto diferente daquele em que habitualmente se apresenta para o clínico. Não se trata de descobrir a neoplasia acrescida à prenhez, quando esta é incipiente, o que de certo modo, **torna difícil o diagnóstico, salvo se apelarmos para um interrogatório bem feito**, quanto à história menstrual e se executarmos conscientemente o palpar combinado, para sentir as variações de consistência, volume e principalmente de forma do órgão, conforme mostrei nas referências do capítulo sobre "O diagnóstico da gravidez e suas dificuldades". (CLO-T)
- (p_i : [torna difícil o diagnóstico] (p_i) > (f_i : salvo_se_{Conj} (f_i): (p_j : [apelarmos para um interrogatório bem feito] (p_j))_{Ref} (p_i))

As condicionais usadas para modificar um estado-de-coisas são classificadas como um modificador de predicação. Nesse caso, a condicional qualifica um estado-de-coisas em termos de sua realidade. É o que se vê na seguinte ocorrência:

- (114)Nos casos em que os músculos pequeno oblíquo e transversos estão situados longe da arcada não é recomendável que os suturemos a ela. Haverá, na certa, esgarçamento das fibras e recidiva da hérnia. Outro problema importante é o das suturas músculo-aponevróticas. Trabalhos numerosos, inclusive em nosso meio, provaram que **as suturas músculo-aponevróticas não pegam bem, exceto se ambos os tecidos forem escarificados com gaze** (Montenegro, Godfi e Rodrigues). As melhores suturas são aquelas em que se usam tecidos iguais. (CLC-T)
- (p_i : (e_i : [as suturas músculo-aponevróticas não pegam bem] (e_i) > (f_i : exceto_se_{Conj} (f_i): (e_j : [ambos os tecidos forem escarificados com gaze] (e_j))_{Ref} (p_i))

Do mesmo modo que nas ocorrências (112) e (113), também nesse caso a condicional ocupa a posição do segundo restritor, já que se realiza como um meio opcional de qualificar a oração núcleo. Uma vez que a condicional e a núcleo designam entidades de segunda ordem, elas são analisadas como estados-de-coisas, (e_j) e (e_i), respectivamente. Nesse caso, o modificador condicional serve para qualificar a ocorrência do estado-de-coisas descrito na oração núcleo 'as suturas músculo-aponevróticas não pegam bem' e é classificado como um modificador de predicação. Esse é também o caso da ocorrência a seguir:

(115) As decisões de corte são tomadas de acordo com a opinião de cada censor; ele decide se um beijo atenta contra o decoro público, ou até onde uma mulher pode despir-se, ou até que ponto um diálogo vai contra o regime vigente ou ainda que cena ofende as religiões. Os principais conceitos, no entanto referem-se a cenas eróticas; **uma mulher pode ser apresentada nua, num filme, desde que esteja em segundo plano e que não se mova**. O maior rigor da censura veio com a radicalização do processo político brasileiro, a partir de 1964. Tornou-se cada vez mais intolerante chegando a deixar preso por vários meses alguns filmes importantes, como Desafio. (CPO-J)

(p_i: (e_i: [uma mulher pode ser apresentada nua num filme]) (e_i): (f_i: desde_que_{Conj} (f_i): (e_j: [esteja em segundo plano] (e_j))_{Ref} (e_j: [esteja em segundo plano] (e_j))_{Ref} (e_k: [esteja em segundo plano] (e_k))_{Ref} (p_i))

7.2.3. As orações condicionais no nível morfossintático

No nível morfossintático ocorre a linearização das expressões lingüísticas. Desse modo, nesse nível as orações condicionais do corpus podem ser analisadas principalmente no que diz respeito à ordem em relação à oração núcleo. Na GDF, as seguintes posições padrões são distinguidas:

P2, P1 S V O X, P3

Há três possibilidades para as orações condicionais, como mostrou a descrição dos dados realizada na Seção 6. Quando ocorrem em P2, as condicionais antecedem a oração núcleo:

(116) É certo que a falta de apetite crônica leva à desnutrição. Mas, **desde que se suplemente a dieta com vitaminas e sais minerais, os gerontólogos asseguram que o idoso pode viver melhor se cortar até um terço das calorias das refeições**. (SU -J)

P2
S

desde que se suplemente a dieta com vitaminas e sais minerais, os gerontólogos

V
O

asseguram que o idoso pode viver melhor

As condicionais em P3 ocorrem pospostas em relação à núcleo:

(117) Nós estamos assistindo paraenses pedindo a transferência da matriz da Eletronorte para Belém, e eu estava aqui me perguntando: **acho até justo, desde que haja empreendimento no Estado do Pará**, mas daqui a pouco nós temos a transferência para lá, novos prédios, nova sede, novo pessoal e o pessoal aqui de Brasília continua todo aí à disposição da Eletronorte. (POL-O)

$$\begin{array}{ccccccc} & \text{V} & & \text{O} & & & \text{P3} \\ & \underbrace{\hspace{1em}} & & \underbrace{\hspace{1em}} & & \underbrace{\hspace{10em}} & \\ \text{acho} & \text{até} & \text{justo} & \text{desde} & \text{que} & \text{haja} & \text{empreendimento no Estado do Pará} \end{array}$$

Por fim, as condicionais podem ocorrer ainda na posição Pn, proposta por Wakker (1992) para analisar as condicionais intercaladas:

(118) Após uma prolongada sessão, o Comitê Jurídico do Bundestag, que geralmente fixa as regras a que se atem os deputados, decidiu unanimemente na quarta-feira não dar qualquer recomendação. Hans Engelhard, do Partido Democrático Livre, disse que o Comitê deseja que cada membro do Bundestag chegue a suas próprias conclusões sobre a revogação ou prorrogação do estatuto de limites. **A atual lei alemã, a menos que seja reformada, permitirá que os criminosos nazistas ainda não identificados fiquem livres de qualquer acusação a partir de 31 de dezembro deste ano.** Contudo, os acusados sob processo ou investigação, antes de expirar o prazo legal, continuam sujeitos a julgamento. (FSP-J)

$$\begin{array}{ccccccc} & \text{S} & & \text{Pn} & & \text{V} & & \text{O} \\ & \underbrace{\hspace{2em}} & & \underbrace{\hspace{4em}} & & \underbrace{\hspace{2em}} & & \underbrace{\hspace{2em}} \\ \text{A atual lei alemã,} & \text{a menos que seja reformada,} & \text{permitirá que criminosos nazistas} \\ & & & & & & & \\ & & & & & & & \text{O} \\ & & & & & & & \underbrace{\hspace{10em}} \\ \text{ainda não identificados fiquem livres de qualquer acusação a partir de 31 de dezembro} \\ \text{deste ano} \end{array}$$

Desse modo, pelo estudo das orações condicionais realizados nesta tese observam-se três diferentes *templates*, ‘moldes’, em que as orações condicionais introduzidas por conjunções complexas do português podem ocorrer:

P2, S V O

S V O, P3

S Pn V O

Como se viu, a descrição das conjunções e orações condicionais nos níveis da GDF permite analisar separadamente os aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos dessas construções. No estudo das conjunções, mostrou-se que, ao contrário do que defendia a GF, as conjunções condicionais complexas podem ser mais bem avaliadas quando concebidas como um elemento lexical e analisadas por meio de um predicado adposicional. Conseqüentemente, discutiu-se que as conjunções condicionais complexas devem ser analisadas no nível interpessoal como um subato de atribuição e no nível intrapessoal por meio do predicado adposicional.

Além disso, observou-se que as orações como se viu, não desempenham um papel no nível interpessoal, em que são analisadas como conteúdos comunicados no interior de atos. É no nível representacional que se dá a relação entre a condicional, analisada como um modificador oracional, e a oração núcleo, analisada como primeiro restritor.

O estudo aqui realizado serviu também para ressaltar a necessidade de uma revisão na tipologia dos satélites, antes estabelecidos nos termos da GF. Tendo em vista a reformulação da teoria que deu origem à GDF, propõe-se que sejam distinguidos três tipos de modificadores: (i) retóricos; (ii) proposicionais e (iii) predicacionais.

CONCLUSÃO

O objetivo principal desta tese foi descrever as conjunções condicionais complexas e as orações condicionais por elas introduzidas no português escrito do Brasil. Considerando-se essencialmente a teoria da Gramática Discursivo Funcional, foi estabelecido um conjunto de parâmetros pragmáticos, semânticos e formais, usados para o exame das conjunções e das orações condicionais, que serviram, também, como base para a análise dessas expressões nos níveis interpessoal, representacional e morfossintático.

A hipótese inicial deste estudo era a de que às diferentes conjunções condicionais complexas corresponderiam diferenças de sentido que, por sua vez, também se refletiriam na configuração da oração condicional. O estudo realizado mostrou que a hipótese levantada apenas em parte se confirma. As conjunções condicionais complexas, conforme se verificou neste trabalho, podem manifestar dois sentidos: (i) restritivo positivo e (ii) restritivo negativo, definidos neste estudo segundo Visconti (1996).

Como se discutiu na Seção 6, nos dois tipos a conjunção restringe a relação condicional, sendo que a diferença entre eles está no fato de que, nas condicionais introduzidas por conjunções restritivas positivas, os dois enunciados se implicam mutuamente, ao passo que, nas restritivas negativas, a conjunção une as duas orações numa relação de exclusão, em que a verdade da condicional implica a não-verdade da oração núcleo e vice-versa.

No entanto, as diferenças observadas entre as conjunções não se refletem na estrutura da oração condicional que elas introduzem, já que a descrição das orações condicionais realizada nesta tese revelou não haver diferenças significativas no que diz respeito aos aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos considerados na análise. Ao contrário, as condicionais introduzidas pelas diferentes conjunções se mostraram bastante similares.

No que diz respeito aos parâmetros pragmáticos, a análise dos dados revelou que as condicionais do corpus examinado não podem se realizar como estratégias retóricas de orientação e correção, uma vez que elas não podem designar um ato de fala. Além disso, o exame de aspectos pragmáticos serviu para mostrar que, ao contrário do que

defendia Wakker (1884, 1996), as orações condicionais não podem ser classificadas como tópico ou foco. O que de fato ocorre é que, em alguns casos, a condicional pode veicular a informação tópica ou focal.

Em relação aos aspectos semânticos, nesta tese consideraram-se os quatro parâmetros indicados por Hengeveld (1998) para avaliar a estrutura semântica interna das orações adverbiais, a saber, (i) tipo de entidade, (ii) referência temporal, (iii) factualidade e (iv) pressuposição. Segundo mostraram os dados analisados, o comportamento das orações quanto aos parâmetros avaliados é bastante regular, ou seja, não foram encontradas diferenças significativas entre as condicionais iniciadas pelos diferentes tipos de conjunção complexa. Assim, independentemente da conjunção usada para introduzir a oração, as condicionais do *cópus* podem se realizar segundo quatro tipos semânticos:

Segunda ordem/RTD/não-factual/não-pressuposta

Segunda ordem/RTD/não-factual/pressuposta

Terceira ordem/RTD/não-factual/não-pressuposta

Terceira ordem/RTD/não-factual/pressuposta

Por fim, no que diz respeito à estrutura formal das condicionais, foram analisadas a ordem e a correlação modo-temporal. No que concerne à ordem das condicionais, observou-se que, contrariando o que se vem entendendo como uma tendência natural da condicional para antepor-se. Esse fato diferencia a condicional iniciada por conjunções complexas da condicional iniciada pelo *se*.

Assim, como se mostrou pelos parâmetros considerados na descrição, as orações condicionais iniciadas pelas conjunções complexas parecem realizar-se segundo os mesmos padrões. Diferença maior se verifica entre as condicionais iniciadas por conjunções complexas e aquelas introduzidas pela conjunção condicional prototípica, o *se*. Ao contrário do que ocorre com as condicionais iniciadas pelo *se*, entre as condicionais sob exame neste trabalho não foi encontrada ocorrência de condicional de ato de fala, e, conseqüentemente, as condicionais do *corpus* analisado não realizaram as estratégias retóricas, tal como se mostrou na descrição dos aspectos pragmáticos. Outra diferença que se nota entre as condicionais sob exame e as prototípicas diz respeito à

correlação modo-temporal, que nas analisadas neste trabalho, mostrou-se bastante restrita, diferentemente das condicionais iniciadas com **se**, as quais apresentam uma vasta gama de possibilidades.

Nos níveis distinguidos pela Gramática Discursivo Funcional, os resultados obtidos na descrição das conjunções e orações condicionais realizada na Seção 6 foram usados para a elaboração da representação subjacente dessas orações. O estudo das condicionais nesses níveis mostrou que, contrariando a visão clássica que coloca todas as conjunções como elementos gramaticais, no português as conjunções condicionais subdividem-se em conjunções gramaticais e lexicais. Ou seja, pelo que mostrou a análise, acredita-se que a classificação categorial das conjunções como gramaticais não se aplica à classe das conjunções como um todo. Pela descrição empreendida foi possível reconhecer um grupo de conjunções lexicais, que devem ser analisadas como um subato de atribuição no nível interpessoal e como predicado adposicional no nível representacional. Acredita-se que, a partir dessa distinção, é possível propor um tratamento mais adequado para as conjunções condicionais complexas, que passam a ser analisadas como predicado adposicional. Desse modo, é possível analisar as diferentes conjunções e os diferentes sentidos que elas podem manifestar.

Para finalizar este trabalho, pretende-se chamar atenção para o fato de que outros estudos realizados no contexto da GDF têm revelado a importância da distinção lexical/gramatical para que se possibilite um tratamento mais eficaz das conjunções adverbiais (PÉREZ QUINTERO, 2004, 2006; HENGEVELD e WANDERS, 2007). Foi seguindo esta tendência que, nesta pesquisa, buscou-se demonstrar a relevância dessa distinção para as conjunções condicionais do português.

No entanto, as conjunções condicionais compreendem apenas um tipo dentre um universo bem maior que são as conjunções adverbiais. Assim, para que essa distinção seja de fato considerada relevante para o português, é preciso um estudo mais amplo, que aplique os critérios sugeridos por esses autores às conjunções adverbiais da língua.

A natureza categorial das conjunções adverbiais é um tema ainda inexplorado nos trabalhos de gramática funcional realizados em língua portuguesa. Em geral, os estudos realizados nesse contexto seguem a classificação aristotélica presente nos compêndios gramaticais. Contudo, consoante a discussão dos autores mencionados, é preciso rever a visão clássica que atribui a todas as conjunções adverbiais o estatuto de

gramatical – visão essa adotada também pela GF –, uma vez que, como se mostrou nesses estudos, não necessariamente, todas as conjunções adverbiais têm o mesmo estatuto. Ao contrário, em trabalhos realizados sobre as conjunções adverbiais do inglês, os autores afirmam que as especificidades das conjunções adverbiais podem ser mais bem tratadas quando se reconhece a existência de um grupo de conjunções de estatuto lexical. Desse modo, são necessários outros estudos que verifiquem a validade da distinção lexical/gramatical nas conjunções adverbiais do português, para que essa distinção seja de fato considerada relevante para a descrição gramatical das conjunções adverbiais dessa língua.

REFERÊNCIAS

- AKATSUKA, N. Conditionals are discourse-bounded. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p.625-639.
- AKSU-KOÇ, A. A.; SLOBIN, D. I. Turkish. In: SLOBIN, D. I. (Ed.). *The crosslinguistic study of language acquisition. Vol.I: The data*. Hillsdale, N.J.: L. Erlbaum Associates, 1985.
- ANSTEY, M. Layers and operators revisited. *Working Papers in Functional Grammar*, v. 77, 2002.
- ATHANASIADOU, A. *et al.* (Eds.) *On conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997.
- ATHANASIADOU, A.; DIRVEN, R. Conditionality, hypotheticality, counterfactuality. In: ATHANASIADOU, A. *et al.* (Eds.) *On conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997, p. 61-96.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- AWERA, J V. der. *Language and logic. A speculative and condition-theoretic study*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.
- _____. Conditionals and speech acts. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 197-213.
- BAKKER, D. The FG expression rules: a dynamic model. In: PÉREZ QUINTERO, M. J. (Ed.) *Challenges and Developments in Functional Grammar (Revista Canaria de Estudios Ingleses 42)*. La Laguna: Servicio de Publicaciones, 2001, p. 15-54.

BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador, 1999, 326 f., vol I e II. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia.

BASTOS, S. D. G. *Os constituintes extrafrasais com valor epistêmico: análise de entrevistas jornalísticas no espanhol e no português*. Araraquara, 2004, 161 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BOLKESTEIN, A. M. Sentencial Complementation in Functional Grammar: Embedded predications, propositions, utterances in Latin. In: NUYTS, J., *et al.* (Eds.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p. 71-100.

_____. What to do with Topic and Focus? Evaluating pragmatic information. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Eds.) *Functional Grammar and verbal interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 1998, p. 193-214.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LY, C. N. (ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p.25-55.

_____. How people use adverbial clause. *Proceedings of the tenth meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984, p.437-450.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 77-99.

CUNHA, C. F. e CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUVALAY, M. A classification of conditional satellites. In: DEVRIENDT, B. *et al* (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996, p. 1149-175.

DANCYGIER, B. *Conditionals and predication* (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. In: CAMPOS, O. G. L. A. S. (Org.). *Descrição do português: abordagens funcionalistas*. Araraquara São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Letras – SCL – AR, 1999.

DECLERCK, R. On how to interpret canonical conditionals in discourse. *Journal of literary semantics*, 29, n. 3, 2000, p. 149-169.

DIK, S. C. On the Notion of ‘Functional Explanation’. *Working papers in Functional Grammar*, v.11, 1986.

_____. *The theory of functional grammar*. Part 1. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

_____. The semantics of conditionals. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M., VET, C. (Eds.) *Layers and Levels of Representation in Language Theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p. 233-261.

_____. *The theory of functional grammar*. Part 2. Berlin: Walter de Gruyter, 1997.

DIK, S. C. *et al*. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J., *et al*. (Eds.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p. 25-70.

DIK, S. C.; HENGEVELD, K. The hierarchical structure of the clause and the typology of perception verb complements. *Linguistics*, 29, 1991, p. 231-259.

DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.

EKMEKCI, O. F. *Acquisition of Turkish: A longitudinal study on the early language development of a Turkish child*. Dissertation, University of Texas, 1979.

FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FERREIRA, A. B. F. *A variação posicional das orações condicionais: uma análise funcional-discursiva*. Rio de Janeiro, 1997. 138 p. Dissertação (Mestrado em Letras: Língua Portuguesa) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica.

FILLENBAUN, S. The use of conditionals in inducements and deterrents. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 179-195.

FOLEY, W. A.; VAN VALIN Jr., R. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FORD, C. E. *Grammar and Interaction: Adverbial Clauses in American English Conversations*. (Studies in Interactional Sociolinguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Speaking conditionally: some contexts for if-clauses in conversation. In: ATHANASIADOU, A. *et al.* *On Conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997, p. 387-413.

FORD, C. E., THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse: a text based study. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 353-372.

GARCÍA VELASCO, D.; HENGEVELD, K. Do we need predicate frames? In: MAIRAL USÓN.; PÉREZ QUINTERO, M. J. (Eds.). *New perspectives on argument structure*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2002, p.95-124.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GONZÁLEZ MÁRQUEZ, M. J. *Estudio de las expresiones lingüísticas que expresan condicionalidad en lengua inglesa: aspectos sintácticos, semánticos, discursivos, pragmáticos y comunicativos*. La Laguna, 2003, 596 f. Tese (Doutorado em Filologia Inglesa) – Facultad de Filología Inglesa y Alemana – Universidad de La Laguna.

GREENBERG, J. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. *Universals of Language*, Cambridge: MIT Press, 1963, p. 73–113.

GRYNER, H. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. *Cadernos de estudos lingüísticos*, v. 28, 1995, p. 69-83.

HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, n. 54, 1978, p. 564-589.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.

HANNAY, M. Pragmatic function assignment and word order rules in English. *Journal of Pragmatics*, 16, 1991, p. 131-155.

HARDER, P. *Functional semantics: A Theory of Meaning, Structure and Tense in English*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1996.

HENGEVELD, K. Layers and operators. *Working Papers in Functional Grammar*, v. 27, 1988.

_____. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, v.25, n. 1, 1989, p. 127-157.

_____. The hierarchical structures of utterances. In: NUYTS, J. *et al.* (Eds.) 1990, p. 1-24.

_____. *Non-verbal Predication: Theory, Typology, Diachrony*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1992.

_____. The internal structure of adverbial clauses. *EUROTYP Working Papers*, 5, 1993.

_____. The internal structure of adverbial clauses. In: DEVRIENDT, B. *et al* (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996, p. 119-147.

_____. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN der AWERA, J. (Ed.) *Adverbial Constructions in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998, p.335-419.

_____. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series 24), 1-21. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p.1-21.

_____. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: de GROOT, C.; HENGEVELD, K. (Eds.) *Morphosyntactic expression in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 27). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005, p. 53-86.

_____. Linguistic Typology. In: MAIRAL USON, R.; GIL, J. (eds). *Linguistic Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, *mimeo*.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.). *Studies in Functional Discourse Grammar* (Linguistic Insights). Berne: Peter Lang, 2005.

_____. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press. (no prelo)

HENGEVELD, K.; WANDERS, G. Adverbial conjunctions in Functional Discourse Grammar. In: HANNAY, M.; STEEN, G. (Eds.). *The English clause: Usage and structure*. Amsterdam: Benjamins, *mimeo*.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. Araraquara, 1999, 231 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista.

HIRATA-VALE, F. B. M. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. Araraquara, 2005, 158 f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista.

HURFORD, J. R.; HEASLEY, B. *Semantics: A Coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KEIZER, M. E. Predicates as referring expressions. In: FORTESCUE, M. *et al.* (Eds.). *Layered Structure and Reference in a Functional Perspective*. Amsterdam/Philadélfia: John Benjamins, 1992, p. 1-27.

_____. The lexical-grammatical dichotomy in FDG. *Revista Alfa. Advances in Functional Discourse Grammar*, v. 51, n. 2, 2007, p. 35-56.

KEIZER, M. E.; STADEN, M. van. The Interpersonal Level in Functional Discourse Grammar. In: _____. *Interpersonal Grammar: a cross-linguistic perspective*. (mimeo)

KROON, C. *Discourse particles in Latin*. (Amsterdam Studies in Classical Philology 4) Amsterdam : Gieben, 1995.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R.W. *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. 1: Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LIMA, F. F. *Os valores textuais e interativos do conectivo mas*. São José do Rio Preto, 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista.

LUFT, C. P. *et al. Novo manual de português*. 7 ed. São Paulo: Globo, 1989.

LYONS, J. *Semantics*. vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. L. Places and things. In: FORTESCUE, M. *et al.* (Eds.) *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam: Benjamins, 1992a , p. 253-276.

_____. English spatial prepositions in Functional Grammar. *Working Papers in Functional Grammar* 46, 1992b.

_____. Adverbs and adpositions: The Cinderella categories of Functional Grammar. In: PEREZ QUINTERO, M. J. (Ed.) *Challenges and developments in Functional*

Grammar. (Revista Canária de Estudos Ingleses 42). La Laguna: Servicio de Publicaciones, 2001, p. 119-135.

_____. The predicate in Functional Grammar. In: MAIRAL USÓN.; PÉREZ QUINTERO, M. J. (Eds.). *New perspectives on argument structure*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2002, p. 1-38.

MATHIESSEN, C., THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. A. (Eds.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

MATSUMOTO, Y. From bound grammatical markers to free discourse markers: history of some Japanese connectives. In: AXMAKER, S. *et al.* (Eds.). *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1988, p. 340-351.

MONTOLIO, E. On affirmative and negative complex conditional connectives. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2000.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado*. Novos Estudos. v. VII. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1999.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. esp, 1998 p. 191-208.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language Typology and Syntactic Description*. vol. II: Complex Structures. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 42-140.

OLIVEIRA, T. P. de. *As estratégias discursivo- pragmáticas das orações condicionais no português do Brasil: polidez, ameaça e promessa*. Goiânia, 2002, 80 f. Monografia (Bacharelado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras – Universidade Federal de Goiás.

_____. *A manifestação da polidez nas orações condicionais*. São José do Rio Preto, 2004, 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *La subordinación adverbial en inglés: un enfoque funcional*. La Laguna, 1998, 445 f. Tese (Doutorado em Filologia Inglesa) – Facultad de Filología –Universidad de La Laguna.

_____. *Adverbial Subordination in English. A Functionalist Approach*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002.

_____. Adpositions in FG: Has this Cinderella been Invited to the Ball? *Words in Their Places: Festschrift for J. Lachlan Mackenzie*. Amsterdam: Vrije Universiteit, 2004, p. 153-168.

_____. *On the Lexical/Grammatical Status of Adverbial Conjunctions in FDG*. Oliva, J.I., McMahon, M. & M. Brito (eds.) *On the Matter of Words: In Honor of Lourdes Divasson Cilveti*. La Laguna: Servicio de Publicaciones, 2006, p. 329-339.

RAMSAY, V. The Functional Distribution of Preposed and Postposed ‘If’ and ‘When’ Clauses in Written Discourse. In: TOMLIN, R. S. (Ed.). *Coherence and Grounding in Discourse*. Amterdam: John Benjamins, 1987, p.383-408.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972 (31 ed.).

SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SMITH, N. V. On interpreting conditionals. *Australian Journal of Linguistics*, 3, n. 1, 1983, p. 1-23.

SMITH, N.; SMITH, A. A Relevance-theoretic Account of Conditionals. In: HYMAN, L.; LI, C. (Eds.) *Language, Speech and Mind: Essays in Honour of Victoria Fromkin*. London: Routledge, 1988, p.322-352.

SOUSA, G. C. Se tempo fosse condição: *um estudo das estruturas de tempo e de condição no português oral brasileiro*. São José do Rio Preto, 2003, 194 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TALMY, L. Figure and Ground in Complex Sentences. In: GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of Human Language*, 4. Stanford: Stanford University Press, 1978, p. 625-649.

TOWNSEND, D. J.; BEVER, T. G. Main and Subordinate Clauses: a Study in Figure and Ground. *Indiana University Linguistics Club 17*. Bloomington, 1977, p. 1-24.

TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. (Paper presented at ICHL XII, Manchester), 1995.

_____. Constructions in grammaticalization. In: JANDA, R. D.; JOSEPH, B. D. (Eds.). *Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 624-647.

VISCONTI, J. On English and Italian complex conditional connectives: matching features and implicatures in defining semanto-pragmatic equivalence. *Language Sciences*, v. 18 , n.2, 1996, p. 549-573.

_____. Conditionals and Subjectification: Implications for a Theory of Semantic Change. In: FISHER, O. *et al* (Eds.) *Up and Down the cline – The nature of Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004, p. 169-192.

_____. A Comparative Glossary of Conditionals in Legal Language: English, Italian, German, French. (s/d, *mimeo*).

WAKKER, G. Conditionals in the layered structure of functional grammar. In: FORTESCUE, M., HARDER, P., KRISTOFFERSEN, L. *Layered structure and reference in a functional grammar perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1992, p. 369-386.

_____. *Conditions and Conditionals. An Investigation of Ancient Greek*. Amsterdam: Gieben, 1994.

_____. Conditionals at different levels of the clause. In: DEVRIENDT, B. *et al* (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996, p. 177-199.